

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA**

Fernanda Arno

**VIOLÊNCIA E MASCULINIDADE EM CHAPECÓ-SC
(1958-1974)**

Florianópolis
2015

Fernanda Arno

**VIOLÊNCIA E MASCULINIDADE EM CHAPECÓ-SC
(1958-1974)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em História Cultural.

Orientador: Profa. Cristina Scheibe Wolff, Dra.

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Arno, Fernanda

Violência e masculinidade em Chapecó-SC (1958-1974) /
Fernanda Arno ; orientadora, Cristina Scheibe Wolff –
Florianópolis, SC, 2015.
156 p.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Gênero. 3. Masculinidade. 4. Violência.
I. Wolff, Cristina Scheibe. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III.
Título.

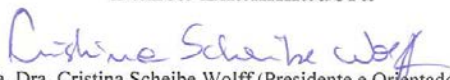
Masculinidade e violência em Chapecó (1958-1974)

Fernanda Arno

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de

MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

Banca Examinadora



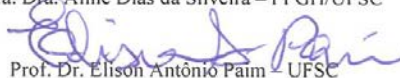
Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff (Presidente e Orientadora) – PPGH/UFSC



Prof. Dr. Vanderlei Machado – CA/UFRGS



Profa. Dra. Aline Dias da Silveira – PPGH/UFSC



Prof. Dr. Elison Antônio Paim – UFSC

Profa. Dra. Joana Maria Pedro (suplente interno) – PPGH/UFSC

Profa. Dra. Núcia Alexandra de Oliveira (suplente externo) – PPGH/UDESC



Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari

Coordenadora do PPGH/UFSC

Florianópolis, 19 de fevereiro de 2015.

Dedico esta dissertação a minha avó
Amália (in memoriam) e aos meus pais,
Moacir e Jane.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em primeiro lugar aos meus pais, Moacir e Jane. A minha mãe pela bondade, pelo amor e por sempre confiar em mim apesar das incertezas. A meu pai que sempre diz que “na vida ou se aprende pelo amor ou se aprende pela dor”, obrigada por ter me ensinado tudo com amor e paciência. Vocês são meus exemplos de vida e me ensinaram que a família sempre vem em primeiro lugar. Agradeço também minhas irmãs, Mariane e Alessandra, por dividirem todos os momentos importantes comigo e por serem minhas melhores amigas, as amo demais.

Aos meus padrinhos e também segundos pais, Celso e Lirane e Adimilson e Claudia, por me considerarem também como uma filha. E a todos os outros parentes dessa enorme família, tios e tias, primos e primas, cunhados, sogra, avós, que amo e considero tanto, por todas as palavras de afeto e incentivo a cada passo. Obrigada em especial a Fabiane e André, também pelo lindo Arthur, e Natália e Murilo, por serem como irmãos.

Agradeço ao meu companheiro e namorado Adson Batista, por ser a paciência em pessoa, por todo auxílio, pelo respeito, por dividir todos os seus planos comigo e permitir que eu dividisse os meus, pelo incentivo, pela confiança, por sempre acreditar que tudo ia/vai dar certo e por todo o amor. Que seja eterno enquanto dure, e que dure.

Agradeço também a todas as amigas e amigos que deixei em Chapecó, pelas boas conversas, pelas risadas, pela saudade. Em especial, gostaria de agradecer a um deles, Mateus Prestes, por me ouvir a qualquer momento, por zelar e cuidar de mim mesmo a distância, lhe tenho como um verdadeiro irmão. E a todos os amigos que fiz em Laguna, por serem a alegria e alívio nos momentos de pressão e por todas as palavras de carinho.

Agradeço minha orientadora, prof^a. Dr^a Cristina Scheibe Wolff, a quem tenho como exemplo acadêmico, por toda confiança, competência, ajuda e paciência e por todas as palavras de incentivo nos momentos difíceis. Assim como agradeço aos demais professores e colegas de pós-graduação e as “meninas” do Laboratório de Estudos de Gênero e História, por essa trajetória, por todas as discussões acadêmicas (ou não), por todos os momentos compartilhados ao longo destes dois anos, pois, com toda a certeza, sou uma pessoa muito melhor hoje, graças a todos vocês.

Gostaria de agradecer o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa e tranquilidade financeira, e a todos que trabalharam e trabalham no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, sem a atenção e incentivo de vocês talvez nem estivesse aqui agora. Principalmente ao professor Elison Paim, que foi e é uma de minhas inspirações na vida acadêmica.

Um agradecimento muito especial a Vanderlei Machado e Aline Silveira por estarem em minha banca de qualificação e serem tão gentis quantas as minhas dúvidas e tão atenciosos em seus conselhos e críticas. E agora, juntamente ao professor Elison Paim, aceitem fazer parte da minha banca, obrigada por toda a contribuição na construção e finalização desta pesquisa.

Por fim, agradeço a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram nesta minha jornada, que comecei cheia de medos e angústias e concluo sabendo que dei o meu melhor em cada momento. Esta experiência, com certeza, mudou meu modo de ver o mundo e abriu meus olhos para as lutas do dia a dia que nunca devem ser esquecidas: contra o preconceito e a ignorância.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo problematizar a relação entre violência e masculinidade em Chapecó-SC, entre os anos de 1958 a 1974. Através de inquéritos policiais referentes aos crimes de Homicídio e estupro, investigo a construção de masculinidades e sua relação com a violência, frente a um novo modelo de cidade que surgia neste período. Procuro compreender quem eram os homens envolvidos nestes crimes, quais suas motivações, de que discursos se utilizavam e, por fim, problematizo como o periódico local Folha d'Oeste noticiava os crimes e a violência de Chapecó e região. Percebendo as masculinidades presentes nos inquéritos policiais busco evidenciar as disputas sociais, culturais, econômicas e políticas na construção dos discursos sobre o “ser homem” na cidade de Chapecó.

Palavras-chave: Gênero. Masculinidade. Violência. Chapecó-SC.

ABSTRACT

This work analyze the relation between violence and masculinity in Chapecó-SC, between the years 1958 to 1974. Through police inquiries concerning to crimes of Homicide and rape, investigate the construction of masculinities and their relation with the violence, front a new city model that surged in this period. I search to understand who the men were involved in these crimes, what their motivations, what discourse is were using and, finally questioning as the local newspaper Folha d'Oeste were reporting the crimes and the violence in Chapecó and region. Perceiving masculinities present in police inquiries try to evidence the social disputes, cultural, economic and political in the construction of discourses about "being a man" in the city of Chapecó

Keywords: Gender. Masculinity. Violence. Chapecó-SC.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Divisão Administrativa de Santa Catarina em 1920.....	25
Figura 2 – Colônias Militares no Estado de Santa Catarina	32
Figura 3 – Evolução municipal de Chapecó – desmembramentos	37
Figura 4 – Vista externa parcial do centro de Chapecó-SC na década de 1930	40
Figura 5 – Vista aérea de Chapecó-SC no ano de 1947	41
Figura 6 – Planejamento urbano da cidade de Chapecó – década de 1960.....	42
Figura 7 – Vista aérea da cidade de Chapecó – década de 1960	42
Figura 8 – Propaganda sobre Chapecó	45
Figura 9 – Capa do Folhetim/Propaganda sobre Chapecó – década de 1960	58
Figura 10 – Idade dos envolvidos em crimes de Homicídio (1958-1988)	61
Figura 11 – Estado civil dos envolvidos em crimes de Homicídio (1958-1988).....	62
Figura 12 – Grau de escolaridade dos envolvidos em crimes de Homicídio (1958-1988).....	65
Figura 13 – Croqui do acidente envolvendo Hugo e tendo como vítima Emilia	76
Figura 14 – Croqui do local do acidente envolvendo Ivo e tendo como vítima Felicidade	82
Figura 15 – Multa paga por Ivo por dirigir sem ser habilitado.....	85
Figura 16 – Posição em que se encontrava o corpo da vítima no momento em que foi encontrado	89
Figura 17 – Chapéu e pano branco encontrado pelo peritos ao lado do corpo da vítima	90

Figura 18 – Croqui do local do crime tendo como vítima Tranquilo....	97
Figura 19 – Atestado de Miserabilidade de Wanda	111
Figura 20 – Colônia penal do Oeste inicia a construção do segundo edifício	129
Figura 21 – Bárbaro crime elucidado pela polícia chapecoense	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Crescimento populacional na cidade de Chapecó (1940-1950)	43
Tabela 2 – Idade dos envolvidos em crimes de Homicídio (1958-1988)	147
Tabela 3 – Estado Civil dos envolvidos em crimes de Homicídio (1958-1988).....	148
Tabela 4 – Naturalidade dos envolvidos em crimes de Homicídio (1958-1988).....	149
Tabela 5 – Profissão dos envolvidos em crimes de Homicídio (1958-1988).....	150
Tabela 6 – Escolaridade dos envolvidos em crimes de Homicídio (1958-1988).....	151
Tabela 7 – Residência dos envolvidos em crimes de Homicídio (1958-1988).....	152

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	21
2 OESTE CATARINENSE: VIOLÊNCIA E MASCULINIDADE	31
2.1 DISPUTAS E COLONIZAÇÃO	31
2.2 O MUNICÍPIO DE CHAPECÓ.....	36
2.3 CHAPECÓ E A CONSTRUÇÃO DE MASCULINIDADES	47
3 HOMICÍDIO E MASCULINIDADE EM CHAPECÓ.....	55
3.1 QUEM SÃO ESSES HOMENS QUE MATAM E QUE MORREM.....	55
3.2 ABRINDO O INQUÉRITO POLICIAL.....	65
4 “INSTINTO BRUTAL”: GÊNERO E VIOLÊNCIA EM CHAPECÓ.....	109
4.1 LEI E JUSTIÇA: O SILENCIAMENTO ACERCA DA VIOLÊNCIA	127
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS.....	139
APÊNDICE A	147
APÊNDICE B	148
APÊNDICE C	149
APÊNDICE D	150
APÊNDICE E	151
APÊNDICE F.....	152
ANEXO A – Modelo de boletim de ocorrência encontrado nos inquéritos policiais analisados	153
ANEXO B – Ofício enviado ao Juiz de Direito da Comarca de Chapecó (inquérito policial CCOC712IP).....	155

1 INTRODUÇÃO

Durante minha graduação, cursada na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), tive a oportunidade de trabalhar no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (Ceom/Unochapecó) e, durante este período, colaborei na organização e catalogação de acervos documentais, dentre estes a Coleção Comarca de Chapecó – Inquéritos Policiais. Se aproximava o fim da graduação, crescia minha vontade de seguir estudando e a partir do conhecimento das fontes e algumas leituras sobre gênero, decidi desenvolver um projeto para o Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo aprovada. Já no mestrado, através de conversas com minha orientadora e de inúmeras outras leituras fiz algumas alterações no projeto inicial, continuando na categoria de gênero, decidi trabalhar com a construção de masculinidades.

A relação entre masculinidade e violência, tendo como fonte principal inquéritos policiais, é tema ainda pouco estudado, apesar do número de pesquisas relacionadas ao tema ter crescido nos últimos 20 anos. Pensando nisso, resolvi recorrer a esta fonte histórica para tentar responder algumas questões sobre a construção de um modelo de masculinidade, ou modelos de masculinidades, e problematizar a relação entre violência e masculinidades no oeste de Santa Catarina, mais especificamente na cidade de Chapecó.

O ponto de partida para este trabalho eram, inicialmente, 29 inquéritos policiais referentes ao crime de Homicídio e 22 inquéritos policiais referentes ao crime de Estupro, que correspondiam aos anos entre 1958 a 1988. Como o período de mestrado é curto e o trabalho era muito, o recorte temporal foi diminuído para que a análise pudesse ser melhor aprofundada. Logo, restaram 7 inquéritos sobre o crime de Homicídio e 3 sobre o crime de Estupro, entre os anos de 1958 a 1974.

Aparentemente o volume documental não corresponde com a noção que levanto aqui de um Oeste Catarinense marcado pela violência e com grande índice de criminalidade, mas é importante salientar que os documentos utilizados nesta pesquisa são uma pequena parcela da documentação encontrada no Ceom e, uma parcela ainda menor se pesarmos no número de inquéritos policiais e processos judiciais espalhados por outros órgãos da Comarca de Chapecó.

Constatei este fato ao fazer uma visita ao Fórum de Chapecó, onde planejava encontrar os processos judiciais que teriam surgido a partir dos inquéritos policiais que aqui analiso, mas o volume documental da 1ª Vara Criminal era imenso, estimado em mais de 1000 caixas pelo escrivão Paulo Sérgio de Bona, responsável pela mesma. Após alguns requerimentos e uma tarde no arquivo, pude perceber que esta busca não seria tão simples e, muito menos, fácil, por dois motivos principais: em primeiro lugar, além do grande volume de processos, não havia uma organização que facilitasse a busca (seja por ano, nome, por crime, etc.), era uma procura “no escuro”; Em segundo lugar, ao vasculhar algumas poucas caixas percebi que todos os processos judiciais que ali estavam continham em anexo uma cópia de seu inquérito policial e, a partir disso, deduzi que os inquéritos policiais salvaguardados no Ceom poderiam ser meras cópias que ficaram arquivadas na Delegacia Regional de Polícia e que, posteriormente, foram doadas ao centro de memória. Em suma, ao longo de dois anos seria impossível trabalhar com os processos judiciais, fiquei então, somente, com os inquéritos policiais que já possuía anteriormente. A hipótese de que estes fossem cópias ainda não foi descartada completamente, mas, ainda assim, todos os inquéritos policiais contam com assinaturas legítimas, levantamentos de provas e depoimentos, o que pode caracterizar um misto de originais, que não se tornaram processos judiciais e cópias, dos que teriam se tornado processos judiciais, que permaneciam na Delegacia.

De volta ao acervo do Ceom, cabe ainda uma explicação quanto a identificação/catalogação dos crimes enquanto fonte documental útil para a pesquisa histórica. Estes inquéritos não possuem mais um papel legal, no âmbito jurídico da palavra, este acervo iria para o “descarte” (incineração), mas antes foi oferecido ao Centro de Memória para que fosse incorporado aos diversos documentos a respeito da história do Oeste Catarinense. E, dentro da dinâmica proposta pelo Ceom, o acervo foi organizado e catalogado segundo temáticas, definidas pelo tipo de crime, logo, os crimes de Homicídio ou Estupro, foram assim definidos seguindo uma leitura rápida de cada inquérito e das informações neles presente. Alguns inquéritos possuíam em sua capa ou no Boletim de Ocorrência o artigo referente ao Código Penal que o identificava, aos que não possuíam, baseados em leituras foi atribuída esta identificação. No caso dos Homicídios, por vezes, tratam-se de tentativas de homicídio, mas isto não descaracteriza a temática e a análise que realizo a respeito.

Sobre a delimitação temporal, os anos entre 1958 e 1974, embora esta diga mais respeito as datas limites dos inquéritos policiais, é importante ressaltar que a cidade de Chapecó passava por um período de desenvolvimento urbano, com ênfase ao progresso, ao povo ordeiro e pacífico, e, principalmente, ao *ethos* do trabalho, que se iniciou ao fim da década de 1960 e estava em consonância com que estava acontecendo no país neste momento, o milagre econômico, que entrou em declínio já no início da década de 1970. Uma nova configuração de cidade estava surgindo, endossada pela Nação, e, com ela, novas pessoas ou novas formas de se comportar que condiziam com esta Chapecó urbana e desenvolvida.

O Brasil, entre 1956 e 1961, estava dentro do modelo desenvolvimentista proposto no governo de Jucelino Kubitschek, o famoso “cinquenta anos em cinco”, que propunha um progresso de 50 anos em apenas 5 anos de governo, rendendo um acelerado crescimento econômico, mas também uma forte pressão inflacionária e o aumento da dívida externa. Os anos que se seguiram foram marcados por crises políticas, além da já instalada crise econômica, o sucessor de Jucelino, Jânio Quadros, renunciou em 1961 e quem assumiu o governo foi João Goulart, que promoveu a entrada de multinacionais no país, principalmente americanas e europeias.

Alguns anos a frente, em 1964, Jânio Quadros foi deposto, os militares deram o golpe e assumiram o controle do Brasil, o então presidente Castelo Branco, criou o Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG, que tinha dois principais objetivos: combater a inflação e o fortalecer das indústrias de base. Ações que levaram o país a uma forte expansão econômica, mas também um aumento da concentração de renda e da pobreza. Em 1969, quando Emílio Médici assumiu a presidência, o “Milagre Econômico” acontecia, juntamente ao aumento das desigualdades sociais e da dívida externa.

Todo este cenário podia também ser percebido na cidade de Chapecó, onde neste mesmo período indústrias começavam a se instalar, a classe média adquiria um maior poder econômico, o aumento da concentração de renda crescia e novos discursos sobre “ser” chapecoense circulavam por este também novo espaço urbano.

Mas, para compreendermos esta região, em sua peculiaridade, precisamos voltar algumas décadas, olhando como se deu a colonização do oeste de Santa Catarina que foi marcada por conflitos entre as empresas colonizadoras, os indígenas e os caboclos, “a violência acompanha a história do oeste catarinense. Toda a ocupação de espaços implica conflitos que giram em torno de diferentes interesses dos grupos

existentes” (HASS, 2007, p. 21). Disputas políticas, étnicas, culturais, econômicas e de fronteiras que culminaram na expulsão de milhares de caboclos, autodenominados brasileiros, e extermínio de grande parte dos indígenas que ali viviam.

Considerada uma região atrasada em relação ao estado, o problema se tornou tangente e, em 1929, o oeste recebeu, pela primeira vez a visita do representante máximo de Santa Catarina, Adolpho Konder. O governador e sua comitiva visitaram diversas cidades, foi um ato público e político de “tomar posse” deste espaço territorial, que rendeu vários escritos, fotografias e documentos com a proposta de modernizar esta região esquecida, sem antes deixar sua impressão sobre a mesma¹ “formidável em tamanho, com as margens do Uruguay já povoadas em muitos trechos, mas pontilhadas ainda de parcelas deshabitadas e selváticas. Ali o banditismo assentou sua tenda [...] A acção da policia catharinense, como a do riograndense, frustrava-se diante daquela cinta de agua, além da qual o criminoso encontrava-se á vontade” (COSTA, 2005, p. 26).

Nesta época a extensão de Chapecó era maior do que é hoje, sendo todo o oeste catarinense considerado território desta cidade, “a superficie desse municipio é grande demais. É a maior das nossas communes. É a Russia catharinense. É quasi seis vezes maior do que Joinville; 33 vezes maior do que Florianopolis” (COSTA, 2005, p. 46). E, devido a sua extensão territorial e um certo descaso da justiça, um dos grandes flagelos era o banditismo, comparado, muitas vezes, ao do Nordeste brasileiro,

Um dos grandes flagellos do Oeste catharinense, como no Nordeste brasileiro, é o banditismo no sertão. As estradas e picadas estão macabramente povoadas de tumulos, em parte da zona que percorremos. São resultantes de motivos politicos, questões de terras, assumptos de honra e, em menor escala, do roubo [...] dão-se a extremos de impressionantes perversidades (COSTA, 2005, p. 60).

Cenas de violência muitas vezes comparadas aquelas das “fitas de far-west” (BREVES, 1985, p. 28) americano, que chocavam até mesmo os policiais, e que deviam ter fim. A comitiva de Adolfo Konder

¹ Parte dos relatos escritos pela comitiva de Adolfo Konder foram publicado no jornal República, de Florianópolis, com o intuito de possibilitar a população da capital acompanhar os passos do governador e também com cunho propagandístico sobre a região Oeste catarinense.

se estas características lhe fossem inatas. Esquecemos que eles também são fruto de construções, apropriações e reapropriação cotidianas, em lutas por poder e dentro de hierarquias socialmente construídas, sem deixar em segundo plano a submissão das mulheres, mas tornando mais complexa a relação de homens com homens, pois aprofunda as discussões a cerca de que comportamentos são considerados verdadeiramente masculinos e dignos de créditos, enquanto outros são excluídos.

Ao problematizar a tensão entre violência e masculinidade procuro demonstrar como eram construídos modelos hegemônicos divergentes daquele proposto pela elite local, nas mais diversas interseções sociais, como a classe e a etnia, por exemplo. E aqui está um dos questionamentos mais relevantes deste trabalho, até que ponto um comportamento dito periférico, por aqueles que possuem a legitimação do discurso, é realmente periférico? Podemos afirmar que diferentes modelos de masculinidade podem ser considerados hegemônicos dentro do contexto em que foram criados e que são vividos, pensando numa mesma época e local?

Suponho que sim, ao traçar o perfil dos envolvidos nos crimes que exponho ao longo deste estudo, percebo que, em suma, estes faziam parte da mesma camada social. Eram, na maioria, pessoas pobres, que não possuíam o acesso à cultura e à educação, que estavam sendo tão valorizados pelas camadas mais ricas e cultas, e reproduziam valores mais antigos, advindos da oralidade, dos discursos daqueles homens mais simples que possuíam um modo de vida peculiar à época e a dura realidade que viviam. De outra forma, o que pode ser considerado, aos olhos da elite local, como uma masculinidade periférica, um comportamento a ser eliminado, ainda representa um modelo hegemônico de comportamento para estas camadas populares que permeiam ora um discurso, ora outro, conforme a necessidade se apresente.

Através dos depoimentos contidos nos inquéritos policiais analiso formação de uma masculinidade hegemônica, expressa por meio de comportamentos, posturas e discursos que, na maioria das vezes, se repetem. Atento para o fato de que a elite chapecoense, representada pelas instituições como escolas e igrejas, já buscava impor modelos de comportamentos tanto para homens quanto mulheres,² mas ao realizar uma análise quantitativa dos dados percebo que os indivíduos

² Este tema já foi analisado anteriormente por Fernando Vojniak, para saber mais ver: Vojniak (2004).

envolvidos nestes crimes não se encaixam a estes novos moldes, pois pertencem a outra classe social. Estes, ao contrário, se expressam e se afirmam, muitas vezes, de maneira contrária, se utilizando de outros discursos, resistindo a esta hegemonia, criando outra dentro de seu contexto de vida.

No primeiro capítulo, *Oeste Catarinense: violência e masculinidade*, analiso o processo de colonização do oeste catarinense, através de bibliografias e dados estatísticos, demonstrando como as disputas pela terra estiveram sempre presentes neste território. Em primeiro lugar estava a disputa entre Espanha e Portugal, em seguida, entre Brasil e Argentina, após a delimitação do território, com a vitória brasileira, a disputa se deu entre o Paraná e Santa Catarina. Com a chegada das empresas colonizadoras os conflitos se davam entre estas e os que ali viviam, que defendiam os seus interesses através de uma “limpeza da terra”, contra indígenas e caboclos.

Estas disputas permearam as relações sociais e ajudaram a delinear o contexto social e cultural da população da região oeste de Santa Catarina, mas, de forma alguma pretendo tomar esta região como um cenário já definido, onde as relações de gênero e as relações de poder aí explícitas e implícitas já estão expressas e delimitadas, ao contrário, pretendo demonstrar como os conflitos e disputas em torno deste território contribuíram para a formação de diferentes relações entre os gêneros. Ou seja, embora a partir da década de 1950 comece a surgir um modelo de masculinidade desejado haviam diferentes formas de se relacionar com este modelo, formas de interagir com esta masculinidade pensada para determinado tipo de homem e voltada, fundamentalmente para o ideal do trabalho.

No segundo capítulo, *Homicídio e masculinidade em Chapecó*, investigo quem eram estes homens que matavam e morriam. Através de um levantamento de dados como estado civil, escolaridade, profissão e idade, relativos aos 29 processos-crime de homicídio, traço um perfil dos envolvidos, acusados e vítimas, acentuando o lugar destes no contexto da cidade de Chapecó. Procuro dar um rosto a estas pessoas, revelando quem eram, qual seu grau de escolaridade, de onde vieram, aonde moravam e qual a relação destes dados com o contexto em que viviam e, percebe-se, que se encontram numa posição marginalizada se comparados a outras classes sociais.

Isto não quer dizer, de maneira alguma, que classes sociais mais ricas ou que possuíam mais educação não cometiam crimes ou eram vítimas deles, pois poderiam haver outras formas de resolver conflitos pessoais e também estes poderiam não ser denunciados. Nesta lógica, há

um caso curioso envolvendo um médico, numa tentativa de homicídio contra um policial militar, cujo Boletim de Ocorrência contém os seguintes dizeres “não divulgar”.³ Pequenas nuances da vida cotidiana destas pessoas, que indicam como funcionavam as relações de poder ali existentes.

Na segunda parte deste capítulo, através de sete inquéritos policiais referentes ao crime de Homicídio, dentro do recorte temporal de 1958 à 1974, procuro compreender o contexto social e cultural ali presente, as formas de organização familiar e de trabalho e como este cenário dialoga com as masculinidades, como elas se constroem e se modificam nestas falas. Buscando indicar como um possível modelo de masculinidade hegemônica deste grupo entra em conflito com outros modelos de masculinidade. Dando voz a estes personagens da história de Chapecó procuro revelar como determinados comportamentos eram recompensados, com a absolvição, por exemplo, enquanto outros eram condenados socialmente. E como o sistema relacional do gênero tem grande influência nestas construções, empoderando homens e subjugando as mulheres.

Já o terceiro capítulo, intitulado “*Instinto brutal*”: gênero e violência em Chapecó, é dividido em duas partes distintas. Na primeira, analiso três inquéritos policiais referentes ao crime de Estupro, percebendo a relação entre homens e mulheres na construção do gênero e de masculinidades. Estes casos de violação sexual são vistos de maneiras assimétricas pelos dois sexos, as mulheres cabe a defesa da sua moral e conduta sexual para que não passe de vítima a culpada pela própria agressão e, aos homens, o crime é visto como ato inevitável, a conclusão de lasciva feminina e de seu comportamento, permissivo a tais atos.

Na segunda parte deste capítulo trato do silenciamento da mídia impressa local a respeito da criminalidade existente na cidade de Chapecó. Através de notícias do jornal Folha d'Oeste procuro evidenciar uma possível manipulação e um silenciamento destes meios jornalísticos sobre a lei e a justiça, onde pouco é divulgados sobre a violência e, quando isto acontece, as matérias são tendenciosas, pois eram usadas pelo poder público local para transmitir um discurso de segurança a população.

Além disto, percebe-se a necessidade de corroborar certos aspectos identitários deste novo modelo de masculinidade que se almejava, logo, os homens vítimas de alguma violência eram lembrados

³ Trata-se do Inquérito Policial CCOC717ip, de 28 de janeiro de 1985.

por características que salientavam seu trabalho duro e honestidade, bem como uma boa conduta moral. Enquanto que, com os homens que cometiam crimes, acontecia o oposto, eram ressaltadas as barbáries do acontecimento, gerando espanto a cerca de atos de violência.

Por fim, ao longo de todo este estudo, percebe-se que a necessidade de afirmar a todo momento uma masculinidade também demonstra como esta era frágil e precisava ser constantemente lembrada e reafirmada. O modelo de masculinidade planejado pela elite local não se efetivava na prática ou então entrava em conflito com os outros modelos de masculinidades, estes, por sua vez, se utilizavam de diversos elementos para compor novos perfis de comportamentos a serem seguidos demonstrando que as questões de gênero e relações de poder são mais profundos e diversas do que se imagina ao primeiro olhar.

2 OESTE CATARINENSE: VIOLÊNCIA E MASCULINIDADE

2.1 DISPUTAS E COLONIZAÇÃO

O processo de colonização do Oeste Catarinense se deu de forma tardia e de maneira bastante particular se comparado com o restante do Estado. Disputas de fronteiras, entre países e depois entre estados, deram início a muito conflitos econômicos, culturais, políticos e por terras, que só cessariam no início do século XX com a ocupação da região.

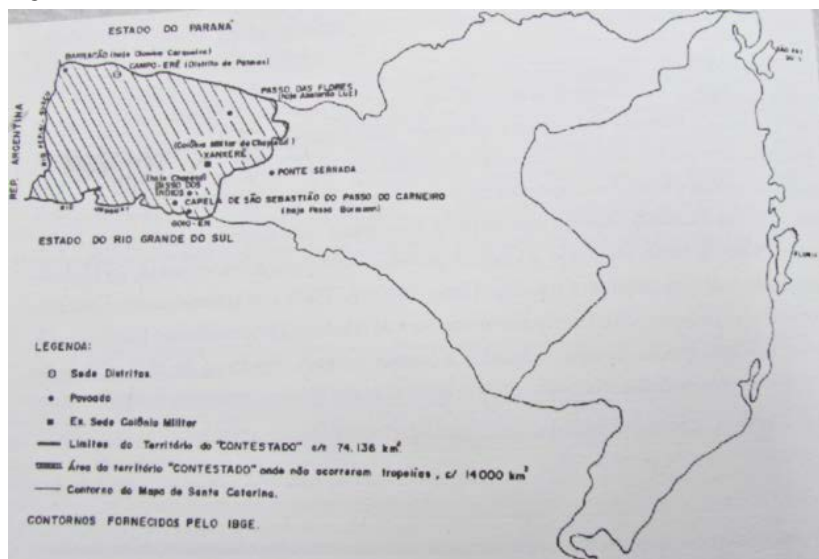
Mas o oeste foi ocupado e povoado muito antes do século XX e o tropeirismo foi importante no processo de ocupação da área de Guarapuava ao Goio-En, cortando os campos de Palmas, por volta de 1800 (RENK, 2006, p. 33). A disputa entre Brasil e Argentina pelas terras do extremo oeste catarinense só teve fim em 1851, com a intervenção do presidente Cleveland, dos Estados Unidos da América, quando foram reconhecidos os direitos brasileiros sobre este território e, em 1859 o governo Imperial criou a Colônia Militar de Chapecó, com o objetivo de proteger os interesses da nação nesta região. A extração de erva mate e de madeira foram as grandes atividades econômicas, a partir de 1850, que fomentaram as disputas por estes territórios. Através da matéria-prima encontrada na região, as empresas colonizadoras passaram a usar estes recursos de forma lucrativa:

O passo seguinte foi a instalação das colônias militares, na década de 80 do século XIX. Estas encontravam o amparo na legislação fundiária, pelo decreto n. 1.318/1854, de modo a se localizarem dentro de uma zona de dez léguas contíguas aos limites do império com países estrangeiros e em terras devolutas que o governo pretendesse povoar. Aos campos de Palmas foram reservadas duas: a Chopim, ao norte, e a Chapecó, ao sul. (RENK, 2006, p. 42).

E, a partir desta criação, este pedaço de terra até então esquecido passou a fazer parte, em definitivo, do território nacional e começou a receber a atenção do governo brasileiro, que buscava povoar e civilizar a região:

Iniciou-se, então, um trabalho de integração daqueles que viviam naquelas áreas ‘ao Deus dará’ [...] a Colônia Militar de Chapecó não foi um mero posto avançado da soberania nacional. Teve uma missão povoadora e civilizadora, na vasta área, onde se localizou [...] iniciava-se, assim, o povoamento de uma rica e promissora região. (PIAZZA, 1983, p. 85).

Figura 2 – Colônias Militares no Estado de Santa Catarina



Fonte: Acervo Ceom/Unochapecó.

Após a disputa entre os dois países, tendo como vencedor o Brasil, o território foi disputado pelos estados de Santa Catarina e do Paraná. Somente após a Guerra do Contestado,⁴ em 1916, um acordo fixou os limites entre os estados, e neste território incorporado por Santa Catarina foram criados quatro municípios: Chapecó, Cruzeiro (atualmente Joaçaba), Mafra e Porto União. O processo de ocupação se intensifica “devido a ação das empresas colonizadoras particulares que incentivaram a vinda de pequenos produtores migrantes, a partir de

⁴ Este tema também já foi bastante estudado, cito aqui algumas referências a quem interessar possa: Valentini (2000), Fraga (2009) e Fraga (2012).

1920” (HASS, 2000, p. 58). O negócio das empresas colonizadoras⁵ funcionava a partir da concessão de terras que:

Foram feitas sem levar em conta os direitos dos posseiros. O Estado não se preocupava com eles, pois sua produção era insignificante e não contribuía com impostos. De antigos ocupantes da região passaram a intrusos, já que não se encaixavam com o novo sistema que se instalava. Por muitas vezes também se fez uso da violência para resolver questões de terras, uma vez que a região foi disputada por indígenas, caboclos e brancos. (HASS, 2000, p. 63).

Para as empresas colonizadoras era necessária uma “limpeza da terra” antes de ocupá-la e esta se dava expulsando quem vivesse nesta área, abrindo caminho para o povo ordeiro e trabalhador que estava pra chegar e, principalmente, que podia pagar por esta terra. É importante destacar que para os caboclos⁶ os valores como a honra e a coragem eram muito valorizados e isto fortaleceu os conflitos, pois estes se consideravam homens valentes que não abriam mão do que consideravam seus direitos:

Na questão axiológica, os valores nobres dessa população (caboclos) consistem na lealdade, na honra e na coragem, e esta era a maior virtude. Estes aspectos se refletem no cotidiano, através de práticas como a preferência pelos santos guerreiros: São Jorge, São Sebastião, São Benedito, São Jerônimo e nas lutas por questões de honra [...] a preservação da honra nunca foi vista como crime, antes como algo que deveria ser defendido. Permanecer vivo equivaleria a ser o vencedor, prova da coragem e invencibilidade, da qual não se pode fugir. (RENK, 2006, p. 110).

⁵ Podemos destacar algumas empresas colonizadoras que atuaram no oeste catarinense: Empresa Colonizadora Bertaso, Cia. Territorial Sul Brasil, Companhia Colonizadora Barth, Benetti e Cia, Companhia Industrial Saudades Ltda., Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense, entre outras.

⁶ “Não há uma fenotipia única que possa caracterizar o caboclo. É uma etnia que partilha valores em comuns, como a solidariedade, o destemor, a religiosidade popular, a honra, valores em relação ao tempo, sem preocupação em acumular; fazer para viver e saber viver o hoje [...] seu modo de vida tradicional é expresso a partir das suas festas, crenças, modos de plantar, colher, pastorear, orientados por seus saberes específicos”. (CENTRO DE MEMÓRIA..., 2008. p. 13-14).

Apesar da importância destes discursos na construção de masculinidades tanto em Chapecó como no oeste de Santa Catarina, ressalto que os protagonistas deste estudo, ou seja, aqueles que aparecem nos inquéritos policiais, são, em sua maioria, migrantes do Rio Grande do Sul, descendentes de italianos. E é essa interação e esses confrontos de discursos que são o pano de fundo para as análises aqui realizadas.

O modelo de colonização do Oeste envolveu os interesses do Estado de Santa Catarina e das empresas colonizadoras, ambos eram beneficiados, pois o governo conseguia ocupar a área que a tanto era contestada e lucrava com a cobrança e recolhimento de impostos, e os donos das empresas colonizadoras aumentavam seu poder econômico, comprando terras por preços baixos, loteando e vendendo a imigrantes/migrantes:

De um lado, o governo do estado de Santa Catarina estava interessado em ocupar o 'vazio', incorporando a área ao próprio Estado e criando condições favoráveis para isto. O “lucro” dessa medida poderia ser direto ou indireto. O direto seria aquele decorrente da remuneração paga pelas terras, não sendo questionado se o montante estipulado e pago era justo ou não. O rendimento indireto estava no encargos assumidos pelas empresas colonizadoras em abrirem estradas, mantê-las, mesmo que para isso fossem remunerados com terras, mas desobrigando o Tesouro de ressarcir as despesas efetuadas [...] de outro lado, com a acumulação de capital financeiro por empresários sul riograndenses, que ampliaram seus empreendimentos comerciais, agora também oferecem terras para revenda aos colonos. (RENK, 2006, p. 51).

A disputa entre os coronéis locais e “a ausência de vigilância policial permitiram a penetração dessas pessoas na região” (HASS, 2007, p. 35), vindas principalmente da fronteira com o Rio Grande do Sul. As disputas políticas eram um entrave no processo de colonização, “observando o que se passava em Chapecó, a agitação, a luta política, os grupos armados, verificou-se que com toda aquela intrigalhada, seria difícil e muito, levar para o município os colonos que pretendia, homens pacíficos, só dedicados ao trabalho” (BREVES, 1985, p. 15). Os caboclos e indígenas, que ali residiam, eram vistos como um atraso para a região, preguiçosos, e os colonos, migrantes/imigrantes, eram o progresso, eram os esperados homens de bem que se dedicavam ao

trabalho, mas, ainda assim, a relação entre estes e o coronel se dava de forma hierárquica, apesar de paternalista,

Comparando o coronelismo nordestino, constata-se que enquanto no Nordeste o coronel era preponderantemente um latifundiário, ocasionando uma relação de dependência entre ele e os que trabalhavam em sua propriedade; no Oeste catarinense, o coronel Bertaso era um colonizador, que utilizava a maior parte de suas terras para comercialização, existindo uma relação de paternalismo entre ele e os migrantes que incentivou a explorarem a região. Na verdade, os colonos, apesar de serem donos de suas terras, acabam subordinados a uma classe possuidora, legitimando mais tarde sua ação política. (HASS, 2000, p. 68).

Apesar de não possuir grandes pedaços de terra, neste período, o coronel Ernesto Francisco Bertaso⁷ especificamente, detinha grande capital econômico advindo da venda de terras e, através de uma relação paternal com os colonos obtinha também o respeito destes. Nos anos seguintes as disputas políticas que envolviam o poder local continuavam acirradas, mas somente a ideia de caudilhismo ou coronelismo não eram suficientes para compreender este contexto regional:

As peculiaridades da região e das autoridades locais e as formas pelas quais o cotidiano do Oeste Catarinense dos anos 50 é narrado pela literatura e outros textos podem tornar qualquer conceito (o coronelismo, o caudilhismo ou mesmo alguma outra conceituação) insuficientes para dar conta da complexidade das relações de poder, das relações familiares e do perfil das autoridades existentes na região. [...] aquela sociedade centralizada pela figura de um “patriarca”, das relações de “compadresco” ou compadrio, sociedade de clã centrada na figura do *pater*, enfim numa figura masculina, também é construída à luz de um conjunto de mudanças

⁷ Nascido em Verona, na Itália, Ernesto Bertaso veio para o Brasil no ano de 1885 e instalou-se no Rio Grande do Sul, tendo residido em Santa Maria, Cachoeira, Canoas e Bento Gonçalves. Durante vários anos foi comerciante, viajando pelas estradas em lombo de mulas. No ano de 1918, juntamente a Manoel Passos Maia e Agilberto Atílio Maia, constituiu a Empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia., que comprou uma gleba de terra equivalente aproximadamente 51.000 hectares no território conhecido como Campina do Gregório, que posteriormente se transformou na cidade de Chapecó (HIRSCH, 2005, p. 65).

sociais, neste caso, tematizadas na metade do século XX. (VOJNIAK, 2004, p. 43-44).

O mandonismo local imperava na forma de troca de favores e no respeito a figura do coronel, que possuía maior capital econômico e mais prestígio perante a sociedade, ele é a figura confiável e carismática, “é o juiz, pois é ouvido a respeito de questões de terras; é comerciante e agricultor, pois produz e serve de intermediário entre o produtor e o mercado; é homem de fé, pois é quem anima as festas religiosas e as oficializa” (CARONE, 1970, p. 251-252).

A vinda de imigrantes e migrantes crescia, fortalecendo o crescimento da região, entretanto, durante os anos de 1930 a 1945, no Brasil, durante o governo de Getúlio Vargas, inicia-se o movimento de nacionalização. Alicerçado no maior incentivo ao aproveitamento da mão de obra nacional, limitando a entrada de estrangeiros “trata-se, na realidade, de uma política centralista, de severa fiscalização da entrada dos estrangeiros e sua localização em território nacional [...] uma política contra os colonizadores, retardando o processo de ocupação do solo, notadamente no oeste catarinense” (PIAZZA, 1994, p. 307). Esta medida, por um lado, diminuiu o número de imigrantes (vindo, principalmente, da Itália e Alemanha), e por outro, aumentou o número de migrantes de descendentes europeus vindos do Rio Grande do Sul para o oeste catarinense.

As disputas pelo poder e os conflitos étnicos e territoriais marcaram fortemente a região, que ainda assim, crescia e desenvolvia-se, apesar do cenário não tão propício. A criação do município de Chapecó, a expansão da urbanização, o aumento populacional na região e a visita do governador Adolfo Konder, em 1929, começa a alterar os rumos do oeste catarinense.

2.2 O MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

O município de Chapecó, com uma área aproximada de 14.000 km², foi criado em 25 de agosto de 1917, a sede e a comarca da nova unidade administrativa foram instaladas no dia 15 de novembro do mesmo ano, provisoriamente na vila Passo Bormann, “até que o Congresso Representativo Estadual (atual Assembleia Legislativa) designe a sede definitiva” (HASS, 2000, p. 74). Ocupava uma área

significativa do oeste catarinense, abrangendo diversos distritos que, mais tarde, emanciparam-se, como mostra o quadro abaixo:

Figura 3 – Evolução municipal de Chapecó – desmembramentos⁸



Fonte: PIAZZA (1994, p. 678).

Por mais de 14 anos, no período entre 1917 e 1931, por causa das disputas pela liderança do poder político local, a sede e a comarca do município de Chapecó foram deslocadas diversas vezes entre Passo Bormann e a Vila de Xanxerê, onde viviam coronel Manoel dos Santos Marinho, morador da Vila Passo Bormann e, seus opositores, coronel Fidêncio Mello e major João Simões Cavalheiro, residentes da Vila de Xanxerê. Estas disputas, em sua maioria envolvendo violência física, tinham como maior interesse a exploração florestal de erva mate e madeira, um dos motivos de terem durado tantos anos. Na busca por solução deste impasse e,

Na tentativa de pacificar e legitimar a ocupação do Estado no município recém-criado, o Governo Estadual alia-se aos colonizadores, nomeando Manoel dos Passos Maia, sócio da

⁸ Em 1953 foram criados os municípios de: Palmitos, Xaxim, Mondaí, Dionísio Cerqueira, São Carlos, Xanxerê, São Miguel do Oeste e Itapiranga. Em 1958, São Lourenço d'Oeste, Campo Erê, Abelardo Luz, Cunha Porã, Fachinal dos Guedes, Maravilha e São José do Cedro. Em 1961: Guaraciaba, Coronel Freitas, Quilombo, Modelo, Pinhalzinho, Saudades, Guarujá do Sul, Palma Sola. Em 1962: Galvão, São Domingos, Águas de Chapecó e Caxambu do Sul. Em 1963: Ancheita, Romelândia. Em 1964: Vargeão e Nova Erechim. Em 1965: Caibi. (HASS, 2000, p. 118).

Colonizadora Bertaso, Maia e Cia., como Delegado de Polícia de Chapecó, em 1919. Concedeu ainda à Companhia Colonizadora terras devolutas para a colonização, iniciando uma aliança que envolvia interesses do Governo Estadual e do novo grupo econômico que passaria a ocupar posição hegemônica no Oeste de Santa Catarina: as empresas colonizadoras. (HASS, 2000, p. 83).

Em 1929 Adolfo Konder, então governador de Santa Catarina, promove uma visita ao oeste do Estado, que ficou conhecida como Bandeira Konder.⁹ Foi a primeira visita de um governador a região e ganhou destaque como uma forma de legitimação do poder do Estado de Santa Catarina, permitindo “uma série de medidas conducentes à implantação da ordem, ao respeito às leis, ao fomento econômico, à civilização, enfim, de uma região assolada pelos movimentos revolucionários e pelo banditismo” (COSTA, 2005, p. 8).

Podemos destacar três importantes motivos desta viagem: o fortalecimento das fronteiras, tanto na divisa com o país vizinho, a Argentina, quanto ao estado vizinho, o Paraná; a urgência na expansão do projeto colonizador, o povoamento da região; acalmar os conflitos de poder locais (FLORES; SERPA, 1999, p. 217). Um quarto motivo seria ainda o reconhecimento e valorização deste território em âmbito nacional, “também agora se fizeram conquistas, se não de terras, pelo menos de populações brasílicas que se estavam desnacionalizando, pelo abandono completo em que viviam, sem a mínima ligação com a nossa pátria e totalmente alheias da comunhão nacional (sic)” (COSTA, 2005, p. 7), era a chegada da civilização, na visão destes, juntamente aos “pioneiros”, como ficaram conhecidos os colonizadores e os colonos que para ali migraram.

O banditismo no sertão do oeste de Santa Catarina era comparado ao do nordeste brasileiro e considerado um dos grandes flagelos da região:

Um dos grandes flagellos do Oeste catharinense, como do Nordeste brasileiro, é o banditismo no sertão. As estradas e picadas estão macabramente povoadas de tumulos, em parte da zona que percorremos. São resultantes de motivos políticos, questões de terras, assumptos de honra e, em menor escala, do roubo [...] o Convenio policial, que, é de esperar

⁹ Sobre esta viagem resultam inúmeros escritos e fotos reunidos pelo CEOM (2005).

seja firmado também com o governo paranaense para garantia da ordem nas fronteiras do norte, facilitará as autoridades na prisão e punição dos delinquentes daquela zona [...] os colonos demandarão aquelas regiões privilegiadas para a compensação do trabalho. Com eles fugirá o banditismo. (COSTA, 2005, p. 53).

A imagem do caboclo, e demais habitantes desta região, a partir da Guerra do Contestado, foi demonizada. A população é assombrada pelo banditismo cruel e pelo total esquecimento do governo do Estado e brasileiro. A visita do governador Konder, em 1929, “trata-se de um ato de dar a conhecer ao litoral o que é o interior. Para o Presidente do Estado conhecer o território equivalia a tomar posse simbólica da área, num processo de conhecimento explicitado pelos integrantes da comitiva” (RENK, 2005, p. 120) e, a partir dela, uma atenção maior é dada a região Oeste, voltada principalmente para a urbanização das cidades e distritos e também:

Este pode ser visto como o primeiro momento em que o oeste passa a ser entendido como local com demanda de cuidados governamentais. Nitidamente, a preocupação do poder governamental neste momento estava ligada a questões de ordem identitária. Muitas cidades dessa região, especialmente as do extremo oeste, sentiam-se desligadas do poder estadual concentrado na longínqua capital. A proximidade e influência de países fronteiriços, como a Argentina, também conferia fator de preocupação ao governo. Não eram raros os moradores que, embora vivendo em território brasileiro, falavam língua estrangeira e até tinham filhos estudando no país vizinho. (VITÓRIA, 2011, p. 200).

Na década de 1930, baseando-se em modelos europeus, são feitas as primeiras intervenções urbanas, o centro de Chapecó ganha largas vias de acesso e passa a concentrar o poder administrativo. O projeto foi desenvolvido pelo coronel Bertaso¹⁰ e priorizava um traçado urbano xadrez, com quadras bem definidas e largas avenidas “transmitindo ao migrante ou visitante a visão de uma cidade planejada, organizada, a caminho do desenvolvimento” (HASS; ALDANA; BADALOTI, 2010, p. 62).

¹⁰ Segundo familiares de Ernesto Bertaso – ex-caixeiro viajante – seu título de Coronel fora comprado da Guarda Nacional: Diploma do Clube Militar de oficiais da Guarda Nacional (HASS, 2000, p. 67).

Figura 4 – Vista externa parcial do centro de Chapecó-SC na década de 1930



Fonte: Acervo Ceom/Unochapecó.

Este novo modelo de cidade atraiu não só os colonos, principalmente de descendência italiana, que eram os moradores desejados, mas também caboclos e indígenas, que haviam sido expulsos anos antes e eram chamados de “intrusos” ou “expropriados”. A Colonizadora Bertaso, juntamente a Prefeitura de Chapecó, Fórum, Igreja (setores não progressistas) e a Delegacia, agiram para evitar que Chapecó se transformasse em uma grande favela:

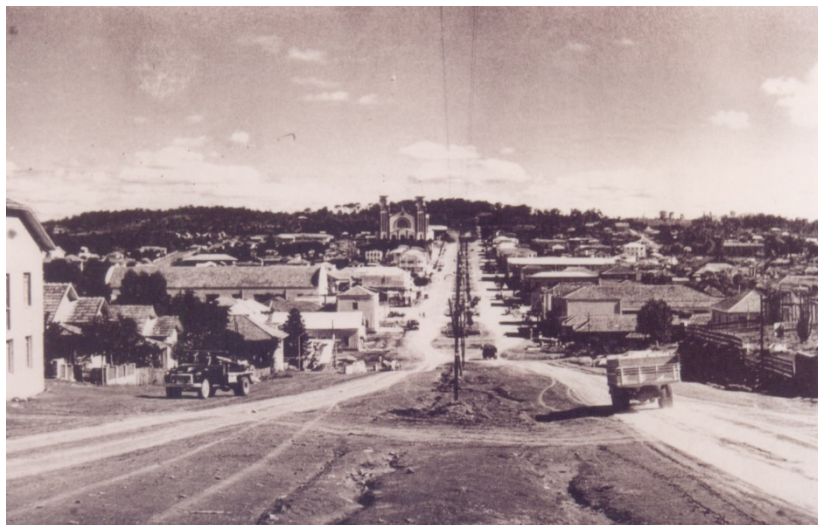
Na visão dos colonizadores e da elite local, os “intrusos”, os “expropriados” ameaçavam a ordem que proporcionaria progresso para o lugar. Uma solução precisava ser encontrada, principalmente pela empresa colonizadora, que sentia o seu projeto colonizador ameaçado. A alternativa encontrada foi a projeção de um loteamento popular (HASS; ALDANA; BADALOTI; 2010, p. 63).

Figura 5 – Vista aérea de Chapecó-SC no ano de 1947



Fonte: Acervo Ceom/Unochapecó.

Figura 6 – Planejamento urbano da cidade de Chapecó – década de 1960.



Fonte: Acervo Ceom/Unochapecó.

Figura 7 – Vista aérea da cidade de Chapecó – década de 1960



Fonte: Acervo Ceom/Unochapecó.

A partir da década de 1960 este planejamento urbano resultou em uma exclusão social, promovendo uma “limpeza urbana”, mudando para longe quem fosse indesejado. A primeira mudança se dava do novo

centro da cidade para o bairro São Roque,¹¹ hoje São Pedro, onde foram comercializados terrenos com o prazo de pagamento de até 5 anos, caso o terreno não fosse pago neste tempo os moradores eram então despejados e enviados para a Linha Baronesa da Limeira, ainda mais distante do centro da cidade.

O crescimento da cidade pode ser visto também no crescimento da população, que passa de 44.327, na década de 1940, para 96.624 habitantes na década de 1950. O maior crescimento se dá na área urbana, como podemos ver no quadro abaixo:

Tabela 1 – Crescimento populacional na cidade de Chapecó (1940-1950)

Município de Chapecó	População		Taxa de crescimento (%)
	1940	1950	
Área urbana	4.128	9.756	136,34%
Área Rural	40.199	86.868	116,09%
Total	44.327	96.624	117,98%

Fonte: IBGE apud Hass (2001, p. 113).

Durante as décadas de 1940 a 1960, Chapecó começa a viver um intenso crescimento demográfico e uma acumulação de capital proporcionado pela extração vegetal. Aos poucos uma nova economia, até então puramente rural, vai se estruturando, com o desenvolvimento do comércio, a instalação de agroindústrias, a inserção do rádio e posteriormente da televisão (HASS, 2000, p. 106-107). Ainda na década de 1950 muitos distritos que pertenciam a cidade de Chapecó são emancipados dificultando a análise dos dados neste período,

De acordo com dados do censo demográfico de 1960 (IBGE), a zona oeste contava com 17 municípios e 25 distritos que no total somavam 241,941 habitantes, correspondendo a um crescimento de 150,39% de 1950 a 1960. Constata-se, por outro lado, o acentuado crescimento populacional da área urbana, com uma expansão de 293,78%, praticamente triplicando em relação ao período de 40 a 50, enquanto que da zona rural foi de 134,29, confirmando mais uma vez o processo de urbanização na região. (HASS, 2000, p. 119).

¹¹ Os moradores do então bairro São Roque o chamavam de São Pedro, em homenagem ao padroeiro da comunidade (HASS; ALDANA; BADALOTI; 2010, p. 63).

A partir de 1960 ocorre um aumento significativo da população devido a migração do campo para a cidade, tanto das áreas rurais de Chapecó como de outros municípios de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, que vinham para trabalhar nas novas indústrias frigoríficas, de aves e suínos (PAIM, 2003, p. 17). Desta maneira, Chapecó foi se constituindo como um importante centro no oeste de Santa Catarina. O município também era chamado pelos empresários locais como a “Capital do Oeste”, cidade do progresso e do futuro.

Em âmbito nacional, a partir da década de 1950, a modernização era a palavra-chave, a dualidade entre campo e cidade era acentuada e os centros urbanos venciam esta batalha. O meio rural ficou associado ao atraso, ao não moderno, “a raiz do subdesenvolvimento se encontraria nos obstáculos que o Brasil agrário opunha ao Brasil do progresso” (LONH, 1999, p. 55). Este movimento ganhou forças em Chapecó no início da década de 1960, em 1967 Chapecó comemorava os seus 50 anos de fundação, para marcar esta data a Prefeitura Municipal distribuiu uma revista intitulada Álbum do Cinquentenário, que serviu como propaganda para o município e anunciava o novo modelo de cidade esperado pela administração pública, calcado no progresso, procurando apagar o passado de disputas, violência e exclusão:

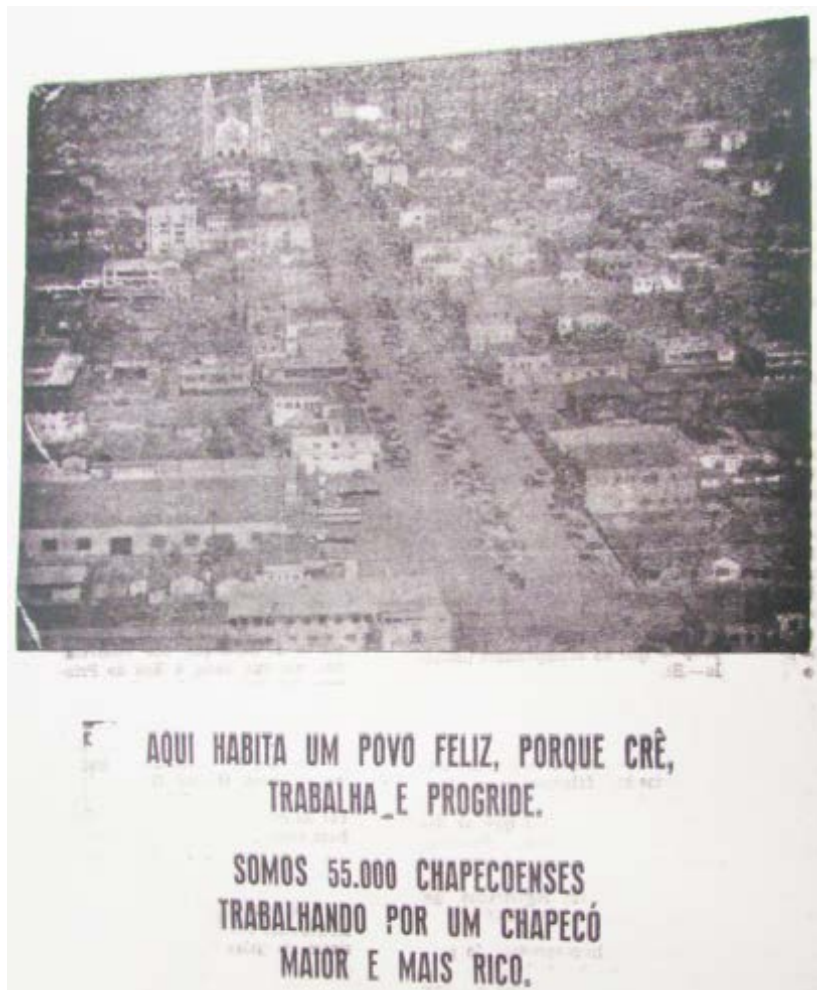
Hoje, estando o município dotado daqueles requisitos que caracterizam os centros em amplo progresso, respaldado por uma produção agropecuária de considerável proporções, a ponto de ser com justiça chamado de “o celeiro de Santa Catarina”, desempenha o município papel de suma importância tanto na vida administrativa, como na econômica do extremo-oeste barriga verde. (CHAPECÓ, 1967).

A industrialização brasileira sofreu profundas transformações no período de 1950 a 1960, com a instalação de indústrias automobilísticas, de material químico e elétrico, entre outros. O Plano de Metas do governo resultou num crescimento das atividades industriais e este movimento, juntamente ao processo de urbanização no oeste catarinense, propiciaram a instalação de novos frigoríficos na região, sendo o primeiro em Chapecó, no ano de 1952 (ESPÍNDOLA, 1999, p. 30-31). Além disso, nos anos que se seguiram o milagre econômico chega a região:

Nas décadas de 1960 e 1970, a economia da região, com Chapecó sendo o centro do processo, passa a fazer parte do milagre econômico tão propalado pela ditadura militar que

governava a Nação. Desta forma, o município transformou-se em uma vitrine da ideologia do regime. A elite chapecoense identificou-se plenamente com a proposta. Criou-se um imaginário na cidade: progresso, trabalho, pioneirismo, crescimento econômico, riqueza. (CASSOL, 2013, p. 43).

Figura 8 – Propaganda sobre Chapecó



Fonte: Jornal Diário da Manhã, 04 de outubro de 1969, s.p, acervo Ceom/Unochapecó.

Sobre a propaganda, os dizeres “aqui habita um povo feliz, porque crê, trabalha e progride” anunciam o que se esperar deste “novo” cidadão chapecoense, a valorização do ethos do trabalho e do progresso e também, principalmente, de um povo que crê. Neste caso, um povo que segue o catolicismo e está em consonância com os valores da Igreja Católica, fortemente difundida pelos imigrantes italianos e pelos migrantes que vieram do Rio Grande do Sul, também descendentes de italianos.

Começam a surgir grandes empresas na cidade e, através delas, pequenos comércios foram abertos para suprir as necessidades dos novos moradores que vinham de outros locais. Um novo horizonte apareceu aos sujeitos que ali viviam, novos empregos foram gerados, o capital passara a circular de maneira intensa pela cidade e “a euforia desenvolvimentista que acontecia no país chegou até Chapecó, convocando todos a ajudarem a ‘promover o progresso de sua Pátria’” (PAIM, 2003, p. 18). A partir da década de 1970 se intensifica o período desenvolvimentista na cidade, “quando buscamos as transformações ocorridas na sociedade chapecoense nas décadas de 1960 e 1970, percebemos que, muitas delas, conservam grande semelhança com situações abordadas em obras que, em nível nacional, se reportam ao início do século XX” (VITÓRIA, 2011, p. 200), e é através deste novo modelo de cidade que são baseadas todas as ações da elite chapecoense que estava se consolidando:

O clima que se instalou nas mentalidades das classes hegemônicas (comerciantes e administradores públicos) de Chapecó em fins da década de 1970 e início dos anos 80 do século XX, foi o da modernização, do progresso a olhos vistos, não só do crescimento urbano, mas também econômico, pois, além da instalação das agroindústrias, visivelmente ampliou-se o comércio local e as atividades de prestação de serviços. Grande parte do “progresso” era atribuída ao imigrante “gaúcho”, visto como “homem trabalhador”, “católico”, “progressista”. (GUISOLPHI, 2011, p. 262).

Na capital de Santa Catarina, a cidade de Florianópolis, percebe-se que houve o mesmo movimento de urbanização e desenvolvimento, que esperava dos moradores determinados comportamentos, com a diferença de ter acontecido logo nas primeiras décadas do século XX,

Para uma cidade alcançar o status de moderna e economicamente desenvolvida, prescrevia-se, era necessário ter uma população ordeira, forte e saudável. Dos homens, segundo o modelo hegemônico de masculinidade divulgado pela imprensa, esperava-se que, além de possuírem força e saúde, fossem disciplinados e que controlassem seus impulsos, direcionando suas energias para a atividades produtivas, dentro e fora da família. (MACHADO, 2007, p. 166).

Mas assim como o centro urbano crescia, cresciam também as periferias e com um aumento populacional tão grande e tão rápido muitos problemas de infraestrutura surgiram, a criminalidade continuava alta. O desenvolvimento de Chapecó ao mesmo tempo em que promoveu as elites, fortalecendo as suas atividades econômicas, fechou os olhos para as populações carentes, como vimos com os planos diretores que levaram a exclusão social das “pessoas indesejadas” que compuseram o centro da cidade. Enquanto um modelo de homem e de masculinidade, eram construídos entre as classes hegemônicas, outros tantos surgiam na expectativa de correspondê-lo ou então de contrariá-lo. É sobre esta formação de uma masculinidade hegemônica e de masculinidades de protesto que tratarei no próximo item, de que forma o contexto social e cultural da região e da cidade de Chapecó refletiram nesses modelos e de que forma contrastavam com a realidade das diferentes camadas da população.

2.3 CHAPECÓ E A CONSTRUÇÃO DE MASCULINIDADES

Ao tratarmos de masculinidade em Chapecó no período de 1958 a 1974, encontramos um contexto social e cultural e intensas mudanças. Um novo modelo de cidade surgia na região, assim como um novo modelo de masculinidade para sustentar todas estas mudanças. Masculinidade aqui entendida como um termo que ultrapassa a questão biológica, a dicotomia masculino/feminino, homem/mulher, e diz respeito às relações humanas nos mais diversos níveis, através das relações de gênero, “é assim que podemos encontrar, ao nível etnográfico, expressões como “mulher masculina”, “gestos masculinos”, “valores masculinos”, “símbolos masculinos”, etc., independentemente

dos sexos e até do sexo, como no caso dos símbolos” (MACEDO; AMARAL 2005, p. 123), enfim:

Masculinidade é, então, o termo que cobre todo o campo de investigação que, na área dos estudos sobre o gênero e a sexualidade, se reporta a significados culturais da “pessoa”, que, sendo ideologicamente remetidos para o terreno da essência dos “homens”, são, através de processos metafóricos, aplicáveis às mais variadas áreas da interação humana e da vida sociocultural. (MACEDO; AMARAL; 2005, p. 123).

Ao olharmos este novo contexto do oeste catarinense e as condutas masculinas da época percebemos uma tendência a homogenizar os comportamentos, tanto masculinos como femininos, “as masculinidades fazem parte de um processo histórico de construção, rompimento, reordenamento e reorganização, não no sentido de continuidade, pois as masculinidades não remetem a linearidade ou continuidade intactas, mas, sobretudo, remetem à mudança, e também, à densidade de acúmulo e da resignificação de práticas antigas” (VOJNIAK, 2004, p. 111). A masculinidade é socialmente construída, é histórica, relacional e mutável, assim como existem diferentes práticas que caracterizam o “ser mulher” há também diferentes práticas e ações para o “ser homem”, esta “não é uma entidade física encarnada no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos. As masculinidades são configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo como as relações de gênero em um cenário particular” (CONNEL; MESSERSCHIMIDT, 2013, p. 250).

Pensando nisto e visto os avanços nos estudos na área de masculinidades nos últimos anos no Brasil, o que proponho aqui é pensar nas práticas e discursos encontrados dentro dos inquéritos policiais pertencentes à Comarca de Chapecó, entre os anos de 1958 a 1974, como formas de estabelecer uma masculinidade hegemônica, possivelmente diferente daquela pensada pela elite local, onde a violência surge como uma forma de afirmação social desta masculinidade, que deve ser sempre lembrada, mostrando sua fragilidade e necessidade de constante reafirmação.

O termo masculinidade hegemônica foi proposto pela primeira vez na Austrália, por R. Connel, em relatórios de um estudo de campo sobre desigualdade social nas escolas australianas e estava relacionado “à construção das masculinidades e a experiência dos corpos dos

homens; e em um debate sobre o papel dos homens na política sindical australiana” (CONNEL; MESSERSCHIMDT, 2013, p. 242), e foi entendido como um padrão de práticas que possibilitaria a continuidade da dominação dos homens sobre as mulheres. Aqui está um ponto importante para entender este conceito, o estudo de uma masculinidade hegemônica existe de forma relacional aos estudos de gênero e não de maneira separada. Só é possível compreender as práticas para uma masculinidade hegemônica se analisarmos o contexto em que ela está inserida através da relação masculino/feminino.

Este conceito foi muito utilizado para contrapor a teoria do papel sexual e os modelos de categoria da psiquiatria e “no que tange aos custos e às consequências, pesquisas em criminologia mostraram como padrões particulares de agressões eram ligados com a masculinidade hegemônica, não como um efeito mecânico do qual ela fosse causa, mas através da busca pela hegemonia” (CONNEL; MESSERSCHIMDT, 2013, p. 247). E, mesmo sendo um pequeno grupo responsável pela manutenção desta masculinidade hegemônica, está é “sustentada e mantida por um amplo segmento da população masculina em função da gratificação fantasiosa de fazer parte do poder que ela proporciona” (OLIVEIRA, 1998, p. 105). Uma série de estereótipos construídos por ídolos do esporte, por programas de televisão, por jornais e revistas ajudam a criar um conjunto de elementos simbólicos que sustentam esta teoria de um “tipo ideal” de homem ou o “tipo ideal” de masculinidade que deve ser reproduzida para que não se acabe o sistema de dominação sobre as mulheres e, até mesmo, de alguns homens sobre outros homens, como os homossexuais, por exemplo. Podemos afirmar que as relações sociais de sexo estão alicerçadas em um paradigma binário, calcado na natureza, no biológico, e no heterossexismo, que normatiza as práticas sexuais e tenta afirmar uma ordem para o que é considerado “normal” ou “natural”, enquanto exclui quaisquer outras práticas, definidas como “anormais”, “diferentes da norma” ou ainda “desvios”:

O paradigma naturalista da dominação masculina divide homens e mulheres em grupos hierárquicos, dá privilégios aos homens à custa das mulheres. E em relação aos homens tentados, por diferentes razões, a não reproduzir esta divisão (ou, o que é pior, de recusá-la para si próprios), a dominação masculina produz homofobia, para que, com ameaças os homens se calquem sobre os esquemas ditos normais de virilidade. (WELZER-LANG, 2001, p. 465).

Apesar de ser um conceito muito criticado ao longo das últimas duas décadas e do mesmo possuir muitas lacunas em sua forma de interpretação acredito que, com os devidos cuidados metodológicos, esta análise pode contribuir para a compreensão da masculinidade nesta região onde a violência se acentua como o traço mais relevante para a sua construção e, por fim, utilizo-me da definição proposta por Almeida (1995):

A masculinidade hegemônica é um modelo cultural ideal que, não sendo atingível por praticamente nenhum homem, exerce sobre todos os homens um efeito controlador, através da incorporação, da ritualização das práticas da sociabilidade quotidiana e de uma discursividade que exclui todo um campo emotivo considerado feminino; e que a masculinidade não é simétrica da feminilidade, na medida em que as duas se relacionam de forma assimétrica, por vezes hierárquica e desigual. A masculinidade é um processo construído, frágil, vigiado, como forma de ascendência social que pretende ser. (ALMEIDA, 1995, p. 17).

Esta hegemonia é um projeto, está idealizado para ser seguido, mas não necessariamente será seguido. O *ethos* do trabalho e a virtude do progresso e do desenvolvimento que estavam sendo implantados em Chapecó não atingiam a todos da mesma forma, uma vez que a educação, um dos pontos principais para a construção destes tipos ideias de homens e mulheres, não era de acesso a todos. Esta masculinidade hegemônica que se almejava, pensada a partir da elite, entrava constantemente em conflito com outros modelos de masculinidade, geralmente encontrados em bairros periféricos e populações de classes mais pobres.

Chapecó passava por grandes transformações urbanas e estava num período denominado desenvolvimentista entre as décadas de 1960 e 1980. O ideal de progresso construído em cima da moral do trabalho era a engrenagem que movimentava a cidade, levando para longe todos os problemas que um rápido crescimento populacional pode ocasionar: infraestrutura, saúde, saneamento básico, segurança, entre outros. Mas os problemas não paravam de surgir e, no que tange a segurança, eles ainda eram muito graves. Dyógenes Pinto¹² escreveu em sua coluna no jornal Diário da Manhã a respeito da violência:

¹² Sobre Dyógenes Pinto, considerado o fundador do Diário da Manhã: “Este homem foi então jornalista, advogado, economista e soube manejar com

Muitas opiniões são manifestadas a respeito das causas da violência, que, em última análise, é delinquência. Parece ser indiscutível que quanto maior for o índice de desemprego, mais aumenta a criminalidade. E isto é uma consequência lógica e natural do ser humano que em não tendo trabalho útil, não produzindo, transforma-se num verdadeiro parasita, passa a ocupar seu tempo disponível para coisas inúteis, contrárias ao interesse social. O desocupado, vive nas costas de quem trabalha e produz, a princípio, perambulando, isto é, trançando pernas de um lugar para outro, geralmente tomando o tempo de quem está trabalhando e fazendo com que a produção deste diminua, bem assim a produtividade [...] temos de nos dar conta, todos, de que a onda de violência precisa ser contida, em benefício geral. (Jornal Diário da Manhã, 27 de março de 1984, p. 10).

Desde a colonização o desejo de apagar as marcas da violência foi marcante, mas já na década de 1980, muitos anos depois, ela permanece assombrando a região e, principalmente, a cidade de Chapecó. Os crimes continuam a acontecer, e a aumentar, prejudicando a população “de bem” e a produtividade de quem trabalha para erguer o município, a “violência, que só conduz à morte, seja dos culpados, seja dos policiais, seja de inocentes, numa agressão a comunidade que não encontra justificativa e que só aniquila, acarretando a Nação prejuízos extraordinários” (Jornal Diário da Manhã, 27 de março de 1984, p. 10).

Pensando ainda nos inquéritos policiais é importante conhecer, minimamente, seu processo de elaboração:

De maneira geral, um *processo criminal* origina-se a partir de uma queixa ou denúncia de um crime, quando se institui o *sumário de culpa*. Antes dele, tem lugar o *inquérito policial* (denominado dessa maneira desde 1871), para comprovar a existência do crime. Ato verificado, a denúncia é feita por inspetores de quartelão, promotores, delegados ou subdelegados de polícia, ou então, pela própria vítima, segundo o que estipula a legislação em cada momento. A partir daí, faz-se o *auto de corpo de delito*, a *qualificação do acusado* e as partes envolvidas, bem como as testemunhas por elas arroladas são interrogadas. O sumário termina com a

maestria os instrumentos que lhe foram oferecidos. Como empresário tornou sólida e expandiu a Empresa Jornalística “Diário da Manhã” (NASCIMENTO, 2014, p. 52).

cumprimento de todas essas fases, quando a autoridade responsável (juiz de paz, delegado ou subdelegado de polícia, dependendo da época) considerar que existem informações suficientes para pronunciar o acusado. Caso não existam, ou caso o juiz municipal não aceite as acusações, o processo é encerrado. (GRINBERG, 2009, p. 122).

Isto nos ajuda a compreender quem produz este documento, em que condições e para quais fins, pensando no âmbito jurídico. Já para compreender esta fonte, dentro da lógica histórica, é necessário estar atento às repetições nas falas contidas nos depoimentos ou em outros documentos, como o relatório redigido pelo delegado, por exemplo, pois é nestas falas e nestas repetições que se evidenciam comportamentos cotidianos e as relações de poder aí construídas:

As diferentes versões produzidas são vistas neste contexto como símbolos ou interpretações cujos significados cabe desvendar. Estes significados devem ser buscados nas relações que se repetem sistematicamente entre as várias versões, pois as verdades do historiador são estas relações sistematicamente repetidas. Pretende-se mostrar, portanto, que é possível construir explicações válidas do social exatamente a partir de versões conflitantes apresentadas por diversos agentes sociais. (CHALHOUB, 2012, p. 40).

A análise que o historiador faz do documento refere-se muito mais à pergunta que fazemos a ele e às respostas que conseguimos a partir deste ponto de partida do que o que está propriamente escrito ali, e também,

Mesmo que os discursos não detenham a verdade objetiva do comportamento, mesmo que não se veja neles a explicação do comportamento, mas sim um comportamento a ser explicado, a análise qualitativa das narrativas dos processos permite evidenciar o modo como as pessoas percebem elas mesmas e os outros, definindo-se e posicionando-se no espaço social. Mesmo que o discurso não seja considerado explicação para o comportamento, ele permite a percepção do que está informando a ação e o posicionamento das pessoas enfocadas. (OLIVEIRA; SILVA, 2005, p. 247).

Não é o propósito deste trabalho, inocentar ou culpar os réus, mas sim, através destes depoimentos, demonstrar como uma postura de

violência era adotada como forma de reafirmar a masculinidade, inclusive por parte das mulheres. Os depoimentos são carregados de subjetividades, pois cada envolvido tinha determinado interesse de inocentar ou culpar alguém o que pode não condizer, necessariamente, com a realidade dos fatos e isto é facilmente percebido pelas mudanças encontradas nos depoimentos de um mesmo caso, cada envolvido tem uma maneira peculiar de contar o ocorrido evidenciando ou ocultando fatos que o favoreçam/desfavoreçam ou mesmo inventando fatos.

Ainda assim, o uso de inquéritos policiais se justifica por se tratar de uma rica fonte documental que registra o cotidiano destas pessoas, em suas entrelinhas desvendamos as relações sociais e culturais presentes neste contexto. Ficar atento às repetições, ao que passaria despercebido, é o que ajuda a construir uma análise eficaz do tema proposto. Entender as relações políticas, culturais e sociais da época a ser analisada nos ajuda a compreender as relações de poder criadas no cotidiano para conviver com as regras/leis existentes. Pensando nisso utilizo a noção de discurso proposta por Foucault:

O discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; visto que – isto a história não cessa e nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 2012, p. 10).

Ou seja, entendo a violência como algo que, além de uma prática, é também uma forma de discurso, uma forma de afirmar ou reafirmar uma posição dentro de uma hierarquia social e de gênero. E, sendo o discurso uma forma de poder, os que estão presentes nos inquéritos policiais nos mostram como estas relações funcionavam no dia a dia. Um trabalho minucioso que requer atenção nos detalhes, nos não ditos, nas repetições, mas que nos ajuda a compreender como um determinado modelo de masculinidade foi construído e tornou-se o modelo a ser seguido, pensando sempre na sua relação com a violência.

3 HOMICÍDIO E MASCULINIDADE EM CHAPECÓ

3.1 QUEM SÃO ESSES HOMENS QUE MATAM E QUE MORREM

Para realizar a análise quantitativa dos dados utilizo todos os inquéritos policiais pertencentes a esta temática dentro da Coleção Comarca de Chapecó – Inquéritos Policiais, ou seja, apesar de somente 8 destes estarem dentro do meu recorte temporal (1958-1974), preferi analisar a temática como um todo para estabelecer um panorama social destes envolvidos de maneira mais expressiva.

Os dados a seguir foram encontrados, principalmente, nos Termos de Declaração ou Termo para Assentada (Para Testemunhas), que são os depoimentos dos envolvidos nos crimes, vítimas, acusados, testemunhas ou informantes, mas outras informações também foram encontradas nos Boletins de Ocorrência,¹³ no Auto de Qualificação e no documento Informações sobre a Vida Pregressa do Indiciado. Constam, normalmente, o nome completo, idade, naturalidade, instrução (escolaridade), profissão, estado civil, nome dos pais e o endereço de residência e a partir deste levantamento tento estabelecer alguns pontos comuns procurando o lugar social dos envolvidos. Para esclarecer os procedimentos adotados a partir da abertura do inquérito, trago aqui o trecho do Código de Processo Penal – CPP – L-003.698.1941, referente:

Art. 6º – Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

I – dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais;

II – apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais;

III – colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias;

IV – ouvir o ofendido;

¹³ No Anexo A consta uma cópia do Boletim de Ocorrência utilizado pela Delegacia de Polícia.

V – ouvir o indiciado, com observância, no que for aplicável, do disposto no Capítulo III do Título VII, deste Livro, devendo o respectivo termo ser assinado por 2 (duas) testemunhas que lhe tenham ouvido a leitura;

VI – proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações;

VII – determinar, se for caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias;

VIII – ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes;

IX – averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuam para a apreciação do seu temperamento e caráter.

Todos os inquéritos seguem estes passos ou deveriam seguir, vide que em alguns não encontramos todos os documentos acima citados, estes variam de caso para caso e, apesar destes 29 casos que trago aqui serem identificados/tipificados enquanto homicídio, em apenas 16 houve morte de fato, nos outros 13 casos houve a tentativa de homicídio ou lesões corporais que foram classificadas como tentativa de homicídio. Respeitei a catalogação desenvolvida pelo Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina¹⁴ – Ceom/Unochapecó – que mantém esta coleção,¹⁵ o acervo foi doado pela Primeira Vara Criminal da Comarca de Chapecó-SC ao Ceom para fins de salvaguarda.¹⁶ A Comarca de Chapecó foi criada através da Lei Estadual n. 1.147, de 25 de Agosto de 1917 e instalada oficialmente no município de Chapecó em 14 de novembro de 1917, tendo como primeiro Juiz da Comarca o

¹⁴ Criado em 1986, o Ceom – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina foi um dos primeiros programas de extensão e pesquisa da então Fundeste (Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste), atual órgão mantenedor da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó.

¹⁵ A Coleção Comarca de Chapecó – Inquéritos Policiais é composta por 1198 inquéritos policiais datados entre 1958 a 1988, os quais fazem parte da história do oeste catarinense, os autos são acompanhados de fotos, relatórios, documentos pessoais, boletins de ocorrência e até mesmo projéteis, serras e cartas contendo o depoimento final de suicídios, entre outros.

¹⁶ Ref. Edital de Intimação para Conhecimento de Terceiros, publicado no Diário da Justiça em 07 de junho de 2001, através da Portaria de n. 05/2000 e dos artigos 181 a 201 do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça.

Lucas Behring. A composição da Comarca abrange os municípios de Chapecó, Caxambu do Sul, Nova Itaberaba, Guatambu, Planalto Alegre e Cordilheira Alta.

Na década de 1960 circulava pela cidade uma espécie de folhetim, com intuito de fazer propaganda sobre Chapecó e que nos fornece alguns dados oficiais sobre a segurança:

2º Batalhão de Polícia Militar: Foi criado pela Lei 2087 de 20 de agosto de 1959, com sede na Capital do Estado e transferido para Chapecó em 1961, pelo decreto nº 407, de 31 de agosto de 1961. A instalação em Chapecó, ocorreu em 17 de outubro do mesmo ano.

– Subunidades: 1ª Cia. de PM, com sede em Herval d'Oeste; 2ª Cia. de PM, com sede em São Miguel do Oeste.

– Jurisdição: 60 municípios.

– Serviços: Patrulhamento ostensivo, Patrulhamento de trânsito, guardas nas Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas na jurisdição.

Delegacia Regional de Chapecó: Esta Delegacia Regional abrange 8 Comarcas a saber: Chapecó, Xanxerê, Xaxim, Seara, Palmitos, São Lourenço d'Oeste, Maravilha, Pinhalzinho e 18 Delegacias de Polícia Municipais.

Pertence a 12ª Região Policial do Estado.

– Ocorrências policiais: registra em média, 40 por mês, entre acidentes de trânsito, furtos e lesões corporais.

– Pessoal: 14.

– Viaturas: 5.

Delegacia de Polícia da Comarca de Chapecó: executa os mesmos serviços e com o mesmo pessoal da Regional. Secções: cartório, investigação policial, presídio, identificação, fiscalização, expediente, emplacamento, busca e informações (CHAPECÓ, [S.d], p. 15).

Figura 9 – Capa do Folhetim/Propaganda sobre Chapecó – década de 1960



Fonte: Ceom/Unochapecó.

O primeiro Batalhão de Polícia só foi instalado em Chapecó no ano de 1961, e atendia 60 municípios, a Delegacia Regional possuía 14 funcionários e cinco viaturas e era responsável por oito Comarcas da região oeste, sendo que só a Comarca de Chapecó englobava seis municípios. Não há como se surpreender com a demora nas investigações e recorrentes “sumiços” de suspeitos, como veremos adiante, tendo em vista o reduzido número de profissionais da área. E nos, em média, 40 crimes registrados por mês entre acidentes de trânsito, furtos e lesões corporais, não se encontram homicídios ou suicídios, que estariam entre os mais graves, e nem estelionatos,¹⁷ que representam o maior volume de inquéritos policiais encontrados no acervo que analiso.

Neste capítulo adentrarei no crime de Homicídio, que, Segundo o Código Penal Brasileiro, artigo 121, é classificado como um crime contra a pessoa e contra a vida, dividido entre homicídio simples, homicídio qualificado e homicídio culposo (onde não há intenção de matar), com reclusão de 6 a 20 anos. E prevê o ato de suprimir a vida humana, não importando ou definindo o modo empregado para tanto:

Assim, a norma admite criminosa qualquer conduta voltada ao término da vida da vítima: disparar arma de fogo, desferir golpes de faca, golpeá-la com pedras ou pedaços de pau, eletrocutá-la, provocar ou libertar animal para que a ataque etc. São incontáveis as maneiras que o autor do fato pode usar para matar alguém. Deve restar caracterizado, entretanto, o nexo causal entre a conduta e o resultado morte. (MEDEIROS, 2014, s/p.).

Esta variedade de formas para tirar a vida de outrem pode ser constatada nos inquéritos, de modo que os organizei da seguinte forma:

- 13 casos envolvendo arma de fogo (revólver ou espingarda);
- 8 casos envolvendo veículos (atropelamento ou tombamento);
- 4 casos envolvendo arma branca;¹⁸

¹⁷ Entre os 1198 inquéritos policiais pertencentes ao acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, 269 são Estelionatos enquanto existem apenas 75 relativos a furto, por exemplo, tendo em vista que esta coleção tem como datas limite os anos de 1958 à 1988.

¹⁸ Designa-se arma branca um objeto que possa ser utilizado agressivamente, para defesa ou ataque, mas cuja utilização normal é outra, geralmente para trabalho. São consideradas armas branca, a título de exemplificação, facas, machados, foices, martelos, entre outros.

- 1 caso envolvendo uso de pedra;
- 1 caso envolvendo asfixia;
- 1 caso envolvendo eletrocutamento;
- 1 caso em que não se sabe a causa da morte.

Quanto ao índice de homicídios e seu aumento ao longo dos anos, podemos constatar que a década de 1950, representada pelos anos de 1958 e 1959 (pois a data mais antiga registrada nos inquéritos é o ano de 1958) houve apenas um registro. Já na década de 1960 foram três registros, na década de 1970 foram nove registros e na década de 1980, que tem como último ano 1988, foram dezessete registros. O que representaria um aumento significativo, mas não deixamos de considerar o aumento populacional, que contribuiu para o aumento de registros e da criminalidade. Por isso concluo que o aumento pode ser visto como “normal” para uma cidade do tamanho de Chapecó e que estes acompanharam seu crescimento.

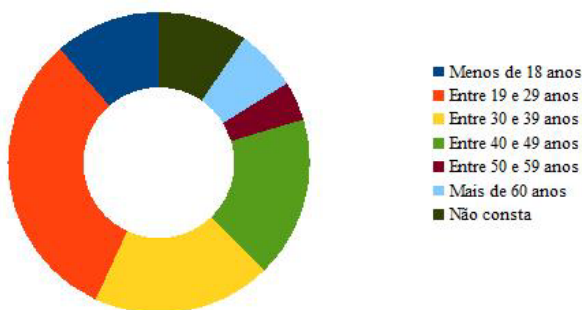
Entre indiciados, testemunhas e vítimas, registrei o número de 167 pessoas. São 133 homens envolvidos, que representam 79,64%, e 34 mulheres, que representam 20,36%, ou seja, de início já percebemos que a maior parte dos envolvidos são homens, inclusive eles são a maioria entre os indiciados e vítimas, sendo 23 acusados e 28 vítimas do sexo masculino, contra 3 acusadas e 8 vítimas do sexo feminino. O masculino é o protagonista destes crimes.

Os números totais indicam 26 indiciados (15,57%), 36 vítimas (21,56%) e 109 testemunhas ou informantes (65,27%).¹⁹ Sobre a idade dos envolvidos, podemos perceber que os jovens são a maioria, conforme o gráfico abaixo:²⁰

¹⁹ Este total é de 102,40%, somando 171 pessoas, pois em alguns casos o indiciado também é registrado como vítima e por isso foi registrado duas vezes.

²⁰ Estes dados também podem ser conferidos na Tabela 2: Idade dos envolvidos em crimes de Homicídio, Apêndice A ao fim deste trabalho.

Figura 10 – Idade dos envolvidos em crimes de Homicídio (1958-1988)



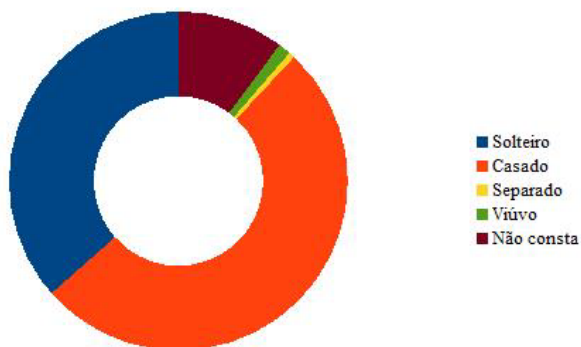
Fonte: Elaboração Fernanda Arno.

A faixa etária que apresenta o maior índice de envolvimento é entre 19 a 29 anos, seguida da faixa etária de 30 a 39 anos, mostrando que eram os mais jovens os maiores envolvidos. Podemos creditar a isso a situação de tensão entre o fim da adolescência e o início da vida adulta, ou seja, “ao nível do ciclo de vida, encontravam-se todos numa situação de tensão entre a permissividade da adolescência masculina e as responsabilidades do trabalho produtivo e da reprodução familiar” (ALMEIDA, 1995, p. 53). A identidade destes homens está em uma fase de consolidação, o que não significa que não possa ser remodelada, incluindo ou excluindo práticas e experiências, mas a base desta identidade, em si, tende pouco a se modificar, conforme os comportamentos analisados ao longo deste capítulo e também:

Não se pode [...] perder de vista a eficácia do esteriótipo construído e/ou mantido pelas diversas instâncias de representação simbólica da sociedade, através de seus produtos e veículos: mitos, narrativas, *slogans*, ideais, caricaturas, etc. Todo este conjunto de elementos simbólicos auxilia na modelação da própria “face social”, constituindo indivíduos à sua imagem e semelhança para que eles possam reproduzir a própria sociedade que os fabrica. (OLIVEIRA, 1998, p. 105).

Já sobre o estado civil dos envolvidos nos crimes de homicídio, entre vítimas, indiciados e testemunhas, temos o gráfico abaixo:²¹

Figura 11 – Estado civil dos envolvidos em crimes de Homicídio (1958-1988)



Fonte: Elaboração Fernanda Arno.

A maior parte dos envolvidos era casada, sendo este um dos sacramentos mais importantes para os habitantes da região oeste catarinense, constituída, em sua maioria por descendentes de italianos católicos, como afirma Renk (2006) “outro traço constitutivo da nação italiana é a representação familiar. A família italiana seria fundamentada no casamento monogâmico e indissolúvel” (RENK, 2006, p. 85). Apesar de muitos não serem oficialmente casados, seja no litigioso ou no civil, estes se declaravam casados através de outras denominações, como “amasiados”, “viviam juntos”, “amigado”, “ajuntado”, dentre outras. A importância do casamento também pode ser explicada através de uma tradição que vinha dos tempos da colonização, a herança:

Quanto aos padrões de herança, entre os colonos italianos, verificam-se leis consuetudinárias que não encontram, obrigatoriamente, amparo na legislação em vigor. O corpo legal prevê a partilha igualitária entre os herdeiros. O costume, no entanto, caminha pelo viés patrilinear. De acordo com o capital econômico, se possível, é assegurada a terra ou outro capital aos varões. Na impossibilidade, o caminho

²¹ Estes dados também podem ser conferidos na Tabela 3: Estado Civil dos envolvidos nos Crimes de Homicídio (1958-1988), Apêndice B ao fim deste trabalho.

segue a unigenitura. De modo geral, é assegurada a terra aos filhos masculinos, deserdando as mulheres, dotando estas de outros capitais, como o “dote”, “o enxoval”. (RENK, 2006, p. 82).

Ou seja, o casamento era uma forma do pai “dar rumo” as filhas crescidas, e aos homens ficava a terra e, nela, estes constituiriam família e tomariam as filhas de outros homens em matrimônio, fortalecendo este ciclo, “a 'virtude da indissolubilidade' não pode ser dissociada da gestão e transmissão econômica da colônia” (RENK, 2006, p. 92). Além disso, num cenário mais amplo, somente em 1977 foi estabelecido o divórcio no Brasil, através da Lei 6.515, sendo que ambos os cônjuges podem requerer a separação, sendo necessário o prazo de um ano para a sentença ser proferida.

Através da continuidade de algumas tradições percebemos como a influência da colonização ainda é muito presente na região, vindos, em sua maioria, do Rio Grande do Sul, os migrantes descendentes de italianos enraizaram diversas tradições, sendo que, entre os envolvidos 29,94% (50 pessoas) vieram do estado vizinho e dentre os 52,10% (87 pessoas) que nasceram em Santa Catarina, a maioria tem pais sul-riograndenses.²² Mas não são só estes que deixaram sua marca, as tradições e cultura cabocla também são bastante presentes, apesar de miscigenadas ou incorporadas a outras, mais desejadas. Através da medicina popular, da religiosidade e valores como o batismo e o casamento, as identidades étnicas se confundem e misturam, num jogo simbólico e de poder que reflete em hegemonia de determinado grupo em relação a outros.

Neste caso o grupo que busca a hegemonia e a dominação é o grupo dos “Pioneiros”, os migrantes e imigrantes descendentes, principalmente, de italianos, que “construíram do nada” esta região, com trabalho duro, e que influenciam os demais, encucando nos grupos subordinados e excluídos da história oficial seus valores (CEOM, 2008, p. 18). Ao olharmos para a profissão dos envolvidos percebemos que a maioria é agricultor, operário ou tem seu próprio comércio, muitas vezes um pequeno armazém, mercado ou bar e as mulheres, na maioria dos casos, são donas de casa ou domésticas.²³ Em nenhum inquérito

²² Sobre o Estado de nascimento, a naturalidade, dos envolvidos, conferir Tabela 4 no Apêndice C.

²³ Os dados completos deste levantamento estão na Tabela 5: Profissão dos envolvidos em crimes de Homicídio (1958-1988), Apêndice D.

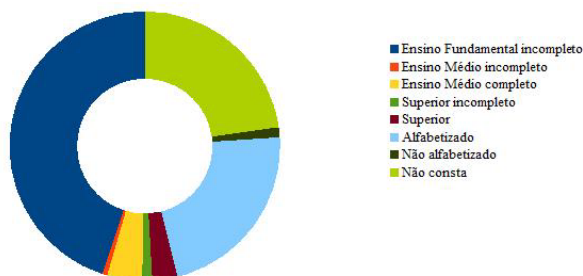
encontrou-se termos como “desempregado” ou algo que indicasse que algum envolvido não possuísse um emprego, mesmo entre os menores de idade, que não trabalhavam, a palavra utilizada era “Estudante” ou “Menor”. Como afirma Vojniak (2004):

No momento em que vários temas, conceitos e enunciados em torno da constituição do ideal de trabalho e da tentativa de construção de novos modelos de masculinidade são agenciados no contexto da construção da Região Oeste Catarinense nos anos 50 e 60, figura, simultaneamente, um conjunto de discursos e ações voltados à valorização e necessidade da educação. Esses discursos e ações em prol da educação fazem parte dessa série de investimentos que apontam para a tentativa de constituição de um novo homem no Oeste Catarinense. (VOJNIAK, 2004, p. 75).

Mas este contexto não aparece nos dados extraídos dos inquéritos, 22,16% dos envolvidos era somente alfabetizado e 44,91% possuía apenas o Ensino Fundamental Completo.²⁴ E “A prioridade das escolas na região concentrava-se no ensino primário, e somente as famílias mais abastadas tinham condições de fazer que seus filhos completassem os estudos fora da região, principalmente em Passo Fundo (Rio Grande do Sul), Curitiba (Paraná) e Florianópolis (Santa Catarina)” (VOJNIAK, 2004, p. 78). A maior parte da população não tinha acesso a educação, a condição financeira influenciava muito, pois a maioria das pessoas buscava um emprego em vez de investir em uma formação. Durante a primeira metade do século XX a população cabocla teve grandes dificuldades em frequentar a escola, devido a sua posição social de exclusão, na maioria dos casos sua presença eles não era bem-vista, principalmente pelos colonos que não acreditavam que este grupo étnico não fazia parte da “sua sociedade” (VOJNIAK, 2004, p. 78-79).

²⁴ Os dados completos deste levantamento estão na Tabela 6: Escolaridade dos envolvidos em crimes de Homicídio (1958-1988), Apêndice E.

Figura 12 – Grau de escolaridade dos envolvidos em crimes de Homicídio (1958-1988)



Fonte: Elaboração Fernanda Arno.

A maioria dos envolvidos residia na cidade de Chapecó,²⁵ 119 pessoas (71,25%) e a maioria dos crimes foram registrados também neste município. Este levantamento inicial nos ajuda a entender quem eram estas pessoas, a que grupo pertenciam e, através disso, nos mostra como eles interferiam nos modelos vigentes e como estes modelos os atingiam. Ao pensarmos numa masculinidade hegemônica, primeiramente, devemos ter em mente que masculinidade é essa e por quem ela foi pensada para, em seguida, entendermos como ela funciona na prática e de forma outras masculinidades interferem nesse processo.

O que proponho no item a seguir é, através de um olhar sobre o feminino nestes crimes de homicídio, analisar como a violência e a formação de uma masculinidade hegemônica se relacionavam com a construção de feminilidades e como as mulheres se utilizavam de códigos masculinos em determinadas condutas aqui percebidas.

3.2 ABRINDO O INQUÉRITO POLICIAL

Início aqui uma análise aprofundada de cada um dos 7 casos encontrados entre os anos de 1967 à 1974, iniciando pelo mais antigo, na década de 1960. Ao realizar este estudo pretendo demonstrar as particularidades e também as similitudes dos crimes, pois cada um representava uma situação única para os envolvidos, mas ao olharmos o conjunto podemos notar que eles tem muito em comum e, “além disso, é

²⁵ Os dados completos deste levantamento estão na Tabela 7: Residência dos envolvidos em crimes de Homicídio (1958-1988), Apêndice F.

na análise de cada versão no contexto de cada processo, e na observação da repetição das relações entre as versões em diversos processos, que podemos desvendar significados e penetrar nas lutas e contradições sociais que se expressam e, na verdade, produzem-se nessas versões ou leituras” (CHALHOUB, 2012, p. 40).

Ao analisarmos um inquérito, ou qualquer outro documento histórico, estamos também produzindo versões a respeito dele, baseados em nossas próprias leituras e objetivos, buscando trazer a luz questões ainda não exploradas, mas que, certamente, tem muito a contribuir para novos questionamentos do saber e fazer historiográfico. Por fim, antes de adentrar as páginas dos inquéritos policiais, destaco que a grafia presente nos mesmos foi mantida nas transcrições, ou seja, a escrita é própria da época e há, ainda, alguns erros de digitação, concordância ou de português, que nada interferem na leitura, mas que foram mantidos por acreditar que caracterizam este fazer, dentro de sua lógica de produção.²⁶

Caso 1:²⁷ No dia 16 de agosto de 1967, por volta das 17:30 horas, no bairro Palmital, na cidade de Chapecó-SC, o senhor Pedro, 38 anos, casado, natural e residente desta mesma cidade, com instrução 4º ano primário e de profissão Guarda Fiscal do Serviço Público Estadual, “desparou a sua espingarda dentro da sua casa de residência, indo atingir o pescoço de sua esposa de nome Universinda, que em consequência do tiro a mesma veio falecer estantaneamente (sic)”. O acusado, Pedro, prestou declaração no dia posterior ao ocorrido:

No dia 15 do corrente mês, pelas 17:30 horas mais ou menos, em sua casa de residência no bairro Palmital, após terem carpinado algumas gramas juntamente com sua esposa de nome Universina, então o acusado deliberou de ir pegar a sua espingarda, quando ambos já se encontravam dentro da casa na parte do dormitório, o acusado pegou a sua espingarda nas mãos e ao levantar a mesma detonou um tiro, indo atingir o pescoço da sua esposa, que causou a morte estantânea da mesma.

²⁶ Os escrivães utilizavam máquinas de escrever para datilografar os inquéritos, logo, ao perceberem um erro era imediatamente utilizada a palavra “digo”, muito observado em diversas páginas ao longo dos processos, além do mais não era exigida uma formação superior para o cargo, bastava o ensino fundamental para ocupar a vaga, o que talvez explique alguns dos erros encontrados.

²⁷ Processo-crime nº S/N, 16 de agosto de 1967, Chapecó-SC, ID CCOC724ip, caixa 22.

Pedro afirma ainda que a espingarda sempre era guardada descarregada, mas afirma que no domingo anterior, dia 13 do mesmo mês, havia emprestado a arma para seu irmão, de nome Jair, “o qual devolveu a dita espingarda carregada e que por um lapso do acusado, deixou de examinar a mesma, guardando-a carregada”. A arma em questão não era registrada e foi apreendida pelos policiais, como consta no Auto de Apreensão, era de marca Boito, calibre 36, nº 49504, com 36 cartuchos, sendo que 31 estavam carregados e cinco descarregados e ainda uma cartucheira com capacidade para 39 cartuchos. Ao fim de seu depoimento, Pedro afirma que vivia com Universinda a seis anos, quatro de forma “amaziada” e depois mais dois como oficialmente casados, e “sempre tiveram uma vida pacífica; Disse o acusado que no ato do acontecimento acima ficou desesperado, pegando a sua esposa no colo e gritando por socorros, que nem recorda quem foram as pessoas que se apresentaram naquele momento”. Quando os policiais chegaram ao local do crime Pedro ainda estava sentado no chão com sua esposa nos braços.

Em seu depoimento, Jair, irmão de Pedro, 26 anos, casado, natural e residente de Chapecó-SC, com instrução primária e de profissão protético, confirma que pegou a espingarda das mãos de sua cunhada Universina para ir matar uns pássaros, enquanto Pedro assava um churrasco, e “que por negligência sua não descarregou a arma, deixando a mesma encostada na parede do lado de fora” e só tomou conhecimento acerca da morte de sua cunhada após o ocorrido.

Ninguém estava na residência no momento do ocorrido além da vítima e do acusado, logo, as testemunhas deste caso, que são três, prestaram declarações pois foram as primeiras pessoas a chegarem ao local. A primeira, de nome Darina, 46 anos, casada, natural e residente em Chapecó-SC, não sabendo ler nem escrever e de profissão doméstica, exercendo-a em sua própria casa, afirma que no dia em questão estava capinando sua horta e que seus vizinhos, Pedro e Universina, também estavam capinando do outro lado da cerca, pois seus terrenos confrontam e, por volta das 17:30, após o fim do serviço, ouviu Pedro dizer que caçaria uns pássaros e:

A declarante também neste momento recolheu-se para sua casa, mas em seguida escutou o estampido de um tiro e gritos e que logo chamaram pela declarante, que esta saiu e notou que estava acontecendo algo na casa do Sr. Pedro, dirigiu-se para lá, encontrando no quarto da casa do Sr. Pedro, o mesmo com sua esposa dnª Universina morta no colo, com um tiro

de espingarda no pescoço, chorando e dizendo que ao pegar a espingarda no canto da casa, disparou o tiro atingindo sua própria esposa. Disse ainda a declarante que este casal desde que foram vizinhos, sempre se deram bem.

A segunda testemunha é Ismaiel, 40 anos, casado, natural de Guaporé-RS, residente em Chapecó-SC, sabendo ler e escrever e de profissão comerciante, disse que neste mesmo dia, por volta das 18 horas foi avisado por Alcides que momentos antes o Sr. Pedro havia disparado sua espingarda, acertando sua própria esposa. Ao chegar no local “verificou que o Sr. Pedro estava com sua esposa no colo, em um verdadeiro desespero, por ver a esposa morta”. Já Alcides, 35 anos, casado, natural de Guaporé-RS, residente em Chapecó-SC, sabendo ler e escrever e de profissão comerciante afirma que por volta das 17:30 “chegou uma menina em sua casa, a qual disse para o declarante que o Inspetor de Quarteirão daquela localidade, mandou pedir que o declarante fosse até a casa do Sr. Pedro”, o Inspetor não pode atender porque se encontrava acamado, doente. Ao chegar na casa do acusado a cena é novamente confirmada, Pedro estava “com sua esposa Universina morta segurando-a no colo, completamente desesperado. Que visto esse acontecimento o declarante veio avisar as autoridades”.

O cargo de Inspetor de Quarteirão, citado neste caso, assemelhava-se ao de delegado no sentido de ser um representante legal responsável por determinada localidade, eram escolhidos pelo juiz de paz ou delegado responsável e aprovados juntamente a Câmara Municipal. Não havia remuneração para esta função, era exercida a título gratuito, mas considerada de relevante no auxílio as atividades policiais, tendo como atribuições, de acordo com o Decreto nº 6.746, de 16 de setembro de 1975:

Artigo 3º – Aos inspetores-de-quarteirão incumbe:

I – informar a autoridade policial sobre as contravenções e delitos de que tiverem conhecimento, bem como a existência ou permanência de contraventores ou criminosos na sua área de atuação;

II – conter as pessoas embriagadas ou turbulentas que, por palavras ou ações, ofendam a tranquilidade e o decoro públicos;

III – diligenciar para a prevenção dos crimes e contravenções;

IV – elaborar o cadastro de seu quarteirão e informar à autoridade as alterações julgadas necessárias (SÃO PAULO, 1975).

Entre os requisitos para se tornar um inspetor de quarteirão estavam: ser brasileiro, alfabetizado e estar em gozo dos direitos políticos; possuir: idoneidade moral, profissão definida, condições adequadas para a natureza da função, não registrar antecedentes criminais ou político-sociais, não ser filiado e nem prestar serviços, a qualquer título, a organização político-partidária (SÃO PAULO, 1975). Cada inspetor era responsável por uma pequena área:

A jurisdição de um inspetor encerrava-se nos limites territoriais de seu quarteirão – sendo-lhe vedado o uso de sua autoridade nos quarteirões vizinhos. No entanto, [...] qualquer inspetor tinha direito de entrar em outro quarteirão, que não fosse o seu, em três situações – e somente nessas situações. Primeiro, desde que tivesse para isso recebido ordem expressa do chefe de polícia, do delegado ou subdelegado. Segundo, quando estivesse em perseguição a algum criminoso ou pessoa que, por qualquer motivo, devesse ser presa. E, por último, quando fosse chamado pelos inspetores vizinhos para ajudá-los a resolver algum daqueles rompantes de anarquia e desordem coletiva que podiam estourar a qualquer momento em um quarteirão. (SILVA, 2007, p. 31).

Em suma, os inspetores de quarteirão auxiliavam no estabelecimento e manutenção da ordem pública, evitando uma sobrecarga da Polícia Militar e Civil ao resolver pequenos conflitos domésticos ou entre vizinhos, como discussões ou brigas de menor gravidade, “tinham autoridade para efetuar prisões em flagrante, para admoestar e, até mesmo, [...] para obrigar a assinar “termos de bem viver” a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, viviam pelas ruas ofendendo os bons costumes e perturbando o sossego público, tais como: vadios, mendigos, bêbados, desordeiros e prostitutas” (SILVA, 2007, p. 29). E, por sua idoneidade moral, era considerado e respeitado como um representante da Lei, como no caso acima onde, por estar doente e não poder comparecer ao local do crime, incumbe outra pessoa em seu nome para fazê-lo. Como afirma Marquetti (2008) “Inspetores de quarteirão, juízes de paz e até mesmo subdelegados poderiam ser requisitados entre os próprios moradores locais, sem que para isso

tivessem ou deles fosse exigido algum preparo ou formação escolar. Os que assumiam tais cargos eram considerados homens da lei [...] uma espécie de colaboradores no exercício da justiça” (MARQUETTI, 2008, p. 40).

O inspetor de quartirão era um modelo de masculinidade a ser seguido, principalmente neste momento de expansão econômica e social pelo qual a cidade atravessava, visto que para conseguir o cargo eram necessárias determinadas características que incluíam ter um emprego fixo, ou seja uma renda fixa, ser alfabetizado e ser idôneo moralmente, todas “qualidades” que a elite chapecoense procurava estabelecer como merecedoras de crédito: um homem trabalhador, culto e digno. E sabemos que “a elite local estava à frente dos grandes acontecimentos sociais da comunidade e era responsável pelas promoções de caráter político, esportivo, religioso e cultural. Além de ocupar os postos estratégicos da estrutura social, monopolizando a direção de órgãos públicos estaduais, federais e municipais” (HASS, 2007, p. 68).

Como afirma Almeida (1995) o trabalho e o status social são importantes para a definição da identidade social e para a masculinidade, ou seja “os pares de relações preguiça/trabalho, riqueza/pobreza e outros definem também contínuos de masculinidade (mais e menos), levando ao investimento diferencial em características diferentes de masculinidade consoante se esteja numa ou outra ponta da escala” (ALMEIDA, 1995, p. 56-57). O investimento das classes ditas superiores, a elite, é numa masculinidade que esteja em consonância com as novas bases de progresso e desenvolvimento que estão sendo estabelecidas em Chapecó. E isso não quer dizer, necessariamente, a riqueza, mas valores que andem nesta direção, como o trabalho, a retidão moral, a família (tradicional) e a educação. Em um contexto mais abrangente, dentro do que foi considerado o Milagre Econômico, Chapecó se encaixa perfeitamente, pois a elite se fortaleceu ainda mais e, “neste momento, a atmosfera política nacional parece ter sido contagiada por uma onda de modernização. Realizar mudanças de ordem estrutural e cultural nos espaços físicos e ideológicos capazes de alinhar o emergente Brasil à nova ordem civilizatória mundial parecia ser a maior meta dos administradores” (VITÓRIA, 2011, p. 196).

Voltando ao caso de Universina, no documento Informações sobre a Vida Progressiva do Indiciado, de 17 de agosto de 1967, temos mais uma pista da importância do trabalho na construção de um modelo de masculinidade, há um campo chamado “Data em que começou a trabalhar, profissão, ocupação na época do crime”, cuja resposta dada por Pedro é que “começou a trabalhar com a idade de 12 anos, de pintor,

ajudando seu pai, atualmente exerce o cargo de Guarda Fiscal (Serviço Estadual)”, enquanto estudou somente até o quarto ano primário, ou seja, de uma forma ou de outra o trabalho era considerado mais importante que o estudo, sabendo que muitas vezes as crianças/jovens largavam a escola para auxiliar na renda doméstica, trabalhando por necessidade financeira.

No dia 3 de outubro de 1967 Pedro foi chamado novamente para interrogatório, desta vez na Sala de Audiência do Juízo de Direito da Primeira Vara Criminal da Comarca da Capital, em Florianópolis-SC, onde reafirma suas declarações prestadas a Polícia, incluindo somente que “é casado e sempre viveu em harmonia com sua esposa, que atribuiu o fato a uma obra da fatalidade [...] que o interrogado nunca foi preso e nem processado” e que “não tem advogado constituído e vai constituir pedindo para isso para o MM Juiz prazo para procurar um advogado”. Em 26 de dezembro o João Cândido é nomeado para defender o réu e no ano seguinte, em 7 de fevereiro de 1968 uma nova audiência é realizada.

Em sua Defesa Prévia o advogado João Cândido atribuiu a morte de Universina a um “golpe da sorte”:

Conforme o habito do Réu, costumava o mesmo, guardar a espingarda descarregada e por um golpe de sorte, coisa que existe, o seu irmão carregou-a e depois de usá-la, foi guardar a mesma, nestas condições. O resultado de tudo isso, foi a morte da esposa [...] quer o Representante do Ministério Público, que tenha havido imprudência do Réu; mas uma imprudência como tal não é punível, porque não houve culpabilidade do mesmo.

Novamente as testemunhas são arroladas e chamadas a comparecer, são elas: Jair, irmão da vítima, Davina e Alcides e no dia 31 de maio de 1968, uma nova audiência é realizada, na cidade de Chapecó. A primeira testemunha a depor é Alcides, que também confirma as palavras de seu depoimento perante a polícia:

Que o depoente chegando a casa do acusado, ai já encontrou considerável número de pessoas; que encontrou o acusado abraçando a vítima, já morta; que o acusado se 'exclamava' porque havia matado a esposa, porque havia disparado a espingarda; que o depoente pediu ao acusado que aguardasse que iria chamar um irmão do senhor Pedro; que o depoente esteve na casa do acusado, conforme relatou acima, por volta das 18 horas; que o depoente avisou o irmão do acusado, ao

Delegado de Polícia de Chapecó e ao Dr. Valmor (médico), retornando à casa do acusado com aquelas pessoas.

Cumprindo o papel que lhe foi designado pelo Inspetor de Quarteirão, Alcides chama ao local do crime, dada sua gravidade, o Delegado de Polícia e também o médico legista Valmor para que assumam as responsabilidades legais cabíveis. Por fim, ao ser perguntado pelo advogado da vítima sobre o estado de animo da mesma, Alcides afirma que quando “chegou a casa do mesmo, estava em verdadeiro desespero, chorando e gritando”. A segunda testemunha é Davina que foi a primeira pessoa a chegar ao local e afirma que:

Ouviu um tiro de espingarda e escutava o acusado a chamar para que acudissem pois a espingarda havia disparado atingindo sua mulher; que o acusado chorava altos brados [...] que o acusado e a vítima se davam, levando uma vida cordial de perfeito entendimento; que inclusive a vítima, quando o acusado viajava para o porto Goio-En, local onde trabalhava, ficava chorando; que o acusado quando saia para o serviço pedia para a depoente que fizesse companhia a vítima; que o acusado *era homem de bom comportamento vivendo para a família*; que o acusado *não era dado ao vício contumas (sic) da bebida e muito menos a violências*; que o acusado *dava do bom e do melhor a sua esposa, nada lhe deixando faltar*, entregando inclusive o dinheiro dos seus vencimentos a esposa. (Grifo nosso).

Através deste depoimento temos algumas pistas do tipo de comportamento esperado para um homem, o modelo de masculinidade que se almejava, ao menos perante a lei: um homem provedor do sustento do lar, que vive para sua família e seu trabalho, que não deixa nada faltar a sua esposa e a sua casa, é estabelecido o que é o papel do homem dentro do contexto familiar e social e, conforme Oliveira (1998):

A manutenção da masculinidade hegemônica não pode ser pensada como elaboração orquestrada e consciente de um grupo de homens nela interessados. Trata-se antes de uma complexa trama de situações e condições que a favorecem mais ou menos, dependendo das circunstâncias. Este tipo de análise enfatiza a ideia de que as estruturas de poder não podem ser tomadas como definitivamente estabelecidas, mas sim como ajustadas a uma dinâmica na qual a busca de sua

legitimação e o auto-velamento de suas características históricas procura fixá-las como coisas naturais e eternas, de tal forma que se tornem a-históricas. (OLIVEIRA, 1998, p. 104).

Ao enfatizar determinadas características do acusado, buscando encaixá-lo num comportamento moralmente desejável, a depoente e o próprio júri em si, estão estabelecendo qual conduta é apropriada para os homens e qual não é. A violência não se enquadra nesta lógica, nem o vício ao álcool, pois estes também não estavam de acordo com o novo modelo de cidade que Chapecó estava se tornando, logo, o trabalho, o provimento e a família estavam em primeiro lugar. O último depoimento é de Jair, irmão do acusado, que confirma suas primeiras declarações e também as demais, afirmando que:

O casal não tinha filhos, que o depoente quando estava na casa de seu irmão Pedro, após a morte da esposa desse, mostraram-lhe a espingarda, toda quebrada; que disseram que fora o acusado quem quebrara a espingarda que acusado e vítima *viviam em harmoniosa vida conjugal*; que o depoente nem mesmo queixas de um ou de outro ouviu. (Grifo nosso).

A partir de então tem a palavra o Promotor Público, Euclides:

Não havia quaisquer razões para se admitir que o acusado propositadamente fizesse ou tivesse algum ato agressivo contra sua mulher. Mesmo não se cogita disto no presente processo e sim o mesmo se viu processar por um delito culposos.²⁸ Em se analisando a ação do acusado e as circunstâncias de que se reveste o ato por ele praticado, temos em que o mesmo não se cercou das cautelas ao apanhar a espingarda que se encontrava encostada a um canto do quarto que servias de dormitório do casal. Ficou demonstrado face aos ferimentos recebidos pela vítima de que o acusado estava bem próximo a esta quando ocorreu o disparo. Em princípio uma arma de fogo somente dispara quando se verifica o acionamento do gatilho. Entendemos não ter o acusado na ocasião diligenciado no sentido de

²⁸ Art. 15. Diz-se o crime: I – doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo; II – culposos, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia. Código Penal (BRASIL, 1940).

tomar a primeira precaução que toma o homem comum ao apanhar uma arma de fogo que é verificar se a mesma está ou não carregada. É de se admitir fosse o um cidadão com regulares conhecimentos e quíça ter aprendido [...] no exército de que quando se faz a observação se uma arma está ou não carregada se o faz com o cano voltado para cima em posição vertical em relação ao solo ou assoalho se for no interior de uma casa. Reside neste particular o nosso entendimento de que tenha o acusado agido imprudentemente pois agindo da maneira como o fez tinha a previsão do que poderia ocorrer. Assim sendo é de se condenar o acusado por prática de homicídio culposo em sua mulher, por entendermos de justiça.

Já o advogado da vítima, afirma que:

Não teve a mais leve culpa na morte daquela que lhe era tão cara, pois as testemunhas e especialmente a vizinha Davina, dão bem uma ideia do ambiente feliz que o acusado e vítima mantinham em seu lar; *O destino, ou os desígnios de Deus impuseram ao acusado uma pena perpétua, cujo cumprimento se vem fazendo, e far-se-a por toda a vida, é a lembrança, a falta, ao acusado daquela a quem ele dedicou os melhores anos de sua vida;* que não há de ser a sociedade, e muito menos V. Excia., o Juiz justo e humano, pois assim será justo senão justo, que haverá de aplicar mais uma sanção ao acusado, amargurando hoje e por toda sua existência, ainda mais o seu íntimo; que nestes termos [...] invocando o quadro triste dos dias do acusado, é que se espera serenamente que V. Excia. faça a tão almejada Justiça aquele que foi um *marido exemplar e hoje continua sendo um modesto servidor.* (Grifo nosso).

O quadro dramático traçado pelo advogado culmina com o pedido de absolvição do réu calcado em seu papel exemplar de marido e de modesto servidor. O acusado já “cumpre sua pena” ao viver com a “lembrança, a falta”, mas em momento nenhum a “culpa”, pois sua imperícia ao manusear a espingarda carregada e causar a morte de sua esposa estariam nos desígnios de Deus ou em seu destino, e também em sua vontade de inocentar-se perante o tribunal. A um homem tão bom para sua esposa e para seu trabalho não caberia mais nenhuma culpa, nenhuma prisão, pois enquanto modesto servidor ajudava a contribuir também para um modelo hegemônico de conduta. O meritíssimo juiz

Rubens dá sua sentença no dia 5 de dezembro, dois dias após a audiência:

Em se lendo todos os elementos de prova existentes nos autos; tem-se a conclusão de que, no caso, não houve crime e nenhuma pena é de ser aplicada pelo fato cometido. Pelo que se depreende da prova, o fato ocorreu acidentalmente; sem “animus necandi”²⁹ por parte do acusado, que foi surpreendido. Não resultou comprovado qualquer grau de culpa por parte do réu; não houve imprudência, negligência ou imperícia. No caso, impõe-se a absolvição do implicado. Assim: absolvo o réu Pedro da imputação que se lhe é feita nesta ação de rito sumário. Entretanto, condeno as custas processuais.

Pedro foi absolvido e no dia 19 de dezembro de 1969, o ano seguinte, o caso é arquivado. Este caso nos mostra que devemos compreender a masculinidade como um projeto coletivo³⁰ objetivado e subjetivado por cada homem, perpassado por sua própria identidade. Sendo os homens os dominantes nesta construção este projeto coletivo pode ser usado quando lhes convêm, o que não exclui a existência de outras masculinidades, mas sim uma coexistência de várias masculinidades que se atravessam, modificam e se adaptam conforme as necessidades impostas, ademais:

La hegemonía siempre es vivida como un proceso. Excepto analíticamente, no es un sistema o una estructura. Se trata de un complejo que da cuenta de las experiencias, relaciones y actividades, con específicos límites y presiones que son cambiantes. Además (y esto es crucial para recordar la necesaria verdad del concepto), [hegemonía]no existe pasivamente como una forma de dominación. Ella es continuamente renovada, recreada, defendida y modificada. También es continuamente resistida, limitada, alterada, cambiada por presiones, aunque no en todas sus propiedades. (BERMÚDEZ, 2013, p. 297).

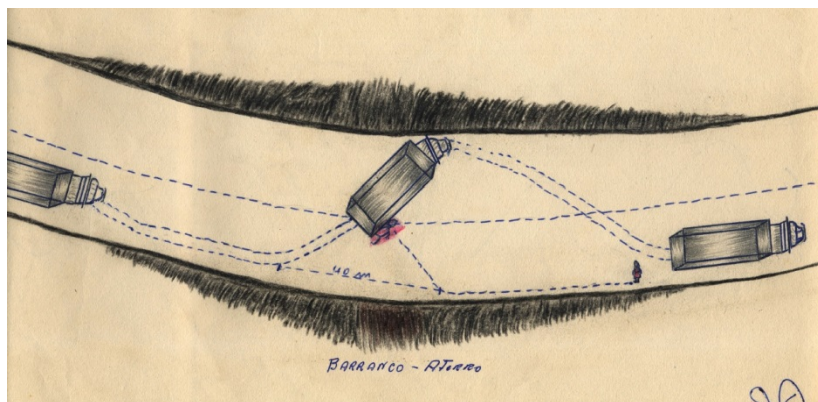
²⁹ Termo em latim que significa dolo, vontade, é a intenção de matar, ou seja, de tirar a vida de outra pessoa.

³⁰ Entendo por projeto coletivo os discursos oficiais divulgados por indivíduos ou instituições legitimadas pela sociedade, como juízes, escolas, igreja, entre outros.

Outro aspecto relevante quanto a este caso é que o porte de armas era fácil e comum, mesmo no perímetro urbano, sendo habitual as pessoas possuírem armas ou andarem armadas. E “o uso do revólver era ordinário e costumeiro. Em alguns casos, inclusive, o mau uso que se fazia dos revólveres e a imprudência acabaram por fazer vítimas” (MARQUETTI, 2008, p. 89), como na morte de Universina, apesar do fato ter se dado com o uso de uma espingarda e não de um revólver, e os inquéritos não trazem quaisquer informações sobre a proveniência da arma ou sobre a facilidade em adquiri-las, mostrando que este assunto não era dos mais importantes neste dado momento.

Caso 2:³¹ Na noite de 17 de novembro de 1967, no município de Chapecó, um caminhão, dirigido por um homem chamado Hugo, em determinada altura da estrada que liga Chapecó a Xaxim, atropelou uma mulher, de nome Emilia, que teve morte imediata. A Portaria foi aberta no dia 18 de novembro, prevendo todas as medidas legais cabíveis. O croqui desenhado pelos policiais registra como teria acontecido o acidente:

Figura 13 – Croqui do acidente envolvendo Hugo e tendo como vítima Emilia



Fonte: Inquérito Policial CCOC706ip.

Segundo Hugo, 37 anos, casado, natural e residente de Passo Fundo-RS, com instrução primária e de profissão motorista, na noite do

³¹ Processo-crime nº 26/67, 18 de novembro de 1967, Chapecó-SC, ID CCOC706ip, caixa 22.

acidente “vinha vindo na Estrada de Xaxim a Chapecó em certa altura avistou uma senhora que caminhava a direita da estrada, aproximadamente a uns quarenta metros do veículo a mesma se jogou ao leito da estrada, tendo o declarante procurado desviar pela esquerda o máximo possível”. As primeiras palavras do motorista Hugo, em seu depoimento já procuram evidenciar que a culpa pela morte de Emilia não é sua, pois a mesma teria se jogado em frente ao seu caminhão, mas “devido ao aterro não deu pra desviar o possível, vindo a mesma a bater na tração do caminhão, tendo o reboque passando por cima. Disse que logo após o ocorrido parou o veículo e foi ao socorro da vítima, porém constatou o caso fatal”.

Sobre a vítima nada se sabe, o único documento que se refere a ela é o Auto de Exame Cadavérico, onde consta somente seu nome e, conforme relato das testemunhas, que era uma mulher idosa. Segundo Abel, 47 anos, casado, natural do Rio Grande do Sul, residente na Linha Aguiinhas (nesta cidade), sabendo ler e escrever e de profissão motorista, “não presenciou o acidente mas que esteve no local uns cinco minutos após” disse que:

Conhece a bastante tempo a vítima, sendo que por diversas vezes a viu em estado de embriaguez; que meia hora antes dos fatos quando o depoente e seus familiares vinham da roça em uma camionete de sua propriedade, o depoente foi advertido por sua esposa ao ver a vítima ainda pouco antes do local do acidente em adiantado estado de embriaguez; que a esposa do depoente solicitava que andasse devagar pois não queria atropelar a vítima.

Uma segunda testemunha, Herminio, casado, natural do Rio Grande do Sul, também residente de Aguiinhas, sabendo ler e escrever e de profissão comerciante, disse que “estava pegando águas na fonte numa fonte além da estrada geral no sentido de sua casa” e notou a presença da vítima pouco mais abaixo de onde estava, confirmado que Emilia andava bem ao lado da estrada. Apesar de não ter presenciado o acidente, Herminio chegou ao local em torno de 20 minutos após o ocorrido, por ter percebido o movimento na estrada, e lá já se encontrava a família de Abel, que aguardava o retorno do motorista do caminhão, este havia se dirigido a Chapecó afim de se apresentar a polícia e conduzi-los ao local. É interessante notar que as testemunhas do caso só foram chamadas a depor em 23 de setembro de 1968, quase um ano após o ocorrido, e os dois depoentes eram homens. Apesar de termos a

confirmação de haverem mais testemunhas, como afirma Herminio que “a *família* do senhor Abel foi a primeira a chegar no local do acidente” (grifo nosso), ou seja, no mínimo sua esposa estava com ele no momento do ocorrido, sendo ela também uma testemunha. Por que ela não foi chamada para prestar depoimento? Provavelmente a palavra do homem possuía mais valor para descrever o ocorrido enquanto a palavra de sua esposa não possuía a mesma relevância.

Há, nos dois depoimentos, um discurso de culpabilização da vítima, conforme segue a fala de Herminio:

Na qualidade de proprietário de uma casa comercial forneceu a vítima um pouco antes do acidente, três copos de cachaça, a qual tomou sozinha; que a vítima era dada ao vício do álcool, que a vítima junto com seu amazio saiu da casa do depoente em direção a Xaxim, sendo que passado uns 30 minutos voltou sozinha, sendo que passou em frente da casa do depoente falando sozinha, dando de se notar que estava meio embriagada.

Outra particularidade deste caso é que estes depoimentos não são prestados na delegacia, mas sim na sala de sessões do Fórum da Comarca de Chapecó e as testemunhas são inquiridas pelo Promotor Público Euclides Prade. Acompanha a sessão Milton Sander, defensor do réu, na presença do juiz substituto Erico Borges, ou seja, este inquérito contém também o julgamento do caso. Após serem ouvidas as testemunhas, o promotor público inicia suas alegações a respeito do caso:

Trata-se o presente processo de fato ocorrido na estrada que da localidade de Cordilheira demanda desta cidade de Chapecó, ou mais precisamente no acesso a futura BR-282, ocorrido em 17 de novembro de 1967. A autoridade policial, em portaria de fls. 2 dá a entender que o acidente com o caminhão ocorreu de Chapecó em direção a Cordilheira quando ficou constatado pelos depoimentos do acusado e das testemunhas que o caminhão vinha para Chapecó. Como sói acontecer, o inquérito policial ou melhor dizendo a parte inicial da ação penal, de rito sumário promovida pela nossa delegacia de polícia é por demais falha. O croqui ou desenho constante a folha quatro dá a impressão de que o caminhão dirigido pelo acusado demandava a localidade de Cordilheira quando como vimos aconteceu o contrário. Pelas declarações do próprio acusado na fase policial se constata que o

motorista acusado viu a mulher que caminhava a direita da estrada e que a mesma, ha uns quarenta metros do veículo (e deduz que o motorista a tivesse enxergado 40 metros antes), a mesma teria se jogado ao leito da estrada tendo na ocasião o acusado procurado desviá-la pela esquerda. Pelo que se constatou igualmente nos depoimentos das testemunhas aqui ouvidas a mulher vitima percorria o mesmo sentido de direção que estava sendo percorrido pelo caminhão. Inexistem testemunhas presenciais e aquelas que foram ouvidas nesta fase processual, arroladas pela própria defesa nos dão conta das circunstâncias que envolveram o evento. A digna autoridade policial nos diz que o fato ocorreu “na noite de ontem”, ou seja no dia anterior a data da portaria. Pelo depoimento do motorista se observa que o fato teria ocorrido as 17:30 horas do dia 18 de novembro. A autoridade policial não se dignou a ouvir nenhuma pessoa residente nos arredores do local em que ocorreu o acidente numa clara demonstração de descidia funcional. Baseando-nos no depoimento do motorista podemos firmar dedução e concluir que o motorista avistou a mulher no mínimo quarenta metros antes de atingi-la pelo que desde que o mesmo estivesse conduzindo seu pesado veículo com alguma cautela ele teria condições de parar seu veículo mesmo que a chamada Emilia louca fosse para o meio da estrada. Assim com tudo não aconteceu eu motorista, que enxergara a mulher e não parou seu veículo e manobrou no sentido de desviá-la tendo parado cerca também de quarenta metros em frente. Observe-se que conforme relataram as testemunhas o local onde foi atingida a vítima era já o inicio de um aclave. Que a estrada, no local já citado forma, no dizer de testemunha ouvida como que uma concha. É de se admitir pois que o motorista estivesse descendo com todo o “embalo” e que tendo visto a mulher quarenta metros a frente não quisesse frear e diminuir a marcha, ao começar o aclave estar suficientemente embalado. Ao ver a mulher e ao ve-la vir para o meio do leito o motorista não se cercou das necessárias cautelas. Foi imprudente e negligente para com a criatura humana que estava a sua frente. Atingiu-a e lhe causou a morte. Assim sendo entendemos ter o mesmo agido com culpa “stricto-sensu” pelo que deve o mesmo ser condenado nas penas do art. 121 paragrafo 3º do C. Penal.

Toda a acusação é baseada na negligencia do motorista para com a mulher, ainda que esta fosse conhecida como “Emilia louca” e que,

segundo as testemunhas, já tivesse tentado se jogar em frente a outros caminhões. Além disso podemos perceber que são feitas duras críticas ao trabalho desempenhado pela polícia durante a investigação do caso.

Durante muitos anos a região oeste sofreu com a falta de efetivo policial “na primeira gama de problemas – os de ordem burocrática – as informações parecem apontar duas questões centrais; primeiro, a grande quantidade de processos [...] e, segundo, a falta de pessoal capacitado para o exercício das tarefas, combinada com situações de imprudência por parte de escrivães e oficiais de justiça” (MARQUETTI, 2008, p. 44), a falta de capacitação e preparo poderiam nos ajudar a entender os erros ao longo do inquérito, mas não o justificam, sendo que estes fazem total diferença no veredito. O julgamento segue e então o advogado de Hugo faz sua defesa e afirma:

O acusado além de prestar socorros imediatos a vítima, bem como de se apresentar a autoridade e mesmo se interessar pelo caso, ainda suplementou a vítima com Ncr\$ 25,00 para custear seu sepultamento. No presente caso pode-se dizer de que a vítima foi na realidade o acusado pois que conforme a afirmação de testemunhas Emilia cognominada de “louca” andava por aqueles lados seguidamente embriagada sem o mínimo nexo de responsabilidade e mesmo fazendo “pirroletas” ou melhor tirando fino dos veículos que passavam [...] Assim não vemos qualquer indicio de crime culposos por que de fato não ocorreram nenhuma das circunstâncias para que caracterizasse efetivamente a culpa do acusado.

Os discursos em jogo neste caso nos mostram o tipo de homem que era valorizado segundo a justiça da época, a valorização do homem que cumpre a lei, que se importa com o próximo mesmo nestas circunstâncias, enquanto, por outro lado, não há, em nenhum momento, o questionamento a respeito da vida de Emilia, que simplesmente é reduzida a louca, irresponsável e alcoólatra, chegando ao ponto desta se tornar culpada pela própria morte, pois o motorista fez tudo ao seu alcance, “isto é, desviou sujeitando-se inclusive, como afirmam testemunhas e pelo próprio croqui a inclusive sofrer acidentes e danos materiais e pessoais a qual absolutamente não deu causa”. Há, inclusive, uma evidenciação do interesse do acusado para com a vítima, chegando a custear seu sepultamento e também em mostrar sua retidão para com a justiça, prestando socorro imediato e apresentando-se em seguida a delegacia de polícia.

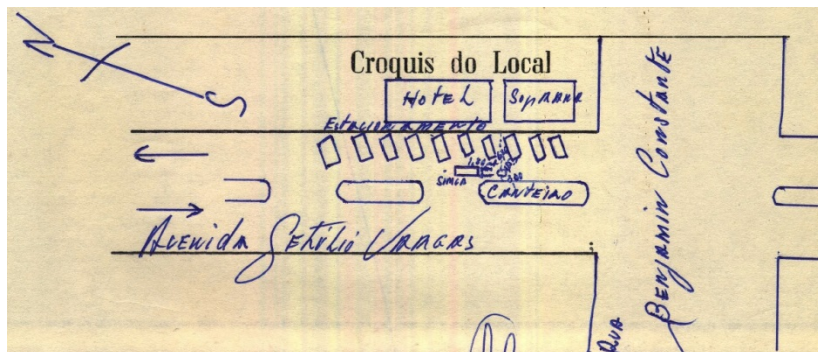
Por fim, na sentença proferida pelo juiz, na data de 9 de dezembro de 1968, o réu foi absolvido pois “não teve culpa, não desenvolvia velocidade excessiva, trafegava na sua mão certa e apesar disso não lhe foi possível evitar o acidente [...] e ainda segundo noticiam os autos, a infeliz mulher estava alcoolizada”. Hugo, absolvido, é o modelo de masculinidade que condiz com o que se espera desta região neste período, aquele que está alinhado a lei, que trabalha e é, se for preciso, dá de seu próprio dinheiro para ajudar o próximo, como no custeio do sepultamento, mesmo sendo visto como acusado, ele é vítima deste reverso que é demonizado na figura de Emilia, alguém sem propósitos, sem emprego, que vive embriagada, pondo em risco outras pessoas.

Caso 3:³² No dia primeiro de junho de 1968, por volta das 14/15 horas, em Chapecó-SC, na Avenida Getúlio Vargas, defronte ao prédio onde funciona o Hotel Soprana, bem no centro da cidade, o motorista Ivo atropelou uma senhora, ocasionando sua morte. Segundo o Auto de Verificação e Descrição do Local do Delito, ao examinar o local do crime, os peritos constataram o seguinte:

Encontrava-se ali, o automóvel placa nº 5-72-87, da marca Simca, modelo 1963 e atrás do mesmo a cinco metros, estava uma grande poça de sangue, que pelas informações, constatou-se ser de sangue humano, e a 1,95 mts da trazeira (sic) de um outro veículo que também se achavam estacionados, e desta poça de sangue ao lado oposto, isto é, até atingir o canteiro central da avenida, distava (sic) três metros, com seis metros e trinta do lado do estacionamento até o local da poça de sangue; constatou-se ainda que o veículo que estava parado e voltado para o itinerário sul X norte, deu uma freada deixando em sua retaguarda, o sinal no calçamento que media um metro e oitenta; pelas informações no local, colhemos que, o veículo ali, atropelou uma senhora de idade avançada, e que foi imediatamente socorrida pelo condutor do veículo, senhor Ivo, em um outro veículo, e levada para o Hospital Santo Antonio.

³² Processo-crime nº 29/68, 03 de junho de 1968, Chapecó-SC, ID CCOC712ip, caixa 22.

Figura 14 – Croqui do local do acidente envolvendo Ivo e tendo como vítima Felicidade



Fonte: Inquérito Policial CCOC712ip.

A vítima, de nome Felicidade, com 85 anos, de cor branca, viúva e de profissão “mendiga”, teve “fratura de base de crânio, ferimento contuso de tórax e escoriações disseminadas”, segundo o Auto de Exame Cadavérico, levando a morte instantânea da vítima. Em seguida são ouvidas as testemunhas do acidente, a primeira a comparecer, no dia 12 de junho, é Clovis, 38 anos, natural e residente em Chapecó-SC, casado, com instrução primária e de profissão motorista, inquirido pela autoridade legal disse que se encontrava “sentado numa cadeira de engraxate limpando seus sapatos”, de frente a Avenida Getúlio Vargas, onde transitavam veículos e que:

Um Jeep passava seguido bem de perto por um Simca, e também que entre os carros ali estacionados, passava uma senhora de idade avançada, que tão logo passou o Jeep ela avançou para a pista, saída de entre os veículos estacionados, e o Simca que vinha em seguida, sem possibilidade de defesa atropelou a mesma [...] correndo para o local notou [...] que a senhora era Felicidade, de muitos conhecida como mendiga, e que constantemente era vista pela cidade a pedir auxílio [...] No entender do declarante a motorista do Simca nenhuma culpa tem, pois o acidente foi realmente acidental, e por imprudência daquela senhora que não observou.

Há duas coisas principais a serem ressaltadas neste depoimento, a primeira é a noção de que a vítima, uma idosa, vivia na condição de mendicância e, como se pode prever, esta situação não era bem-vista na cidade. A segunda é a culpabilização da vítima por sua própria morte,

que também é confirmada, no dia 25 de julho, no depoimento de Orlei, 23 anos, natural de Passo Fundo-RS, residente em Chapecó, casado, com instrução superior e de profissão farmacêutico, afirmou que “Ivo, bastante assustado procurou socorrer a vítima, porém foi inútil, pois como já foi dito, estava morta” e também que o “Sr. Ivo não trafegava em excesso de velocidade”.

A seguinte testemunha foi chamada somente em 12 de outubro, Bruno, com 49 anos, natural de Vacaria-RS, residente em Chapecó-SC, casado, com instrução primária e de profissão “comércio”, afirmou que no dia do ocorrido:

Estava no passeio em frente ao seu estabelecimento comercial, quando olhando para o lado oposto da rua, onde fica os prédios onde funciona o Hotel Soprana, notou que na faixa da Avenida, em sua mão de direção para os veículos que transitam no sentido Sul X Norte, passava um Jeep, e logo após este e saída do meio de vários veículos ali estacionados, surge uma senhora de idade avançada e sem observar penetra na faixa, momento exato em que vem passando uma simca, que sem possibilidade de defesa por achar-se por demais junto a mesma, a atropelou colocando-a por terra [...] o declarante pode constatar claramente que o veículo não desenvolvia velocidade superior a vinte quilômetros por hora, eu acidente verificou-se porque praticamente foi aquela senhora que precipitou-se a frente do carro.

Por fim é chamado o indiciado, no dia 19 de agosto comparece Ivo, 43 anos, natural de Passo Fundo-RS, residente em Chapecó-SC, casado, com instrução primária e de profissão “comércio”, segundo ele:


Quando passava pela Avenida Getúlio Vargas, e em frente ao prédio onde funciona o Hotel Soprana, onde encontravam-se vários veículos estacionados e o trânsito com bastante movimento, seguindo a frente do declarante e a uns dois metros um Jeep, e em sua retaguarda uma Kombi, esta buzinou, momento em que o declarante olhou-a pelo espelho retrovisor, e voltando seus olhos para a avenida, frente de seu veículo, notou repentinamente um vulto que desapareceu sob seus olhos, seguiu mais uns quatro metros e parou, e saltando verificou que havia atropelado uma senhora de idade bastante avançada [...] o declarante um tanto nervoso, escutou as pessoas ali, dizer que a velhinha saiu repentinamente de entre

os carros estacionados ali, e precipitou a rua, bem em frente a seu carro; que conhecia aquela senhora desde a muito tempo, sendo uma esmoleira já conhecida de todos nesta cidade, e constantemente comparece ao bar do declarante, e ali recebia aos sábados como faz a todos os mendigos que aparecem; um tanto em dinheiro e um tanto em alimentação, tendo naquele sábado por volta das doze horas, comparecendo também aquela senhora que recebeu duzentos cruzeiros em dinheiro, e uns pastéis das mãos da senhora do declarante; que o declarante prestou todos os socorros necessários a vítima, e como veio a falecer, tratou de todo seu funeral, custando-o; que tinham uma velhinha como indigente, e sem familiares nesta cidade, até que após a morte da mesma, foi descoberto que existia uma sua filha, na linha São Roque, onde foi velado o corpo; que seria incapaz de matar alguém com seu veículo, se o visse; que perguntado se possui (sic) habilitação, respondeu que não.

A primeira providência por parte da Polícia é multar Ivo por não ser motorista habilitado, segundo infração prevista no artigo 89, Item I, do Código Nacional de Trânsito que diz ser proibido ao condutor de veículos “dirigir sem estar devidamente habilitado ou autorizado na forma prevista por este Código e seu Regulamento” (CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO, Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966). A segunda via do talão de pagamento é anexada ao inquérito, o valor da multa foi de 80,16 cruzeiros. Através do depoimento descobrimos que Ivo é proprietário de um bar e que costuma ajudar, tanto com dinheiro quanto com alimentação, “todos os mendigos que aparecem” e que, inclusive, custeou o funeral de Felicidade, por acreditar que se tratava de uma indigente e por conhecer sua condição financeira. Isto é confirmado no Relatório do caso onde “o acusado, além de atropelar a vítima, involuntariamente, prestou todos os socorros necessários, inclusive após sua morte, custeou todas as despesas de seu funeral, por ser a mesma indigente”.

Figura 15 – Multa paga por Ivo por dirigir sem ser habilitado

1225


 Estado de Santa Catarina
 Secretaria de Segurança Pública
 Diretoria de Veículo e Trâns. Público

Nº 7651

Multa por Infração

Aos 22 de 8 de 68, às 15 horas,
 na Delegacia, Ruy. Baling
 Local, rua e nº aproximado

Multei o Sr. Ivo

Residente à Mel. Flanano 1.533

Motorista do veículo Simca No. Placa 5-22-17 Espécie Antônio
 Marca Cor e tonalidade

Por infração a dispositivos do C.N.T. e R.G.T., a saber:

<input checked="" type="checkbox"/> G 1 Avançar Sinal Luminoso	<input type="checkbox"/> G 2 Excesso de lotação
<input type="checkbox"/> G 4 Busina Estridente	<input type="checkbox"/> G 4 Estacionar contra mão
<input type="checkbox"/> G 2 Carga em excesso	<input type="checkbox"/> G 2 Forçar passagem
<input type="checkbox"/> G 3 Carga arrastando	<input type="checkbox"/> G 2 Fugir local acidente
<input type="checkbox"/> G 3 Defeito Equip. Obrigatório	<input type="checkbox"/> G 4 Imprudência
<input type="checkbox"/> G 4 Desacato Agente Transito	<input type="checkbox"/> G 2 Não mant. dist. regul.
<input type="checkbox"/> G 1 Disp. corrida p/emulação	<input checked="" type="checkbox"/> F 1 Sem habilitação
<input type="checkbox"/> G 4 Dirigir fora da posição	<input type="checkbox"/> G 2 Sem placa ou licença
<input type="checkbox"/> G 1 Dirigir alcoolizado	<input type="checkbox"/> G 4 Transitar marcha a ré
<input type="checkbox"/> G 1 Direção mãos de menor	<input type="checkbox"/> G 2 Transitar contra mão
<input type="checkbox"/> G 4 Est. local n/permitido	<input type="checkbox"/> G 4 Trajar inadequadamente
<input type="checkbox"/> G 5 Excesso de velocidade	<input type="checkbox"/> G 3 Uso ind. de busina

IMPORTA A PRESENTE MULTA EM CR\$ 80,16

Assinatura do Multado _____
 Assinatura do Agente _____

Fonte: Inquérito Policial CCOC712ip.

Outro aspecto importante encontrado no relatório é o trecho que diz “retardo o presente inquérito no prazo para sua conclusão, tendo em vista o assoberbamento de serviço nesta Regional de Polícia”, o que ajuda a confirmar a hipótese de uma alta taxa de crimes acontecendo na região, pois o atropelamento de Felicidade ocorreu no dia 1 de junho de 1968 e o Relatório só foi entregue em 23 de agosto, três meses depois. E consta neste inquérito um Ofício³³ enviado pelo Promotor Público Euclides Prade, no dia 07 de outubro de 1968, ao juiz da Comarca de Chapecó sobre o trabalho realizado pelos policiais, requerendo uma maior atenção para os procedimentos legais cabíveis em determinados crimes, como Homicídios e Lesões Corporais culposas, além disso:

A melhor atenção da autoridade policial nesses casos se impõe, na inexistência de outras razões, por simples economia processual.

Entendemos de todo oportuno que a nossa Delegacia Regional de Polícia, depois de se familiarizar com esse rito, procure orientar as Delegacias e Sub-Delegacias de Polícia sob sua jurisdição, no sentido de um sempre melhor aprimoramento dos serviços policiais e de consequência, judiciais.

Além do assoberbamento de serviço na Delegacia de Chapecó, pode-se verificar que o preparo dos agentes da lei era insuficiente, pois as mudanças nas normas processuais advindas da Lei 4.611 de 2 de abril de 1965 ainda não eram cumpridas, tornando o processo ainda mais moroso e prejudicando o andamento dos casos. A falta de pessoal qualificado pode ser vista em diversos casos, como no inquérito anterior, e resultava em mais atrasos.

Um Mandado de Citação é emitido no dia 26 de setembro, convocando Ivo a depor na sala de audiências do Juízo em 7 de outubro. Em seu interrogatório ele confirma a versão do acidente contada no depoimento do inquérito policial e explica o fato de não ser habilitado:

O interrogado habilitou-se como motorista por ocasião da estada da comissão do serviço de trânsito que esteve nesta cidade na primeira quinzena do mês de setembro; que o interrogando na ocasião em que ocorreu o acidente sabia dirigir e não estava habilitado pelo fato de nesta cidade somente serem fornecidas carteiras por ocasião da vinda da

³³ A transcrição deste Ofício, na íntegra, pode ser consultada no Anexo B.

comissão da capital do estado; que o interrogado adquiriu o automóvel que na ocasião dirigia cerca de dois meses anteriormente ao fato e aguardava apenas a dita comissão para se habilitar.

A cidade de Chapecó dependia da capital do estado, Florianópolis, para emitir Carteiras de Habilitação para novos condutores, o que se dava através da vinda de uma Comissão do Serviço de Trânsito. Este pode ser um dos motivos pelo qual os policiais da região pouco se importassem com motoristas não habilitados, pois Ivo afirma que antes de ser comerciante era “proprietário de uma empresa de transportes coletivos” e foi processado na Comarca de Dionísio Cerqueira “por furto ocorrido num ônibus em que o interrogado viajava”, sendo absolvido da sentença, fato ocorrido em torno de cinco anos atrás.

Dito isto e apresentada sua defesa prévia o processo novamente prossegue com lentidão e, em 27 de dezembro, um Mandado de Intimação é emitido, chamando novamente a interrogatório Ivo e uma nova testemunha, Raul, para audiência no dia 06 de março de 1969, às 14 horas. No dia em questão, ao dar início a audiência o defensor do réu, o advogado Ferdinando, desistiu de ouvir a única testemunha arrolada, “por não achar necessário”, e Raul não prestou declarações. A palavra foi passada para o Promotor Público, Euclides, que iniciou seu discurso lembrando o acidente e os depoimentos prestados sobre o mesmo, conclui dizendo:

Há o particular de que o acusado dirigia seu veículo sem estar legalmente habilitado tanto assim que lhe foi imposta multa regulamentar por não possuir carteira de habilitação. Entendemos que o fato de um motorista não estar habilitado e mesmo assim conduzir veículo por si só não constitui presunção de culpabilidade para efeito de apreciação judicial na esfera do direito criminal. É de se presumir todavia que somente tem condições de agir com perícia um motorista portador de habilitação para dirigir [...] ante a isso e salvo o melhor entendimento do Emérito Julgador e após termos analisado detidamente o que consta destes autos entendemos não ter o acusado agido por ocasião do acidente com culpa.

Em seguida, com a palavra o defensor do réu, que se utiliza do argumento de Chapecó não emitir a Carteira de Habilitação para pedir a absolvição do mesmo:

Referentemente a não habilitação do acusado motivada conforme declaração de folhas de que a Delegacia de Trânsito local na oportunidade por circunstâncias legais não fornecia licença para dirigir veículos, tem como não havendo também, na oportunidade, a comissão que expedisse as competentes habilitações somos no nosso entendimento pela absolvição do acusado.

E o Juiz da Comarca, Rubens, profere a sentença:

Ante as circunstâncias em que se verificou o fato, tem-se a impressão de que o réu vinha dirigindo o seu veículo com a devida atenção e não podia esperar que ali naquele lugar iria passar inesperadamente um pedestre, como acontecera com a pobre e infeliz vítima. Efetivamente, não era lugar para pedestre passar e desta forma qualquer motorista não teria obrigação mesmo dever de ter cuidado especial naquela passagem em que se verificou o lamentável acidente. Por outro lado, com relação a falta de habilitação não vem trazer qualquer agravante para o acusado e nem mesmo serviria para a caracterização de culpa legal. Diante disso, a solução é mesmo a absolvição do réu. Assim ABSOLVO da imputação que lhe é feita nestes autos. Entretanto, condeno o mesmo ao pagamento das custas processuais.

E assim Ivo é inocentado, mesmo não possuindo habilitação para dirigir ao atropelar a senhora Felicidade. E em 12 de dezembro de 1969 o caso é arquivado.

Caso 4:³⁴ No dia 9 de outubro de 1973, por volta das 23:45, em Chapecó, na estrada geral que liga com a BR-282 foi encontrado o corpo de uma pessoa, apresentando lesões corporais. As investigações sobre este crime foram iniciadas no dia 25 de outubro deste mesmo ano, mas inquérito só foi aberto no dia 25 de fevereiro do ano seguinte, em 1974. Segundo consta no Auto de Verificação e Descrição do Local do Delito, de 9 de outubro de 1973, logo após a vítima ser encontrada:

³⁴ Processo-crime nº 26/74, 25 de fevereiro de 1974, Chapecó-SC, ID CCOC697ip.

3. A vítima é residente em Colônia Cella e empregado da Firma Cella ali existente, de nome Salatiel, nascido em Passo Fundo-RS, com 42 anos de idade [...].

4. A vítima apresentava a fronte (testa) com esmagamento, sem outros quaisquer sinais de lesões no corpo.

5. No local não foi encontrado sinais que caracterizem a existência de luta ou instrumento que tenha ocasionado o delito.

[...]

8. Segundo consta a vítima teria saído de casa pra ir ao hospital onde havia deixado sua esposa internada.

O corpo encontrava-se “decúbito dorsal, com a cabeça levemente inclinada para o lado direito, tendo a mão e braço direito afastados do corpo, bem como sua perna direita, fazia ângulo”, conforme mostram as fotografias anexadas³⁵ ao inquérito.

Figura 16 – Posição em que se encontrava o corpo da vítima no momento em que foi encontrado



Fonte: Inquérito Policial CCOC697ip.

³⁵ O inquérito policial contém anexadas seis fotografias, trago aqui somente duas a título de ilustração.

Figura 17 – Chapéu e pano branco encontrado pelo peritos ao lado do corpo da vítima



Fonte: Inquérito Policial CCOC697ip.

Passado vários dias do ocorrido, em 25 de outubro, prestou declarações Herminio, 42 anos, casado, natural de Passo Fundo-RS e residente em Chapecó, com instrução de 4º primário e de profissão “comércio”, dono do bar onde Salatiel se encontrava no dia anterior de sua morte. Inquirido pela autoridade disse não conhecer a vítima e que no dia em questão não estava trabalhando e era sua sobrinha “quem cuidou de seu bodego” e que:

Seu filho o avisou mais ou menos às seis (6) horas quando se acordou e levantou; Que depois de ter tratado as galinhas que tem, o declarante unto com sua esposa foram até o local onde estava caído Salatiel e que não o reconheceram; Que no caminho em direção da vítima, encontraram Quirino e este foi junto com o declarante e sua esposa até o local da morte ou melhor do corpo de Salatiel; Que no local Quirino reconheceu e disse que aquele homem caído era o que dia anterior esteve na bodega do declarante e que jogaram juntos. Que também Quirino não sabia quem era aquele homem.

A partir deste primeiro depoimento mais testemunhas foram chamadas a depor, a primeira delas é Neli, sobrinha de Herminio, com 18 anos, solteira, natural e residente em Chapecó, com instrução 7º grau

e de profissão estudante, esta confirmou as palavras de seu tio, afirmando que no dia 9 de outubro estava cuidando de sua bodega. Ao fim da tarde Salatiel chegou ao bar e “começou a jogar bilhar com uns homens que se encontravam na referida bodega; que jogaram duas partidas sendo que Salatiel jogou em companhia de Quirino”. Ninguém no local conhecia a vítima, segundo Neli, e também “não houve nenhuma discussão entre os jogadores; que tudo foi muito normal entre eles”. No dia seguinte soube de sua morte, através de seu primo e soube que era o mesmo homem que estivera na bodega no dia anterior por meio dos homens que haviam jogado com ele.

Passado mais alguns dias, em 31 de outubro, mais uma testemunha compareceu a delegacia. Quirino, 49 anos, casado, natural e residente de Chapecó, com instrução primária incompleta e de profissão agricultor, afirmou que conheceu Salatiel em um jogo de bilhar, na bodega, no dia anterior a sua morte. Os dois foram companheiro de partida e, tendo perdido, pagaram a mesma, pois era habitual a dupla perdedora pagar pela rodada perdida ou mesmo os jogadores apostarem cervejas e os perdedores “pagarem a rodada”.

Ao longo deste inquérito podemos perceber que o espaço de sociabilização masculina é a “bodega, o bar, e que neste ambiente é normal o consumo de álcool, os jogos de bilhar ou cartas e discussões a respeito dos assuntos que estão em destaque no momento, seja ele político, econômico ou referente ao trabalho de cada um. Este é um espaço de descanso e lazer, fuga do trabalho e da família, sendo um típico espaço de construção da masculinidade, pois esta tem de ser sempre afirmada e confirmada entre o grupo. No dia a dia, ser homem passa por ritualizações, por discursos e práticas, não necessariamente institucionalizadas, mas que são requisitos para que um indivíduo do sexo masculino seja considerado homem. São estas construções sociais e culturais que sancionam o que é ser homem e o que é ser mulher, não reduzindo isto ao caráter sexual “mas sim a um conjunto de atributos morais e comportamentos, socialmente sancionados e constantemente reavaliados, negociados e lembrados” (ALMEIDA, 1995, p. 128).

Em Chapecó, neste período, a fase de urbanização já havia se consolidado, grandes frigoríficos funcionavam em toda a região oeste e provocaram grandes mudanças no cenário urbano. Mas, apesar deste acelerado processo de urbanização, a cidade ainda mantinha diversas características rurais e, até a década de 1960, a população rural ainda era maior que a urbana, sendo 41.150 habitantes de áreas rurais e 10.939 de áreas urbanas, num total de 52.089 habitantes no município (IBGE, 1960).

As transformações culturais aconteciam mais rapidamente entre aqueles que tinham acesso a educação, e, conforme percebemos, os indivíduos aqui retratados, em sua maioria, não possuíam muito mais que ensino fundamental, ou seja, Chapecó era uma cidade que passava a impressão de crescimento e urbanização, em suas ruas e fachadas, na expansão dos comércios, no fortalecimento econômico, mas nem todas os chapecoenses acompanhavam estas mudanças, permanecendo com discursos e práticas antigas.

Voltando a morte de Salatiel, uma segunda testemunha participante da partida de bilhar, Lauriano, 52 anos, casado, natural de Getúlio Vargas-RS e residente em Chapecó, com instrução primária e de profissão operário, informa que:

Foi um dos companheiros que jogaram uma partida com Salatiel, no dia anterior à sua morte; Que não conhecia a vítima; Que a vítima chegou na bodega mais ou menos 16:15 horas e saiu às 17:30 horas; Que o declarante diz não saber qual o rumo tomado por Salatiel; Que *durante o jogo que mantivera, na bodega não nenhuma (sic) discussão entre os jogadores; Que não disse nada sobre brigas ou discussões com outras pessoas*; Que não disse o que estava fazendo ou o que ia fazer; Que o declarante diz que nunca vira o homem antes do dia que chegou na bodega e jogou. (Grifo nosso).

Destaco o trecho que acredito refletir uma prática comum na região, o escritor pergunta a testemunha, ao que podemos supor, sobre possíveis discussões ou brigas que poderiam, a posteriori, ter ocasionado a morte de Salatiel. Este elemento, obviamente dentro do contexto de investigação criminal faz todo o sentido para o esclarecimento do caso, mas também nos faz questionar a respeito da masculinidade que era construída neste ambiente de socialização, brigas ou discussões eram considerados motivos que “justificavam” homicídios, não do ponto de vista legal, mas do ponto de vista social e moral em que estes indivíduos se encontravam. Até anos após o fim da colonização era comum lavar a honra com sangue numa cidade em que “quase todos andavam armados e até mesmo uma discussão por causa de uma simples aposta poderia acabar mal” (HASS, 2007, p. 66).

A terceira testemunha da partida, Jairo, 23 anos, casado, natural e residente em Chapecó, com 2º primário e de profissão operário, confirma as versões anteriores e diz ter jogado a partida contra Quirino e Salatiel, formando dupla com Lauriano, afirmando que os dois, ao perderem, pagaram a partida e este não viu a hora que a vítima saiu do bar, pois teria saído antes para ir trabalhar. É importante notar que os três homens que

participaram da partida de bilhar ressaltaram o fato de que os perdedores pagaram a partida, eles honraram o compromisso com o jogo, renovando esta construção simbólica do perdedor que honra suas dívidas, mantendo a honra intacta e ganhando crédito para novas partidas, ou seja, mesmo perdendo ele compactua com o discurso vigente reafirmando-o e este ato é também apreciado por aqueles que ganharam.

Por fim o inquérito é arquivado por falta de provas, em 4 abril de 1974, conforme requer documento enviado pelo promotor público na data de 29 de março do mesmo ano:

Instaurado o competente Inquérito Policial, para se apurar os fatos, nada foi constatado, embora a presunção seja de que se trata de homicídio, visto o ferimento apresentado pela vítima ter sido a causa da morte. Entretanto a autoria dos fatos é desconhecida, mesmo após as várias diligências procedidas pela autoridade policial. Face ao exposto, requeremos o arquivamento do presente Inquérito Policial, que poderá ser desarquivado, caso se descubra o autor ou autores do crime.

Através destes depoimentos podemos compreender como funciona a construção de uma hegemonia, ela não é imposta a força, embora também não exclua essa possibilidade, “é uma forma de dominação em que o dominado participa na sua dominação, a hegemonia sendo como um foco que, ao iluminar uma certa zona, deixa outras zonas na semi-escuridão” (ALMEIDA, 1995, p. 155), o modelo exaltado corresponde muito mais a um conjunto de regras e práticas que deveriam ser seguidas por todos os homens. E, como vimos, alguns comportamentos são enaltecidos por fazerem parte deste sistema e, ao mesmo tempo, ajudam a reafirmar este sistema, como é o caso do pagamento da partida de bilhar pela dupla perdedora. Ainda que esta prática não seja uma lei, é uma regra estabelecida entre os homens e que tem um significado dentro do contexto em que estes indivíduos vivem, e influencia na forma como estes se relacionam e hierarquizam suas vidas, pois o ganhador é vitorioso das vezes, na partida jogada e também na ausência do pagamento desta, pois os perdedores devem arcar com os custos de sua própria derrota.

Estes homens, apesar da diferença de idade, pertencem a um mesmo grupo no que diz respeito a classe econômica, sendo dois operários, um agricultor e um servente (Salatiel) e também não possuíam educação institucional, pois nenhum deles concluiu o primário. A busca por um status, uma hierarquização simbólica dentro

deste grupo, portanto, não dependia exclusivamente do dinheiro, ela poderia ser construída baseada em outros aspectos, como idade, um melhor desempenho em uma partida de bilhar ou baralho e na honra com os ritos simbólicos preestabelecidos (o pagamento pela partida perdida). Hegemonia significava, portanto, a ascendência social alcançada dentro deste sistema de organização social e cultural.

Caso 5:³⁶ Por volta das 12 horas, nas proximidades da Igreja Matriz de Chapecó os menores Ruy, de 14 anos, e Antonio, de 13 anos, dois estudantes de escola pública, desentenderam-se ao saírem da aula “quando por ocasião em que o primeiro (Ruy), foi agredir ao segundo, este para se defender fez uso de uma pedra, atingindo Ruy. O mesmo foi hospitalizado por volta das 18 horas vindo a falecer no por hemorragia cerebral”. Como afirma Helio, tido como informante, com 12 anos de idade, sobre os motivos do crime:

[...] que a coisa de umas três semanas o declarante discutiu com um amigo de Ruy, *porque este havia chamado o declarante de filho da puta e negro*. Que na ocasião quando discutiu Ruy estava junto e disse que iria surrar o declarante. Que então Bladimir e Antonio, disseram que Ruy era um provalécido e o declarante correu dali; que dali em diante Ruy procurou sempre surrar o declarante Antonio e Bladimir. (Grifo nosso).

O motivo da briga teria sido, supostamente, o resultado de uma discussão de semanas antes, onde Antonio tentou defender Helio das ofensas “filha da puta e negro”, proferidas por Ruy. As ofensas racistas não atingiram somente Helio, mas também Antonio, que interveio em defesa de seu amigo. O racismo era muito comum nesta região, seja contra negros, índios ou caboclos (também autodenominados brasileiros):

A identidade imposta de fora, ou seja, aquela que estaria no pólo negativo, é a cabocla, e como uma forma extrema para a acusação ou estigmatização, é a identificação de negro, independente de traços diacríticos. A expressão comum, entre os de origem, ou seja, os italianos, para a designação dos sem origem é a seguinte: “cani, negri e corvi, tutti campagni” (cachorros, negros e corvos são todos iguais). (RENK, 2006, p. 157).

³⁶ Processo-crime nº 38/74, 19 de abril de 1974, Chapecó-SC, ID CCOC695ip, caixa 22.

Outro ponto importante nesta pequena citação é o xingamento “filho da puta”, pois ele não é dirigido diretamente a vítima, mas sim a sua mãe. Era uma forma de desclassificar a vítima através dos comportamentos de sua mãe, a mulher é desvalorizada a partir de suas relações íntimas/sexuais, pois isto fere a honra do envolvido, o que evidencia as relações machistas ali existentes. A masculinidade aqui é reforçada através de práticas que diferenciem o sexo masculino do sexo feminino, como nos mostra Isolda, 12 anos, solteira, natural e residente de Chapecó, estudante, sabendo ler e escrever “declarou que conhecer Ruy e que ele sempre vivia correndo atrás da informante e outras colegas, para surrá-las”, a força hierarquiza as relações de gênero, sendo um traço constitutivo do masculino, ainda que este ato não fosse bem visto por nenhum dos seus colegas, construía-se uma relação de medo.

Esta necessidade de autoafirmação masculina segue registrada também no depoimento de Bladimir, 12 anos, solteiro, natural e residente de Chapecó, sabendo ler e escrever disse “que Ruy tinha o costume e queria sempre bater neles, pois, são menores que Ruy; Que Ruy era provalécido” e que no dia do ocorrido a vítima tinha em mãos uma pedra mas “disse que não precisava para surrar uns *formigas*” (grifo nosso). Dentro desta lógica, detém mais poder aquele que é mais forte fisicamente, mas isto não significa que seja o modelo, pois o próprio acusado, o menino Antonio, 13 anos, solteiro, natural de Marau-RS, residente em Chapecó, com instrução primária e de profissão estudante, afirma:

Perguntado porque motivo Ruy esperou e queria agredi-los respondeu que foi por causa das meninas no colégio, que Ruy sempre corria atrás das meninas, chamando elas de nomes feios, e o informante e mais outras colegas foram a favor das meninas e Ruy prometeu pegá-los. Perguntado de brigou alguma vez com Ruy disse que não, que sempre corriam dele.

Há, por parte deste grupo de alunos, um movimento contrário ao de Ruy, sempre buscando evitar conflitos e agressões, tanto por parte das meninas quanto por parte dos meninos. Sobre o desfecho do caso, no relatório datado de 30 de junho de 1975, mais de um após o crime, consta:

Ocorre porém que, segundo dispõe o art. 83 do Cód. de Menores (Decreto n. 17.943 – A), “O juiz ou Tribunal pode renunciar a toda medida, se são passados seis meses depois que a infração foi cometida por menor de 14 anos, ou se já decorreu metade do prazo para a prescrição da ação pena ou ordinária, quando se tratar de infração atribuída a menor de

14 a 18 anos”. “In casu”, Antonio é menor de 14 anos, e já decorreram bem mais de seis meses da prática por ele da infração que lhe foi atribuída, uma vez que os fatos ocorreram no dia 19.04.74, e se até aqui nenhuma medida judicial foi tomada contra o mesmo, impõe-se a renúncia de qualquer medida que possa ser contra ele tomada. Ante isso, determino o arquivamento do presente inquérito policial.

Por ser menor de idade e por já ter se passado mais de um ano do acontecimento do crime é pedido o arquivamento do caso. Este inquérito nos mostra que, apesar de serem crianças, já existe uma noção de como resolver seus próprios problemas, de “não levar desaforo pra casa”, mesmo sendo uma briga escolar, dentre tantas discussões que se apresentam nesta fase, ela foi levada ao extremo. Podemos supor que Antonio não tinha a intenção de matar Ruy e talvez nem a consciência de que o atingiria, sendo o seu gesto de atirar-lhe uma pedra mais um mecanismo de defesa para afugentá-lo do que para feri-lo, mas ainda assim as relações de poder que envolvem a construção de determinadas masculinidades já estão em formação e seguem em reelaboraões por toda a adolescência e vida adulta.

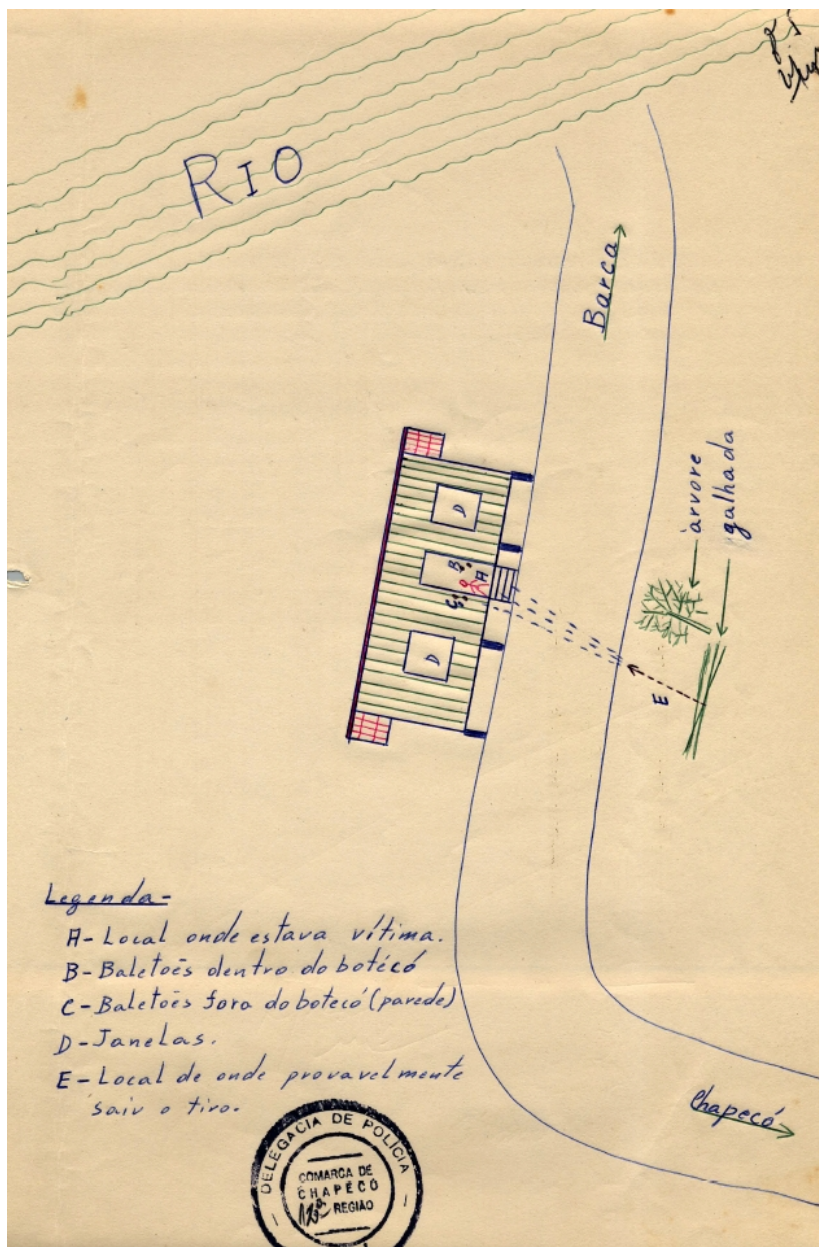
Caso 6:³⁷ Em 19 de agosto de 1974, na localidade de Barca de Itaberaba, na cidade Chapecó-SC, por volta das 20 horas o senhor Tranquillo encontrava-se jogando Snooker³⁸ em um bar quando recebeu um tiro de espingarda, vindo de fora do local, atingido-lhe na nuca e nas costas. Segundo o Auto de exame de Corpo-de-delito, Tranquillo teve “três ferimentos por projetis de arma de fogo na cabeça e dois na face anterior do tórax”, e, segundo o Auto de Verificação e Descrição do Local do Delito:

O tiro, pela posição da vítima devia ter saído do outro (lado) da rua e por trás de uma galhada ali existente, como mostra o croquis anexo. Que na parede da casa pelo lado de fora haviam dois baletões (sic) cravados e o sinal de um outro que atravessou a madeira; Que dentro da bodega na mesma direção haviam mais dois baletões (sic) cravados na parede, que provavelmente ou melhor que pela direção entraram pela porta; Que atrás da galhada existente do outro lado da rua estavam bastante pisotiado (sic).

³⁷ Processo-crime nº 74/74, 20 de agosto de 1974, Chapecó-SC, ID CCOC716ip, caixa 22.

³⁸ Também conhecido como jogo de bilhar ou sinuca.

Figura 18 – Croqui do local do crime tendo como vítima Tranquilo



Fonte: Inquérito Policial CCOC716ip.

Após o ocorrido, no dia 20 de agosto, sete pessoas foram chamadas para dar declarações sobre a noite da tentativa de homicídio contra Tranquilo. Os depoimentos apontam para uma possível rixa entre a vítima e alguns homens da família Rolin, como é apontando em várias falas de testemunhas e da própria mãe de Tranquilo. A primeira declaração é de Guilherme, o proprietário do bar em que aconteceu o crime, com 33 anos, natural de São Valentim-RS, residente em Porto Itaberaba – Chapecó, casado, com instrução primária e de profissão motorista, afirmando que:

O declarante sabe que Tranquilo a mais ou menos matou duas pessoas no Porto Itaberaba; Que o declarante sabe da rixa existente entre os Rolin e Tranquilo, sabendo ainda que aqueles andam caçando este por ter participado do tiroteio do qual morreu Sadi Rolin; Que as dezenove horas de ontem além do declarante e seu cunhado estavam Tranquilo, Valmor, Mingo (Domingos); Que Tranquilo estava jogando sinuca com Itacir e no momento exato em que ia dar uma tacada, encontrando-se numa posição curvada, meio enfiado (de perfil) para a porta, a única existente em sua Bodega quando recebeu um tiro de arma de fogo; Que o declarante não viu quem deu o tiro; Que um pouco mais tarde entre vários comentários, o declarante tomou conhecimento de quem teria dado o tiro em Tranquilo, teria sido ou Miro Rolin, ou Duva Rolin ou Amador; Que estas pessoas foram vistas por Mingo (Domingos); Que o declarante disse que um tal Sargento que trabalha na construção da ponte, viu minutos atrás, quando o mesmo vinha de Itaberaba em direção a ponte, que atrás vinha um Volks de placa de Xaxim com Miro, Duva e Amador.

Através deste primeiro depoimento já nos são apresentadas várias pistas a respeito do crime e também como a estrutura de dominação masculina, dentro das relações de gênero, contribui para que a violência seja associada ao ser homem, consciente ou inconscientemente. E, neste caso, podemos afirmar que a violência é utilizada como um mecanismo de afirmação da masculinidade de determinado homem sobre outros homens, mesmo a margem da lei ela é considerada “justa” dentro da lógica de discurso destes jovens. O jovem Itacir, 25 anos, natural de São Borja-RS, residente em Porto Itaberaba – Chapecó, solteiro, com instrução primária e de profissão carpinteiro, confirma a versão de Guilherme, afirmando que:

No dia de ontem por volta das 18:30 horas o declarante chegou na bodega do Sr. Guilherme, afim de pegar cigarros; Que depois de comprar o cigarro o declarante ficou na bodega um pouco, e, depois foi convidado por Tranquilo para jogarem uma partida de sinuca; Que quando o declarante estava na terceira partida, escutou um tiro e viu que Tranquilo foi atingido; Que o declarante, pelo estampido acha que foi de espingarda, o que mais tarde veio a confirmar porque viu o chumbo na parede da bodega [...] o declarante ouviu falar que os Rolin não se davam com Tranquilo; Que o declarante não conhece a família Rolin.

Fica claro o questionamento por parte de quem está conduzindo o depoimento, o Delegado, sobre a família Rolin e a possível rixa entre estes e Tranquilo. O seguinte depoimento é de Domingos, 32 anos, natural de Herval Grande-RS, residente em Porto Itaberaba – Chapecó, casado, semianalfabeto e de profissão operário afirma que:

Decorrido uns quinze minutos após sua chegada, o declarante ouviu um estampido de arma de fogo, de projétis múltiplos (uma espingarda), conforme pode constatar através de vários orifícios encontrados na parede, produzidos pelos citados projétis múltiplos (chumbo); Que o individuo de nome Tranquilo foi atingido na cabeça e no abdômen; que no momento em que Tranquilo foi atingido, estava jogando bilhar com Itacir. Que Tranquilo estava de lado para a porta e recebeu os projétis no momento em que ia dar uma tacada; Que no local havia uma boa iluminação a gás; Que o declarante não viu quem deu o tiro.

A declaração de Valmor, 31 anos, natural e residente de Sarandi-RS, residente em Chapecó, casado, com instrução primária e de profissão pescador, corroboram as versões acima e evidenciam os suspeitos:

No dia de ontem por volta das 16:30 horas, aproximadamente a uns 800 metros do local do crime nas proximidades de um estabelecimento de ensino (provavelmente escola isolada), o declarante avistou o velho Chico Rolin em companhia de outros três indivíduos que não conhece; que dois deles estavam no interior de um Volks de cor azul [...] que mais tarde quando já era noite o declarante ouviu um estampido de arma de fogo e notou quando Tranquilo foi atingido por três chumbos [...] que logo após o tiro o declarante saiu da

bodega e foi avisar a mãe de Tranquilo; quando no trajeto a uns 300 metros do local do crime, nas proximidades do asfalto, passou por três indivíduos, mas não se preocupou em reconhecê-los, dada as circunstâncias do crime ocorrido a poucos minutos.

A mãe de Tranquilo é a única mulher a depor neste caso, Elvira, 60 anos, natural de Encantado-RS, residente em Porto Itaberaba – Chapecó, casada, semianalfabeta e de profissão doméstica, não estava no local do crime quando este ocorreu, mas mora próximo do bar, uns 400 metros e afirma que “a mais ou menos 30 dias atrás pra cá a família Rolin vem rondar sua casa; que é difícil o dia que não vem ninguém; Que a última vez que a declarante viu os Rolin, foi sábado passado, quando pararam um Volks perto de sua casa e com os faróis alumiaavam o porão da casa”. O depoimento de José, 38 anos, natural de Canoinhas-SC, residente em Porto Itaberaba – Chapecó, casado, com instrução primária e de profissão carpinteiro ajuda a identificar este mesmo carro, de modelo Volks:

No dia de ontem por volta das 15 horas, o declarante em companhia de Albino e Dorico (Farmacêutico de Itaberaba), deixaram a cidade de Chapecó com a finalidade de virem para esta localidade de Porto Itaberaba, viajando num Volks; que na faixa asfáltica nas proximidades do local onde existe um desvio que dá acesso a localidade de Itaberaba e Caíru, o veículo em que viajava o declarante, foi ultrapassado por um outro, também Volks de cor bodeaux (sic) de placas de Xaxim-SC; Que o declarante e seus companheiros vinham conversando a respeito do caso da família Rolin, quando Dorico chamou a atenção do declarante dizendo que naquele Volks Bordeaux, viajavam três pessoas, sendo que um deles foi reconhecido como sendo da família Rolin.

A família Rolin era conhecida daquelas pessoas, fazia parte do assunto nas rodas de conversa e rondavam a região “caçando” Tranquilo, e Vilson, 30 anos, natural e residente em Chapecó-SC, casado, com instrução primária e de profissão pescador, confirma ter visto um membro desta família no dia do ocorrido, juntamente a outros três homens, na cabeceira da ponte em construção, próximo ao local do evento, onde “avistou o velho Chico Rolin e Amador em companhia de outras duas pessoas, que não são de seu conhecimento”. E, no dia 26 de agosto, Traquilo, 38 anos, natural de Arroio do Meio-RS, residente em

Porto Itaberaba – Chapecó, casado, com instrução primária e de profissão agricultor, prestou sua declaração sobre o ocorrido:

No dia 19 do corrente mês, por volta das 19 ou 20 horas, quando havia ido até a bodega do Guilherme e ali após fazer umas compras, foi convidado para jogar duas partidas de snooker; Que aceitou e quando estava na segunda partida, e o declarante recortado pela luz da bodega, pois, já estava bastante escuro, ao abaixar-se para jogar recebeu uma carga de chumbo, vindo do lado de fora; Que tão logo o declarante sentiu-se ferido, saiu da bodega pela parte dos fundos não sabe como foi na casa do Basílio, pedindo que o levasse ao hospital, mas, este negou-se e então o declarante saiu para ir na casa de seu pai, que mora numa casa branca; Que o declarante ia meio escondido pelo caminho quando viu um fuki,³⁹ azul ou bordeaux, e reconheceu ali o Duva Rolin e mais outras duas pessoas, que guardavam um objeto dentro do veículo; Que o declarante então ficou escondido e escutou que disseram vamos meter o pé, porque vem gente aí; que os referidos embarcaram no carro e saíram dali; Que o declarante foi na casa de seu pai e logo ali chegou sua mãe e irmã; Que conseguiram uma kombi e o trouxeram para o hospital em Chapecó; Perguntado como reconheceu o Duval Rolin; Respondeu porque o mesmo é manco de uma perna; Que os outros dois o declarante não conheceu; Que o declarante diz que já a mais ou menos trinta dias vem sendo perseguido pela família Rolin; que o declarante aonde vai sempre tem um compadre dos Rolin dizem para eles onde o declarante vai; Que já em oportunidades o Fuki dos Rolin tiveram já a uns 600 metros de sua casa cuidando dos passos do declarante; Que não é a primeira vez que o declarante foi tocado, já anteriormente deram no declarante dois tiros, mas, este não reconheceu e nem deu para ver os agressores.

A rixa entre Tranquilo e a família Rolin começara a, no mínimo, 30 dias atrás, segundo os relatos de perseguição. Houve, inclusive, conforme seu depoimento, outra tentativa de homicídio que também não se concretizou. Até a primeira metade do século XX crimes envolvendo

³⁹ O “fuki” em questão trata-se de um Fusca, de marca Volkswagen. Nos demais depoimentos as testemunhas se utilizam do termo “Volks” para denominar um fusca, habito comum na época, já que este carro era o mais popular desta marca.

rixas eram entre os envolvidos eram bastante comuns, segundo Marquetti (2008):

Dentre os motivos alegados por vítimas e testemunhas, figuram em grande quantidade os motivos fúteis e associados à embriaguez, seguidos de provocações, discussões, brigas, palavras de insulto, problemas com animais (normalmente por estarem soltos e prejudicarem plantações), dívidas, negócios, acertos de rixas anteriores e roubos; para estes últimos – rixas e roubos – recorreu-se, em certos casos, à prática da “espera” ou emboscada. (MARQUETTI, 2008, p. 75).

O relatório do caso, datado de 2 de setembro de 1974, assinado pelo Delegado Ari, deixa claro que a rixa foi sim o motivo da tentativa de homicídio contra Tranquilo:

O presente Inquérito Policial, nos dá conta de um crime de tentativa de homicídio contra Tranquilo praticado por membros e amigos da família Rolin. É público e notório o ódio existente entre as famílias Rolin e Kuzkowski, da qual Tranquilo mantém estreitas relações de amizade. Foi palco do evento a bodega de Guilherme, localizada no Porto Itaberaba, margens do Rio Chapecó, e, a data foi de 19 de agosto do corrente ano, entre 19 e 20 horas. *Esta autoridade tem dificuldade na investigação do caso, principalmente no que diz respeito a provas testemunhais, pois, os residentes alarmados e muitos deles ainda encontram-se apavorados, manifestando medo e afirmam nada saber do fato.* Com a finalidade de garantir a ordem pública, por conveniência da instrução criminal, e para assegurar a aplicação da Lei penal, solicito a V. Ex^a., a PRISÃO PREVENTIVA de Amador que, preso esta Autoridade encoraja menos dificuldade no prosseguimento da investigação criminal

A fama da família Rolin e de sua rixa com a família Kuzkowski causava medo a população, impedindo o andamento da investigação criminal e fazendo com a prisão de um dos membros deste grupo fosse preso, o homem de nome Amador, para que as pessoas fossem encorajadas a depor. Após isto, o inquérito fica completamente parado, até que em 03 de junho de 1975, quase um ano depois, são intimados a depor Francisco e Eduval Rolin, pai e filho, respectivamente, e Amador.

O primeiro a depor, em 07 de julho de 1975, é Eduval Rolin, 44 anos, branco, católico, natural de Chapecó-SC, residente em Coronel

Freitas-SC, casado, com situação econômica – financeira média, instrução rudimentar e de profissão agricultor, ao ser questionado sobre onde se encontrava no dia do crime, respondeu que “se encontrava em casa, ajudando seu pai que estava doente, que não foi o mesmo que deferiu o tiro contra Tranquilo e não pode informar quem foi o autor do mesmo, devido não saber”. Em seguida, Francisco Rolin, 68 anos, branco, católico, natural de Nonoai-RS, residente em Coronel Freitas-SC, casado, com situação econômica – financeira média, instrução rudimentar e de profissão agricultor, confirmou a versão dada por seu filho, afirmando que “no dia em que seu deu o fato o declarante estava adoentado, e estava de cama, não sendo o mesmo quem atirou e também não sabe quem foi o autor do mesmo”.

Em 16 de julho de 1975 o delegado informa que foram tomadas as declarações de Eduval e Francisco Rolim, mas que Amador “não se encontra nesta cidade, indo embora para lugar ignorado” e, em 12 de agosto do mesmo ano, o promotor público Paulo Roberto pede o arquivamento do caso e a “expedição de ofício a autoridade policial, solicitando que continue esta investigando a matéria dos autos, des que (sic), novos fatos por ventura advenham tornar-se movimentá-los”. Em 18 de agosto o caso é arquivado. A morosidade da investigação criminal e o medo dos moradores de Porto Itaberaba dificultaram o andamento do mesmo, fazendo com que o principal suspeito, Amador, não fosse encontrado. A justiça oficial muitas vezes fechava os olhos à justiça popular, deixando que pequenas (ou mesmo grandes) rixas ou desentendimentos fossem resolvidos como os envolvidos bem entendessem. Fatores de ordem econômica, política ou social estavam entre os principais motivos que levavam a crimes e este modelo, onde se defender sem a intervenção policial, fazia parte do cotidiano desta população contribuiu para uma naturalização de determinadas práticas, como a violência e o medo, no caso daqueles que não tinham condições de defender-se sozinhos. E também “a ostentação e possível uso posterior da arma de fogo converteu-se até mesmo em elemento constituinte da própria identidade do homem, desejosos de assumir-se como indivíduo corajoso, forte, capaz de enfrentar as agruras do meio e de exercer a sua justiça” (MARQUETTI, 2008, p. 102).

Caso 7:⁴⁰ Em 12 de setembro de 1974, no centro da cidade de Chapecó, por volta das 14 horas, uma jovem de nome Agnete, 18 anos, solteira, doméstica, não tendo residência fixa, foi presa por tentativa de homicídio contra seu antigo patrão, de nome João, com 70 anos, casado, industrialista, residente em Chapecó. A conduzida, Agnete, foi presa em flagrante pelo agente policial e segundo o Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, o Código de Processo Penal, no capítulo 2 “Da prisão em flagrante”:

Art. 302. Considera-se em flagrante delito quem:

I – está cometendo a infração penal;

II – acaba de cometê-la;

III – é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração;

IV – é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração (BRASIL, 1941).

Neste caso, Agnete foi encontrada horas depois de ter cometido o crime e, segundo o depoimento da vítima:

No dia de hoje por volta das dez horas, o declarante encontrava-se no interior de sua residência [...] conversando com Izeu (seu amigo), numa das dependências da casa, quando lá adentrou a conduzida, portando uma sacola na mão; que, ato contínuo a conduzida tirou da sacola uma faca e investiu contra o declarante para matá-lo, fato que não se consumou dada a intervenção oportuna de Izeu.

O depoimento de Izeu, 26 anos, casado, agricultor, residente em Chapecó, confirma as palavras de João, acrescentando somente que “notou que a conduzida adentrava na residência, quebrando vidros e danificando vários objetos”. Consta nos autos que Agnete foi presa em flagrante acusada colocar em “risco a integridade física e a vida dos que transitavam na via Pública, além do patrimônio imóvel de um morador”, neste caso, a declaração de Izeu confirmaria o motivo da prisão. Segundo a testemunha Cândida, 41 anos, solteira, doméstica, residente em Chapecó,

⁴⁰ Processo-crime nº 81/74, 11 de setembro de 1974, Chapecó-SC, ID CCOC715ip, caixa 22.

Que é empregada doméstica e que trabalha na casa da vítima; Que as dez horas do dia de hoje, a casa de seu patrão, a declarante presenciou a tentativa de morte praticada pela conduzida contra o seu patrão; Que o crime não se consumou porque Izeu impediu. Que a declarante conhece a conduzida a muitos anos e tem conhecimento que ela foi empregada na casa de seu patrão por muito tempo; que tem conhecimento de que a conduzida é uma doente mental e por umas quatro ou cinco vezes ela esteve internada no Hospital Colônia Santana de Florianópolis.

Ao que tudo indica, Agnete apresentava um quadro de distúrbio mental, inclusive, dentro do inquérito policial no documento intitulado *Informações sobre a vida pregressa do indiciado*, no campo *Estado de ânimo antes e depois do crime*, consta a palavra “Demente”. Ainda através deste documento podemos conhecer um pouco mais a respeito de Agnete, tendo “pai e mãe ignorados”, afirma que “não viveu com os pais, foi criada até dois anos por freiras, e posteriormente pelo Sr. João”, tendo estudado até o 4º ano primário, sendo estudante quando menor e posteriormente auxiliava no serviço doméstico. A própria indiciada confirma algumas dessas informações em seu depoimento:

Que nunca conheceu seus pais e sempre morou na casa da vítima; Que aos doze anos de idade foi internada pela primeira vez no Hospital Colônia Santana em Florianópolis; Que a segunda vez que foi internada naquêle nesecamio (sic) foi por ter botado fogo no guarda roupa da casa de seu patrão; Que por mais quatro vezes foi internada no Hospital Colônia Santana; Que hoje por volta das dez horas a declarante se dirigiu para a residência do Sr. João e lá jogou pedras, quebrou vidros e danificou outros objetos; Que afirma não ter querido matar ninguém. Nada mais disse nem lhe foi perguntado.

O senhor João teria adotado Agnete ainda criança, com apenas dois anos de idade, e criado-a em sua casa desde então, ainda assim o tratamento dela para com ele, como vemos em seu depoimento, é de empregada dirigindo-se ao patrão. Esta informação também pode ser confirmada ao analisarmos o depoimento da atual empregada da casa, Cândida, que diz ter “conhecimento que ela foi empregada na casa de seu patrão por muito tempo”.

Em nenhum momento Agnete é tratada por seu nome próprio, é somente referenciada como “conduzida”. Opção, provavelmente,

adotada pelo escrivão, pois os depoentes dificilmente se refeririam a ela por este termo e, ao contrário, a vítima é sempre tratada como senhor João. Esta poderia ser uma postura adota pela escrivã enquanto detentora da palavra oficial, jurídica, mas também pode ser vista como uma forma de desmerecer a indiciada enquanto pessoa, pois a reduziria somente a criminosa, uma mulher criminosa que investiu contra seu patrão que a criou desde pequena em sua própria casa. Agnete assina uma nota de culpa onde assume ter tentado matar João e, ao fim do inquérito o delegado encaminha um ofício o juiz da Comarca com o auto de prisão em flagrante e pede que seja realizado um exame médico legal para fins de verificação de idade da mesma.

Este caso chama a atenção por ser o único em que a acusada é mulher, todos os demais tem como acusados, homens. Pensando na visão binária de mundo e das relações de gênero, masculino e feminino são termos opostos, ainda que complementares e, por esse motivo, faz-se necessário que homens e mulheres sigam condutas apropriadas a seus sexos para que esta lógica siga funcionando “corretamente”, dentro dos padrões. Práticas e comportamentos sexuais e afetivos que não obedeçam essa distinção são considerados desvios, excluídos da norma, do que é “normal”.

A tentativa de homicídio praticada por Agnete pode ser considerada um comportamento desviante? Se sim, como este comportamento influenciaria na construção de masculinidades? Apesar de não existirem motivos aparentes para a ação de Agnete contra seu antigo patrão e mesmo esta não sendo levado a cabo, a ideia de masculinidade requer constantemente a repressão de aspectos que sejam considerados femininos “de um lado, o feminino é a grande ameaça a heterossexualidade do homem; cada época define a categoria do risco, mas o feminino é sempre a ameaça ao homem” (FILHO, 2005, p. 143) e, por outro lado “a masculinidade é interdita à mulher, pois no lugar do homem é o 'mundo as avessas', a ordem corrompida, a natureza ultrajada” (FILHO, 2005, p. 143). Isto explicaria a necessidade dos envolvidos no crime, tanto vítima quanto testemunhas, de categorizá-lo como um comportamento “demente” da acusada, derivado de problemas psicológicos, que estaria fora de si, sem saber realmente o que fazia.

Um comportamento tido como “masculino”, a investida violenta de Agnete contra seu antigo patrão, utilizando uma faca do tipo “carneadeira, cabo de madeira com onze centímetros de comprimento, dezessete centímetros de lâmina”, não pode ser atribuído a uma mulher, pois romperia com os discursos vigentes a respeito das masculinidades ali presentes:

O gradativo avanço das mulheres nos espaços considerados masculinos, a participação das mulheres na vida pública e no espaço das letras pareciam deixar os homens ansiosos. Admitia-se tal participação, mas tratava-se de *tomar todas as precauções requeridas* e reafirmar freqüentemente a *capacidade de raciocínio, a visão de conjunto e a força* que se atribuía aos homens e a *delicadeza, a sensibilidade e a visão de detalhes* que se atribuía às mulheres; ou seja, marcar bem as diferenças e tentar provar que o homem reage melhor a impressões que se prendem à precisão, ao raciocínio e que a mulher reage melhor às impressões relacionadas ao domínio da “sensibilidade pura”. (VOJNIAK, 2004, p. 109).

Um dos pontos essenciais da dominação masculina é não ser associado as mulheres “o masculino, as relações entre homens são estruturadas na imagem hierarquizada das relações homens/mulheres” (WELZER-LANG, 2001, p. 464), torna-se parte deste sistema lembrar sistematicamente o lugar de cada um enquanto dominante ou dominado e, através da masculinidade hegemônica, lembrar aos homens exatamente qual masculinidade é digna de crédito para ser posta em prática, mas também:

Os homens podem adotar a masculinidade hegemônica quando é desejável, mas os mesmos homens podem se distanciar estrategicamente da masculinidade hegemônica em outros momentos. Consequentemente, a 'masculinidade' representa não um tipo determinado de homem, mas, em vez disso, uma forma como os homens se posicionam através de práticas discursivas. (CONNELL, MESSERCHIMIDT, 2013, p. 257).

Apesar de ser um projeto, um modelo a ser adotado, no cotidiano, a masculinidade hegemônica entra em embates com outras práticas, relações de poder e subjetividades dos sujeitos, ganhando o papel principal quando necessário, mas também sendo coadjuvante. As práticas discursivas a esse respeito são constantemente reafirmadas, reconstruída e remodeladas, mas buscam, de maneira geral, o seguimento da dominação masculina.

Todos estes casos, dentro do contexto de modernização no âmbito local e nacional, ajudam a compreender os diversos discursos acerca de

masculinidades presentes em Chapecó neste período. Os discursos sobre Homicídios e tentativas de homicídios, muitas vezes acidentais, mostram como era construída a defesa dos acusados, mesmo em seus depoimentos na delegacia, calcada em ideias que estavam ligadas ao ideal do trabalho, da moralidade e dos bons costumes pregados por uma elite local.

O trabalho é visto como um ordenador social, sendo relacionado a moralidade e conduta direita, bem como a instrução oficial. Quanto mais perto se estivesse destas “diretrizes”, mais perto se estava da liberdade e quanto mais se estivesse em seu lado oposto, maior a condenação, neste caso, social. Como no caso de Tranquilo, em que a rixa entre duas famílias causava medo na população, obstruindo a investigação e resolução do caso pela justiça oficial e tornando o principal suspeito um foragido.

4 “INSTINTO BRUTAL”: GÊNERO E VIOLÊNCIA EM CHAPECÓ

Neste capítulo analiso os discursos masculinos a respeito do crime de estupro, através de três casos que ocorreram na década de 1960, na cidade de Chapecó. Procurando estabelecer a relação entre estes discursos e a construção de masculinidades, tendo em vista que o estupro, apesar de em muitos casos serem chamados de “relações sexuais”, constituem uma violação e uma violência ao corpo, neste caso o feminino, mas também, evidenciam formas de condutas consideradas “morais” ou “socialmente aceitas” conforme o comportamento de uma das partes, a mulher.

Sobre o crime de estupro, consta o seguinte texto no Código Penal “Art. 213 – Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça: Pena – reclusão de quatro a dez anos”, o que podemos perceber é que não há nenhuma distinção entre menores e maiores de idade e o único “alvo” do crime de estupro é a mulher, sendo esta lei direcionada somente a elas. E, além do crime de estupro alguns autos vem acompanhado de outros crimes como Lesão Corporal, “Art. 129 – Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem” e Sedução “Art. 217 –Seduzir mulher virgem, menor de 18 (dezoito) anos e maior de 14 (catorze), e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança”.

As relações homem/homem e homem/mulher são divididas, segundo Daniel Welzer-Lang, em um duplo paradigma: 1) “a pseudo natureza superior dos homens, que remete à dominação masculina, ao sexismo e às fronteiras rígidas e intransponíveis entre os gêneros masculino e feminino” e 2) “a visão heterossexualizada do mundo na qual a sexualidade considerada como normal e 'natural' está limitada às relações sexuais entre homens e mulheres” (WELZER-LANG, 2001, p. 460). Podemos supor, baseados nesta divisão, que os crimes de estupro seriam, então, uma forma de provar a masculinidade, mostrando que se é homem através da dominação e submissão das mulheres à violência sexual e, assim, confirmando as práticas heterossexuais. Logo, se é homem duas vezes, primeiro por não ser homossexual e segundo por submeter a mulher à sua vontade, ou seja, o masculino se constrói não só através da dominação homem/mulher, mas também através da sobreposição homem/homem.

Percebe-se assim que em quase todos os casos aqui analisados, foi usada violência física, além de sexual,⁴¹ são muitos, faz-se necessário mostrar força e virilidade para confirmar sua dominação e, humilhações verbais são quase um “complemento” nestes casos de estupro, tanto no momento do crime quanto depois, na sala de depoimento. Neste contexto, conforme assinala Soieht (1997), a exclusão da mulher dos espaços públicos e o controle sobre sua sexualidade, são entendidas também como uma forma de violência e de reforço a dominação masculina, pois,

Permaneceriam as mulheres sem poder dispor livremente de sua sexualidade. Manter-se virgem, enquanto solteira, e fiel, quando casada, era sinônimo de honra feminina; a qual se estendia a toda família, constituindo-se num conceito sexualmente localizado, violência que se constituiu em fonte de múltiplas outras violências. Enquanto aos homens estimula-se o livre exercício da sexualidade, símbolo de virilidade, na mulher tal atitude é condenada, cabendo-lhe reprimir todos os desejos e impulsos dessa natureza. (SOIEHT, 1997, p. 21).

Nos parágrafos a seguir procuro analisar, através de três inquéritos referentes ao crime de estupro, como a masculinidade é percebida através destes discursos, como os homens se colocam frente esta acusação e como a violação sexual é entendida no contexto de violência contra a mulher. Tendo em vista que hoje, através da alteração realizada no Código Penal no ano de 2009,⁴² o estupro é considerado um crime contra a dignidade sexual e não mais um crime contra os costumes.

Caso 1:⁴³ No dia 3 de novembro de 1963, por volta das 15 horas, na cidade de Chapecó, os indivíduos Raul e Olmiro, sob ameaças e violência, obrigaram Mariana e Tereza a manterem relações sexuais com eles. Aberto o inquérito policial para investigação dos fatos e, segundo o

⁴¹ Obviamente a violação sexual é uma violência física, mas outras agressões são utilizadas nos crimes de estupro, como tapas, chutes, puxões de cabelo, etc., por isso utilizei-me desta diferenciação.

⁴² Esta nova redação foi dada pela Lei 12.015/2009.

⁴³ Processo-crime S/N, 06 de novembro de 1963, Chapecó-SC, ID CCOC667ip, caixa 21.

Em seguida, uma das vítimas, Mariana, 17 anos, natural de Xanxerê-SC, residente em Chapecó, solteira e de profissão “af. Domésticos”, presta declarações a respeito do ocorrido:

Há aproximadamente um ano passados, foi deflorada por seu namorado de nome Isac, que assim procedeu, sob promessa de casamento; QUE, como Isac tivesse tomado rumo ignorado, após aquele procedimento, a declarante no mês de fevereiro deste ano, começou namoro com Luiz, com quem manteve e continua manter de quando em vez, relações sexuais, em virtude de Luiz manifestar que deseja contrair matrimônio com a declarante; Que, no dia treis (sic) 3 do corrente, por volta das quinze horas, a declarante em companhia de seu referido namorado e mais Anísio com sua namorada de nome Terezinha, passeavam na altura do Estádio Municipal Índio Condá, quando inesperadamente foram atacados por Raul, Olmiro e Getúlio; Que, ante a agressão e ameaças de toda a sorte, após luta corporal em que todos se empenharam, os primeiros para defender-se e os últimos para conseguirem e satisfazerem seus maus instintos, os agredidos foram vencidos; Que Getúlio, um dos agressores, empunhava agressivamente uma faca, amedrontando ainda mais os que se defendiam; Que, após Luiz e Anísio afastarem-se do local para pedirem socorro à Polícia, a declarante sob ameaça e força, foi obrigada a manter relações sexuais com um deles, não podendo afirmar se foi Olmiro ou Raul, pois foi a primeira vez que viu tais indivíduos; Que, foi violentada, ameaçada e amordaçada, tanto que a calça que usava na oportunidade, foi rasgada [...] Que, como já disse, embora não seja mulher virgem, sempre manteve procedimento a não autorizar indivíduo algum a proceder como aqueles, tanto que é empregada de exemplar família aqui residente e que poderão prestar informações da declarante.

Este caso possui muitos elementos comuns a época e aos comportamentos, principalmente dos jovens, em relação ao sexo e casamento. De um lado a moralidade regravava a vida das mulheres, que a todo momento eram cobradas a respeito de sua virgindade e vigiadas quanto as práticas sexuais. De outro lado os homens possuíam a liberdade de falsas promessas em troca de sexo, como no caso de

Mariana em que seu antigo namorado de nome Isac a “deflorou”⁴⁴ sob promessa de com ela contrair matrimônio, mas que após a relação sexual consumada teve o “rumo ignorado”. Como podemos perceber, antes de contar o ocorrido a polícia, Mariana é interrogada quanto a sua vida pregressa, no que tange a sua conduta sexual para só, em seguida, relatar a violência a qual foi submetida.

O segundo depoimento é de Anísio, 25 anos, natural do Rio Grande do Sul, residente em Chapecó, solteiro e de profissão operário, que também é considerado vítima pelos agentes policiais e afirma que no dia do ocorrido, quando passeava com sua namorada, seu irmão Luiz e a namorada deste, foram atacados por Getúlio, Olmiro e Raul “violentamente de forma a não poderem revidar o ataque como se fazia preciso”, e:

Que Olmiro, empunhava uma faca com a qual ameaçava o declarante para depois dirigir-se com a mesma atitude, contra Therezinha, que lutava desesperadamente, mas finalmente vencida, foi obrigada a manter relações sexuais com seu agressor; Que o declarante ao afastar-se do local com o quadro que via, observou a triste situação que Therezinha estava passando, embora continuasse a luta, dando socos em seu agressor que nesta altura já se encontrava em cima da mesma; Que, embora saiba que Therezinha não é mulher virgem, podendo afirmar que se comporta muito bem, tanto que o declarante estava inclinado a contrair matrimônio com a mesma; Que Olmiro no ataque e na violência, sempre estava sendo acompanhado por seus dois parceiros, Raul e Getúlio; Que, tomando a mesma atitude, Raul apoderou-se, à força, de Mariana, com quem manteve relações sexuais; Que, quando deixou para trás o triste quadro narrado, veio apressadamente dar conhecimento à autoridade policial que desde logo procurou localizar ditos indivíduos.

⁴⁴ “O crime de defloração, segundo disposto no artigo 267 do Código Penal de 1890 era: “Deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude.”. No entendimento comum dos agentes policiais, o defloração era o desvirginamento consentido de mulheres menores de 21 anos. A virgindade da vítima era uma premissa básica para o desenvolvimento dos autos. O delito criminoso incidia sobre a não oficialização do casamento após o ato sexual” (SARTORI, 2011, p. 16). O crime de defloração passou a ser denominado de “sedução” após o código penal de 1940.

Os dois homens, Anísio e Luiz, também considerados vítimas, não conseguiram resistir adequadamente às investidas violentas dos outros três, Getúlio, Olmiro e Raul, culminando em agressões e, para as duas mulheres, o estupro. A construção do ego masculino e de uma masculinidade que seja hegemônica passa por um sistema de submissão das mulheres, em primeiro lugar, e por um sistema de submissão de alguns homens, como os homossexuais, por exemplo, ou aqueles que não se encaixem de alguma maneira ao projeto de masculinidade desejada.

O que vemos aqui são duas masculinidades em confronto direto, a dos agressores pressupõe o uso da força, violência, para se alcançar o objetivo, em sua visão, a relação sexual. Enquanto para as vítimas o uso da força é necessária enquanto método de defesa, ainda assim mostrando-se ineficaz, pois segundo o depoimento de Anísio os dois saíram apressadamente para prestar queixa a polícia sobre o ocorrido. O que demonstra como os homens lidavam com seus conflitos, tentando primeiro resolvê-los sozinhos, mesmo que para isso tenham que se utilizar da violência e, caso este falhe, recorrem ao poder da justiça, para que ao menos preservem uma posição correta perante a lei e a moral pública.

Em seguida, Terezinha, 18 anos, natural de Passo Fundo-RS, residente em Chapecó, casada e de profissão doméstica, afirma que:

Que, é casada civilmente com Oswaldo, que cumpre pena na Penitenciária de Curitiba, a mais de quatro anos; Que, atualmente é empregada de Plínio, nesta cidade; Que, no dia 3 do corrente, mais ou menos às 15 horas a declarante em companhia de Mariana, acompanhadas de Anísio e Luiz, passeavam na altura Estádio Municipal Índio Condá, quando inopinadamente foram agredidas pelos indivíduos Raul, Olmiro e Getúlio, de forma a não poderem defender-se dado o inopinado da agressão; Que, os agressores, embora procurassem os agredidos defenderem-se lutando, levaram a melhor; Que, Raul, sob ameaça de morte, embora a declarante lutasse como podia, conseguiu manter, isto é, conseguiu seu intento e manteve relações sexuais com a declarante, que subjugada e amordaçada já sem forças *era vítima do instinto brutal de seu agressor*; Que, Raul, após o ato, retirou-se do local, em disparada, que, durante a luta que travou com Raul, este rasgou o vestido que a declarante usava no momento, na altura do braço direito, assim como as calças que a declarante usava naquele dia, fazendo neste ato

as apresentações para comprovante do alegado; Que, é mulher casada, mas procede de maneira digna, *nunca dando motivo para sofrer tais humilhações como sofreu*. (Grifo nosso).

Terezinha diz ser casada há quatro anos com Oswaldo, o que nos leva a crer que a mesma tenha se casado por volta dos seus 13 ou 14 anos de idade, já que seu marido cumpre pena “a mais de quatro anos”, e, em decorrência disso, começou um namoro com Anísio. Apesar das tentativas frustradas de resistência, os agressores conseguiram consumir o ato, sendo ela vítima do “instinto brutal” de Raul. Ao recorrer a esta expressão para relatar o fato, Terezinha acaba por naturalizar a conduta sexual masculina, sendo ela um instinto, ainda que brutal, faz parte da natureza do homem, o feminino se torna o objeto sexual por excelência. Como afirma Machado (2004):

No campo do imaginário da sexualidade ocidental, o homem se apodera e tem a iniciativa, encontrando a mulher, una e indiferenciada, que se esquia para seduzir e seduz para esquivar. O erotismo ocidental constrói a passividade feminina e a agressividade masculina, e faz borrar as diferenças entre ato sexual e estupro. O ato de estupro parece sintetizar a confusão entre a ideia de masculino como parecendo advir do único corpo sexuado que se apodera do corpo do outro, parecendo ter o falo, isto é, a potência e a força, e a ideia de masculino como parecendo ser a lei, já que neste ato sexual suprime-se a mulher três vezes; enquanto corpo sexuado que pode se apoderar do corpo do outro, enquanto sujeito desejante e enquanto sujeito social que participa na confecção da lei. (MACHADO, 2004, p. 46).

O estupro se transforma num ato de demonstração de masculinidade e a violência utilizada para afugentar os namorados das vítimas completa este círculo. Não interessam os desejos e vontades das mulheres ali subjugadas, somente possuem desejos e vontades os homens, agressores, que estão ali para suprirem este “instinto brutal”. A masculinidade é produzida e reproduzida a partir das experiências e práticas cotidianas, “os domínios das noções de pessoa, do corpo, das emoções e sentimentos” (ALMEIDA, 1995, p. 59) e o choque entre diferentes modelos de masculinidade é evidente neste crime. E esta diferença gritante nos modelos comportamentais vai de encontro às mudanças que estão ocorrendo no cenário mais amplo, a cidade de

Chapécó. Pois, se antes da fase tida como desenvolvimentista, condutas violentas como estas não eram consideradas tão graves, agora elas ameaçavam a paz e a civilidade do local.

Além disto, conforme assinala Foucault (1993), a criação de uma moral sexual, imposta principalmente as mulheres, regulava os comportamentos, normatizando determinadas práticas sexuais e condenando outras. O casamento monogâmico e indissolúvel regra os discursos e a virgindade se torna um “bem” precioso, sendo o fator determinante na honra das mulheres e, conseqüentemente, de suas famílias, ou seja, “a virgindade feminina era, então, um bem valioso que necessitava de ser preservado, guardado “e zelado pela moça e sua família, até o momento do casamento, sob pena de desqualificação moral e social” (MAIA C.; MAIA R., 2012, p. 35).

De volta aos depoimentos, em 18 de novembro, Luiz, 19 anos, natural e residente em Chapécó, solteiro e de profissão marceneiro, é chamado a depor, afirmando que:

Confirma a queixa apresentada nesta Delegacia Regional de Polícia, contra Raul, Olmiro e Getúlio, pessoas que conhece de passagem, por haverem os mesmos, no dia (3) três do corrente, por volta das quinze (15) horas, quando o declarante, seu irmão Anísio, passeavam em companhia de Mariana e Terezinha, a primeira namorada do declarante, e a segunda, de seu irmão, próximo ao Estádio Municipal Índio Condá, assaltado o declarante e seus acompanhantes; Que, os assaltantes no início referidos, sendo que Getúlio empunhava uma faca, após luta corporal pelos assaltados que finalmente foram vencidos e se puseram em debandada, obrigados sob ameaça de morte, a que Mariana mantivesse relações sexuais com Raul e Terezinha, com Olmiro; Que, o declarante deixou suas acompanhantes em situação desesperadora, quando era agarradas, subjugadas, vindo em disparada dar conhecimento a polícia, que desde logo providenciava na localização de ditos indivíduos; Que Raul, Olmiro e Getúlio – os assaltantes lutavam desesperadamente para assassinar o declarante e seu irmão Anísio que foram obrigados a fugirem do local, deixando suas namoradas em poder daqueles indivíduos; Que, Getúlio que empunhava uma faca errou dois golpes contra o declarante, que apavorado, correu; Que ignora os motivos que levaram tais indivíduos a procederem assim, uma vez que tratasse de pessoas com quem não tinham intimidades, conhecidas, como disse, de passagem; Que o drama passado com Mariana e Terezinha só elas mesmas

podem descrevê-lo, visto como, conforme já disse, foi obrigado a fugir do local, o mesmo acontecendo com seu irmão Anísio.

Luiz acrescenta mais um fato ao ocorrido, que antes das agressões, os acusados tentarem assaltá-los e, em seguida, sob ameaças de morte, foram obrigados a deixar o local. Mas, contradizendo os depoimentos das vítimas, Valdomiro, que prestou depoimento no dia 20 de novembro, também conhecido como Miro, 25 anos, natural de Bento Gonçalves-RS, residente em Chapecó, solteiro e de profissão pedreiro, nega qualquer envolvimento com os fatos descritos, afirmando que no dia e hora em questão encontrava-se nas redondezas do Estádio Municipal Índio Condá observando uma partida de futebol que ali acontecia “quando foi procurado por Getúlio, que dizia ao declarante que Mariana e Terezinha, haviam passado pela frente de sua casa (dele Getúlio), acompanhadas por dois rapazes e que caminhavam em direção ao mato”, neste momento ele teria sido convidado por Getúlio a ir até o dito mato ver o que os dois casais fariam lá, quando este se negou. Passada meia hora, Miro se dirigiu na mesma direção tomada por Getúlio, que estava acompanhado de Raul, e:

A certa altura encontrou Luiz, na estrada, que vinha espavorido (sic) e seguido por Terezinha que também estava bastante agitada, foi quando o declarante perguntou o que estava acontecendo, tendo Terezinha respondido que Raul e Getúlio queriam “pegar-lhe” a força [...] Que o declarante acha, porém não presenciou, de que Raul e Getúlio, após verificarem que Mariana e Terezinha, estavam mantendo relações sexuais com Luiz e Anísio se acharam no direito de proceder na mesma forma, no que não concordaram as mesmas, daí resultando naturalmente, luta entre todos.

Após dois dias desta declaração, no dia 22 de novembro, comparece a Delegacia Regional de Polícia Getúlio, 18 anos, natural de Pato Branco-PR, residente em Chapecó, solteiro e de profissão pedreiro afirmando que no dia do acontecido, três de novembro, havia ido até o “Estádio Índio Condá, apreciar uma partida de futebol”, onde, passados 20 minutos, encontrou Raul e este lhe disse que Mariana, uma conhecida sua, havia a pouco passado por ali acompanhada de outra mulher e de Anísio e Luiz, e em seguida:

O declarante e Raul, tomaram a direção para onde dirigiam-se Luiz, Anísio e suas acompanhantes; Que Waldomiro, que antes havia sido convidado, não aceitou o convite, mas, tomando mais tarde a mesma direção; Que, na ocasião, Valdomiro que penetrando no mato, *encontrou Terezinha, mantendo relações sexuais com Luiz, julgou-se com o mesmo direito de assim proceder e aproximando-se da mesma disse “vamos caminhar”*, para em seguida entrarem para o mato, lá não sabendo o que verificou-se; Que, sabe igualmente, que Raul, manteve relações com Mariana, usando do mesmo expediente de Valdomiro, isto é “vamos caminhar”; Que Mariana relutou um pouco, porém não foi agarrada a força, estando o declarante certo, que aquiescera o convite, pelo medo. Perguntado, *respondeu que Terezinha, não relutou ao entrar no mato com Valdomiro*. Perguntado, respondeu que não manteve relações com nenhuma delas [...] perguntado, respondeu *não tem responsabilidade alguma*, pois não assumiu atitude contra ninguém, apenas defendeu da atitude de Luiz; Que, *apenas convidou Raul e Valdomiro, para irem observar e não tomar a atitude que foi tomada*. (Grifo nosso).

No dia dois de dezembro um Termo de Reconhecimento é assinado pelas vítimas, que, na Delegacia Regional de Polícia de Chapecó, reconhecem seus agressores, segundo consta:

Compareceram as vítima Mariana e Terezinha, assim como os acusado Waldomiro e Raul, sendo que a vítima Mariana, reconheceu como sendo Raul, ou melhor, este último (Waldomiro), a pessoa que sob ameaça e após luta, manter relações sexuais e Terezinha, reconhecendo como sendo Waldomiro, a pessoa que sob ameaça e após luta, conseguiu manter com a mesma, relações sexuais, retificando, portanto, esta parte quando prestou declarações nesta Regional de Polícia, pois não ligava bem o nome as pessoas. Pelos acusados, foram negadas as acusações, afirmando que tais mulheres são da vida fácil, “andando as voltas com uns e outros” procurando agora envolve-los em fatos que não correspondem a verdade.

Em seu estudo sobre vítimas de crimes sexuais, Eva Gavron, analisou o “ser vítima” de um crime sexual, na cidade de Florianópolis, e a declaração prestada neste Termo de Reconhecimento acima vai de encontro ao que a autora afirma quanto à forma de qualificar o crime de violação sexual como um estupro:

O estupro, para se configurar, precisaria ser descrito como uma relação de força, de uma ação de violência conjunta. Nesse sentido, a luta corporal entre a vítima adulta e o violador deve atingir quase a mesma intensidade, o agressor, pela iniciativa da ação, a vítima, pela violência desferida em contrapartida. A vítima deveria usar de violência contra o agressor. Essa era a única justificativa possível, capaz de convencer que não houve consentimento para a relação sexual. No entendimento do jurista, crime sexual deveria ser, portanto, uma luta constante, física ou moral, entre os envolvidos. (GAVRON, 2008, p. 44)

Ou seja, não são os homens que precisam esclarecer sobre a violação sexual, mas sim as mulheres que precisavam comprovar que foram, realmente, violada, e que resistiram, com luta corporal, para evitar o sexo sem consentimento. Por fim, o último acusado presta declarações somente no dia 9 de dezembro, Raul, 24 anos, natural de Clevelândia-RS, residente em Chapecó, com situação financeira “bastante pobre”, solteiro e de profissão operário, confirmou toda a história de Getúlio, pelo menos o começo da história. Conforme seu depoimento segue, percebemos algumas discordâncias:

Encontraram Terezinha, há uns trinta metros na frente, que andava em direção ao Estádio, sendo, então, encontrada por Olmiro [...] quando este procurou “agarrá-la”, quando foi socorrida por um dos Soares, verificandp-se então uma luta corporal, quando Soares vencido correu para o lado da cidade; Que, quando isso acontecia, o depoente e seu companheiro estavam observando os acontecimentos, não sabendo depois a direção que Terezinha tomou; Que, prosseguindo a caminhada em uma pequena estrada transversal, depararam com um dos Soares, pois como já disse, não liga o nome a pessoa mantendo relações sexuais com Mariana, quando o depoente disse-lhes do procedimento da dita moça, que apresentava-se como uma moça de classe; Que, então o depoente foi agredido e teve de defender-se, quando engarfinharam-se (sic) em luta corporal.

Ao fim, Raul afirma que não manteve relações com nenhuma das vítimas, mas que, mesmo assim, estas “além de não serem moças, não se comportam a altura de um procedimento exigido pela moral pública”. Ou seja, mesmo sendo ele um dos acusados, se utiliza de um discurso moralista para culpabilizar a vítima, situação ainda bastante vista nos dias de hoje.

A culpabilização da vítima, que não seguiu um comportamento adequado diante da moral pública, também legitima o comportamento violento dos homens, pois Raul partiu para a briga para se defender de uma ofensa proferida por um dos irmão Soares, sem que essa prática fosse questionada dentro desta lógica em que, muitas vezes, “mesmo quando afirma “saber” ter feito um ato de violência e imposição sexual, este saber é deslocado para um outro saber que lhes parece primordial: o de que tais atos sexuais estão de acordo com o imaginário erótico cultural segundo o qual a iniciativa sexual é masculina” (MACHADO, 2004, p. 41). A violência sexual pode também ser entendida como uma forma de hierarquização do masculino, pois o homem, na posição de possuidor do falo é o que penetra, o que possui a potência e a força, enquanto a mulher, é vista como inferior e incompleta, podendo ser objetificada e “preenchida” com a virilidade masculina.

O relatório do caso confirma a violência sexual, dizendo que “é bem verdade, que não trata-se de menores, não tão pouco de mulheres virgens, mas não restam dúvidas também quanto as responsabilidades criminais assumidas pelos acusados”. Dois dos acusados teriam desaparecido quando procurados para o preenchimento do Boletim de Ocorrência, sendo localizado somente Raul, então, em 27 de janeiro de 1964, o inquérito é despachado e há um carimbo com a data de arquivamento em 11 de março de 1968.

Caso 2:⁴⁵ No dia 8 de março de 1965, na Delegacia Regional de Polícia da cidade de Chapecó, compareceu Italina e sua representante legal Senira, prestando queixa contra a pessoa de Jacy, afirmando ter sido violentada pelo mesmo. O inquérito foi aberto para instaurar os fatos, mas dias antes, em 22 de fevereiro, um Auto de Exame de Corpo de Delito já havia sido feito por Italina para constatar “ruptura hiemal recente ao nível das 4 e 6 horas”, documento que possivelmente foi apresentado no momento da queixa na Delegacia de Polícia.

Em seu depoimento, Italina, 16 anos, natural e residente em Chapecó, solteira e de profissão doméstica afirma que no dia 22 de fevereiro, por volta das 16 horas, foi agarrada a força por um tal de Gecy e que:

⁴⁵ Processo-crime S/N, 08 de março de 1965, Chapecó-SC, ID CCOC669ip, caixa 21.

O referido Gecy, tentou, durante duas horas abusar da depoente; Que ao cabo de duas horas de desesperada resistência da depoente, o acusado pegando a pela pescoço derrubou sua vítima ao chão; Que a depoente tendo em sua garganta as mão do acusado, sentiu falta de ar como se fora morrer afogada, perdendo neste momento as forças; Que nesta situação o acusado, Sr. Gecy, manteve relações sexuais com a depoente; Que a depoente era virgem, nunca se comportando de forma imoral dentro da sociedade; Que após praticar o ato de defloramento, o acusado somente pediu a depoente que nada contasse do ocorrido.

O acusado, Jacy, 21 anos, natural de Nonoai-RS, residente em Chapecó, solteiro e de profissão Classificador de madeira, nega o ocorrido, afirmando que na noite do dia 22 para o dia 23, por volta das 22:30 foi a um baile público, no salão da propriedade de Fiorelo, onde também se encontrava Italina e que ambos dançaram apenas “uma peça” juntos, pois passou a maior parte do tempo, até aproximadamente uma hora da manhã, cobrando ingressos para o proprietário do baile e após isso se retirou do local, quando:

Italina notou e em seguida foi novamente a cozinha apanhar uma blusa e pediu ao depoente se este iria embora, no que respondeu-lhe que sim, quando Italina então lhe disse que iria junto; Que saíram para irem embora, o depoente e Italina; Que junto com Italina estava Erondina com o seu namorado de nome Natalino, os quais saíram em rumo ignorado; Que nas proximidades do CTG, o depoente e Italina entraram no mato e lá mantiveram relações sexuais; Que não foi esta a primeira vez que manteve relações com Italina, pois oito dias antes também havia mantido relações com a mesma, quando voltavam de um baile realizado no mesmo local; Que, Italina não era virgem quando manteve relações sexuais com o declarante, pela primeira vez; Que, absolutamente não agarrou Italina a força, conforme consta; Que, bateu na mesma, por causa de uma chave da casa do senhor Aldino, a qual estava em poder de Italina e que havia perdido quando esteve no mato junto com o depoente; Que, Italina quis que o declarante ficasse clarear o dia para procurarem a chave da casa, no que este não concordou, dizendo-lhe que então iriam para o hotel e de dia vinham procurar a chave, não tendo Italina concordado com a ideia, por este motivo surgindo grande discussão a qual chegou vias de fato; Que, não era namorado de Italina; Orestes, digo, Que, Orestes, trabalhador

da força e luz de Chapecó S/A, diz já ter mantido relações com Italina, que Orestes disse tais palavras na presença de Alicia, digo, na presença de um motorista de praça de nome de Marco, no dia em que o depoente foi chamado a prestar esclarecimentos nesta Delegacia de Polícia, sobre o fato; que Fioravante, funcionário do SAIC, também disse ao depoente que também havia mantido relações sexuais com Italina.

Diferentemente do bar, espaço predominantemente masculino, os bailes eram espaços de sociabilidade de ambos os sexos, promovendo o encontro de jovens e servindo como local para “encontrar namorado (a)”, uma prática comum, inclusive entre os caboclos que ajudaram a povoar a região muitos anos antes, fazendo parte da sociabilidade local e também sendo um gerador de conflitos, “geralmente as brigas eram motivadas pelo carão.”⁴⁶ Segundo a tradição, os rapazes convidavam a moça pra dançar, esta tinha que aceitar no mínimo “uma peça” (uma música). De acordo com os relatos, se acontecesse um carão o baile acabava em briga” (CEOM, 2008, p. 68).

Através de suas palavras, percebemos que para Jacy não houve crime algum, mesmo quando afirma que bateu em Italina por ter perdido a dita chave. O fato da vítima ter mantido relações sexuais com outras pessoas e não ser mais virgem, segundo o que ele afirma, acaba por legitimar sua prática sexual com a mesma. Este discurso estava em consonância com outros, a respeito de como eram julgados estes crimes:

O julgamento de um crime sexual – inclusive e especialmente o estupro – não é uma arena onde se procede ao reconhecimento de uma violência e violação contra a liberdade sexual feminina nem tampouco onde se julga um homem pelo seu ato. Trata-se de uma arena onde se julgam simultaneamente, confrontados numa fortíssima correlação de forças, a pessoa do autor e da vítima: o seu comportamento, a sua vida pregressa. E onde está em jogo, para a mulher, a sua inteira “reputação sexual” que é – ao lado do status familiar – uma variável tão decisiva para o reconhecimento da vitimação sexual feminina, quanto a variável status social o é para a criminalização masculina. (ANDRADE, 1996, p. 104).

⁴⁶ O “carão” era o modo como se chamava a recusa de uma moça a um convite para dançar. Na tradição cabocla a moça era praticamente obrigada a dançar ao menos “uma peça” com o homem que a convidasse, pois a recusa era um motivo comum para brigas.

O último depoimento do caso é de Erondina, 20 anos, natural de Nonoai-RS, residente em Chapecó, solteira e de profissão doméstica, afirma que conhece Italina a mais ou menos um ano e que “nada pode dizer contra a pessoa da mesma, que desabone a conduta ou contra a honra de Italina” e que no dia do ocorrido, estando na casa de seu patrão, viu chegar a vítima, entre 4 e 6 da manhã “toda descabelada, e queixando-se a declarante que havia sido violentada por Gecy, momentos antes” e “apresentava escoriações no pescoço e estava com a roupa ensanguentada” afirmando que Gecy⁴⁷ a havia pegado a força e mantido relações sexuais.

As discordâncias nos depoimentos são evidentes, e provavelmente comuns, pois no próprio relatório do caso, datado de 29 de junho, consta que “a prova testemunhal é precária como acontece com os delitos sexuais”. Era comum uma moça, vítima de violência sexual, ter que provar ser digna e honrada para que seu testemunho fosse considerado verdadeiro, diferentemente dos acusados, que possuíam a fé pública, podemos assim chamar, por não precisarem prestar contas à sociedade a respeito de suas condutas sexuais, pois um grande número de parceiras indicava virilidade e o cumprimento do “papel” masculino. Enquanto para as mulheres a virgindade era sinal de estima, tanto para sua família quanto para possíveis pretendentes.

Em 27 de setembro de 1968, três anos após o ocorrido, o promotor público Euclides, envia um ofício ao juiz da Comarca de Chapecó pedindo o arquivamento do caso vide que o “estupro em tese, ocorreu a mais de três anos. Até agora, por falta de diligência policial, não foi iniciada a ação penal” e a vítima “agora já com 19 anos de idade, há mais de dois anos mudou-se para o Paraná” e a “estas alturas, ninguém mais tem interesse no procedimento penal”. Desta forma, o caso foi arquivado em 17 de outubro de 1968.

Caso 3:⁴⁸ No dia 4 de maio de 1968 o promotor público Euclides, encaminha ao delegado de Chapecó um Termo de Representação, em nome de Manoel, onde este afirma que sua filha, menor de idade, de

⁴⁷ As diferenças na grafia dos nomes dos envolvidos nos inquéritos é constante, como vemos neste caso em específico, mas, no fim, não interferem no rumo dos acontecidos, sendo somente um problema de ordem técnica dos escrivães, provavelmente decorrente do despreparo no desenvolvimento da função.

⁴⁸ Processo-crime S/N, 06 de maio de 1968, Chapecó-SC, ID CCOC679ip, caixa 21.

nome Valmira, foi estuprada por um homem chamado Raimundo, na localidade de Volta Grande. Segundo consta “uma das provas de que foi o citado indivíduo o autor do estupro, ou tentativa de estupro, seria uma mordida dada pela ofendida no indiciado, de modo que há urgência em verificar tal particularidade”. Dito isto, o promotor ainda pede que nada seja cobrado de Manoel, por ser este muito pobre e solicita o Atestado de Miserabilidade. O documento é despachado e os envolvidos são chamados a depor.

Raimundo, 21 anos, brasileiro, solteiro, agricultor, residente em Caxambu do Sul, ao comparecer para prestar declarações no dia 6 de maio, passa por verificação para constatar que em sua mão esquerda “no dedo médio consta uma cicatriz, que se originou de uma mordida da moça de nome Valmira”, segundo ele “a mesma moça lhe deu uma pechada e ele a agarrou e a derrubou para poder conquistá-la, mas que não conseguiu seu entente e foi mordido fortemente no dedo, e soltando a moça foi diretamente para casa”. Esta declaração foi de livre e espontânea vontade do acusado, não sendo feitas perguntas ao mesmo. Já em sua segunda declaração, prestada no dia 7 de maio, o mesmo afirma que:

Agarrou a moça e a derrubou com intenções de a conquistar, mas que a mesma começou a gritar e depois de rolar no barro, porque estava chovendo o declarante recebeu uma forte mordida no dedo médio da mão esquerda que deixou marca e lhe pediu que a soltasse, o declarante em seguida a soltou e seguiu para sua casa sem dizer qualquer palavra. Disse mais o declarante que Valmira não é mais moça e sim uma mulher perdida, devido ter acontecido com ela diversos casos que provam ser ela uma *mulher de má reputação*. Disse mais o declarante que deste acontecido não conseguiu fazer nada na declarante, porque a mesma *resistiu de maneira positiva*.

O acusado tenta desmoralizar a vítima, afirmando ser ela mulher de má reputação e, por isso, não digna de crédito e que não conseguiu consumir o ato, pois a mesma “resistiu de maneira positiva”. O estupro é visto pelo acusado como uma conquista, quando ele se utiliza de violência para forçar à vítima a relação sexual isto não é uma violação ou agressão, mas simplesmente uma maneira de conquistá-la, “na linguagem da moralidade, de um lado, o homem viril sente sempre disposição à conquista, e sua dignidade, sua moral depende de não dizer não diante de uma oportunidade” (MACHADO, 2004, p. 44). Para

Raimundo a “peçada” que Valmira lhe deu foi entendida como uma oportunidade, pois conforme o mesmo diz “em virtude do procedimento da moça o declarante ficou desconfiado com a mesma devido de não terem qualquer relação de amizade”, logo, o “esbarrão” foi uma forma de sedução encontrada pela moça, colocando em prova a virilidade e a masculinidade de Raimundo.

E apesar desta ser uma conduta socialmente aceitável na visão do acusado, uma prática masculina considerada uma conquista, para o pai da moça em questão fere sua honra e de sua família, levando ao conflito dois discursos a cerca da masculinidade. Em seu depoimento, o pai da vítima, Manoel, 47 anos, natural do Rio Grande do Sul, residente em Linha Volta Grande – Caxambu do Sul, casado e de profissão agricultor afirma que quando sua filha Solange, de 9 anos, contou-lhe o ocorrido “logo saiu porta a fora e foi ao encontro do local para verificar o fato; mas que encontrou sua filha Valmira na estrada que vinha correndo e lhe disse que Raimundo a tinha agredido e tentou lhe fazer mal, mas não conseguindo devido sua resistência”. Em seguida foi o mesmo a delegacia para registrar o ocorrido, para que os devidos procedimentos legais fosse tomados.

A vítima, Valmira, 17 anos, natural Marau-RS, residente em Chapecó, solteira e de profissão doméstica, afirma que no dia em questão, 28 de abril, por volta das 19 horas, quando voltava do armazém, acompanhada de sua irmã Solange, onde fora comprar uma serra abelha, para encerar a casa de sua patroa,

Ao passar por um canavial distante de sua casa uns mil e quinhentos metros e que sem notar barulho algum foi agredida pelas costas e a jogou do lado da estrada e naquele momento a declarante pensando ser seu irmão apenas disse deixe de brincadeira Maneco porque você vai assustar a Solange, mas que não ouvindo resposta foi novamente agredida no pescoço pelas mãos do agressor que logo reconheceu ser Raimundo, indivíduo este que tinha encontrado na estrada quando ia indo; e que a declarante continuou a defender-se em um dado momento o agressor pos sua mão na boca da declarante para que a mesma não gritasse e que a declarante aproveitou a oportunidade e lhe deu uma forte mordida em um dos dedos, e lhe disse que a soltasse que ela iria contar tudo para seu pai, foi então que o agressor a soltou e saiu correndo [...] disse mais a declarante que seu agressor nada pode lhe fazer de mal porque resistiu seu intento e que nunca lhe deu motivos para que este indivíduo tivesse essas

liberdades; e que por sinal não se quadrão muito devido sua família com a família do agressor ter certas rivalidades.

Sem muitas informações fica declarado pelo promotor público Euclides que tratou-se de uma tentativa de estupro, sem êxito, e o inquérito é arquivado em 8 de julho do mesmo ano. O que os três inquéritos tem em comum é o fato da hierarquização do gênero descredibilizar o depoimento das vítimas baseado em sua conduta sexual pregressa e na forma como esta resistiu ao criminoso na hora do crime. Enquanto que, para os homens, isto nem chegava a ser mencionado, ao menos em nenhum dos depoimentos aqui encontrados.

As questões relacionais de gênero são muitas vezes utilizadas como fugas, ou desculpas, para justificar atos como o estupro. O homem, por ser o sexo dominante, se utiliza de sua posição nesta hierarquia para impor uma relação sexual, e, na negativa de sua vítima, beneficia-se desta mesma qualidade de dominação para inocentar-se do crime, condenando duplamente a mulher: em primeiro lugar vítima de uma agressão, sexual ou não, e em segundo lugar, a culpando por isso.

Em paralelo a questão da violência entre homens, a violência, neste caso também sexual, contra a mulher é mais uma pedra na solidificação de masculinidades periféricas ao modelo que a elite chapecoense tenta implantar na cidade, pois “instintos brutais” não tem mais vez em uma cidade desenvolvida, que representa a Capital do Oeste, é a barbárie em sua última instância e deve ser combatida, apesar de estar muito presente no cotidiano desta população. O que veremos a seguir é como os jornais locais, em especial o jornal Folha d'Oeste, retratava este cenário para seus leitores, de que forma todos estes crimes chegavam as casas dos cidadãos de Chapecó e de que forma eles eram registrados, pois se havia um projeto de masculinidade hegemônica sendo construído pela elite local, que visava a educação e a civilidade, a criminalidade e a violência não faziam parte deste discurso.

4.1 LEI E JUSTIÇA: O SILENCIAMENTO ACERCA DA VIOLÊNCIA

Os jornais, ou periódicos, são documentos importantes para a historiografia, pois permitem analisar e conhecer aspectos da realidade de uma forma diferente, pois além de noticiar algo, o que encontramos são opiniões de quem o escreveu, do chefe de redação e do próprio proprietário. Logo, o que está por trás das notícias são todo o modo de pensar de um determinado grupo, produções ou reproduções de discursos que tem uma finalidade social. E a respeito das notícias publicadas,

Entendo que estas devam ser tratadas não apenas pelo que dizem, mas como dizem, como organizam os jornais, tamanho de letras e disposições, da localização das páginas policiais, da linguagem jornalística sobre a violência, a variedade de formatos, disposição das notícias, fotografias, organização de colunas, pelos conceitos/termos que utilizam, pelas zonas de silêncio/superfície ali estabelecidas. (ZIMMERMANN, 2010, p. 19).

Como o foco deste estudo não são os periódicos/jornais, apresento uma breve análise a respeito do material que encontrei dentro do período, que acredito ser importante como contraponto aos inquéritos policiais, pois a mídia impressa tinha determinados objetivos, alinhados ao poder político local, ao publicar o que publicava, quando publicava e como publicava. Portanto, compreendo que este tópico tem muito mais relação com os modelos hegemônicos de comportamentos que esta parcela da população gostaria que se efetivassem, deixando de ser um projeto/modelo, e se transformando na prática, de fato.

A preocupação a cerca da segurança ou acerca da sensação de segurança transmitida a população era grande e, diferente do que assistimos diariamente na televisão, lemos na internet ou em jornais, pouco era encontrado sobre crimes nos periódicos em circulação na época. Ao procurar nos jornais, entre os anos 1958 e 1974, notícias sobre os crimes que aqui analiso, pouco encontrei, há um silenciamento a respeito da criminalidade da cidade de Chapecó em todo este período.

Em primeiro lugar há uma grande dificuldade em encontrar notícias que tratem sobre a questão da violência, segurança ou mesmo de crimes em si. Em toda a década de 1950 elas são raras e praticamente inexistentes, o que talvez possa ser explicado pelo caso que chocou e

marcou a cidade em 1950, a queima da igreja matriz e o linchamento, que muitos ainda tentam esquecer,⁴⁹ o caso teve repercussão internacional e tornou Chapecó conhecida em todo o país, de uma forma nada boa, é claro, mas,

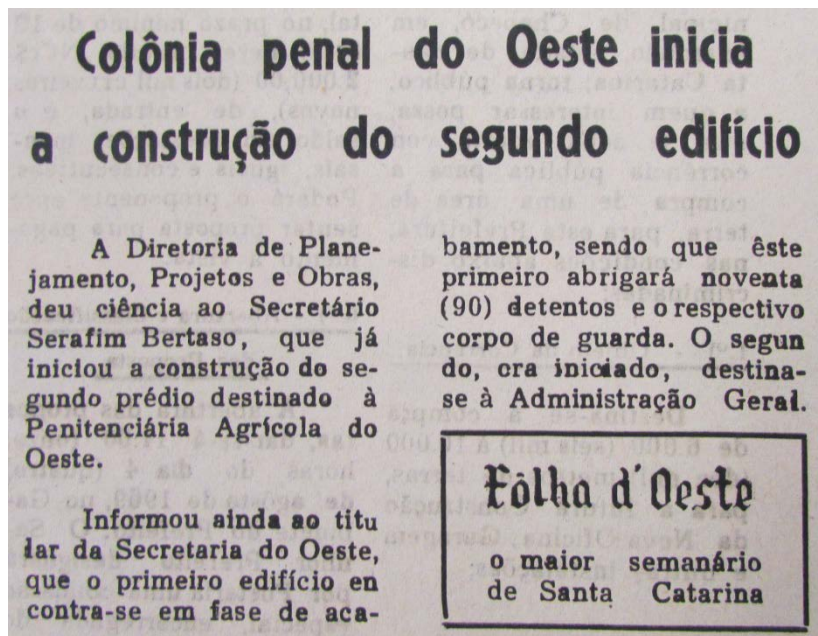
Se por um lado os crimes cometidos ameaçaram por algum tempo o desenvolvimento regional, inserido na expansão do processo capitalista, e reforçaram a visão de que Chapecó era violenta, por outro estimularam o seu crescimento. Colonizadores e colonos, na sua maioria descendentes de italianos, jamais admitiriam que o assassinato de quatro pessoas, acusadas de incendiar suas residências e casas comerciais para roubar, frustrasse seus sonhos de melhoria de vida – sonhos que os fez vender terras no Rio Grande do Sul e desbravar o oeste catarinense. E, diante da omissão do Estado e do patrocínio do poder local, acharam nos seus maiores valores – a fé católica e o trabalho – a justificativa para fazer justiça com as “próprias mãos”. Eliminaram, dessa forma, as pessoas que representavam uma ameaça a essa comunidade produtiva e cristã. Foram seus membros que restauraram a ordem, respaldados nos ideais do progresso e da modernização. (HASS, 2007, p. 200).

O linchamento, que contou com o apoio da elite e do poder local, foi uma forma, extremamente violenta, de trazer a paz as pessoas de bem que estavam sofrendo com roubos e incêndios em suas casas e comércios e, posteriormente, em sua principal igreja, no coração de Chapecó. Após este crime, o linchamento, morte e queima dos quatro suspeitos em praça pública, o poder público tentou construir uma imagem de cidade pacífica, onde a Lei e a Justiça funcionavam de forma primorosa, nem que para isso tivesse que suprimir qualquer notícia a respeito de qualquer crime que ocorresse na região. Era necessário apagar as marcas do passado violento e construir uma nova imagem para Chapecó que estivesse dentro dos ideais de progresso e modernização.

As primeiras notícias encontradas nos periódicos locais envolvendo a segurança pública só começam a aparecer no fim da década de 1960 e dão destaque para o cumprimento dos deveres por parte dos homens da lei e de novas obras que beneficiariam a segurança da população, como na reportagem apresentada na Figura 20.

⁴⁹ Monica Hass escreveu “O linchamento que muitos querem esquecer”, livro onde analisa todo o caso e discute as questões políticas, econômicas e sociais locais que perpassam o ocorrido.

Figura 20 – Colônia penal do Oeste inicia a construção do segundo edifício



Fonte: Folha d'Oeste, sábado, 26 de julho de 1969, p. 5.

A notícia, que se encontra no meio do jornal e na página 5, dá conta da construção do segundo edifício da Penitenciária Agrícola do Oeste (em funcionamento até hoje), sendo que o primeiro edifício, já em fase de acabamento, abrigará 90 detentos e, este segundo, será destinado a Administração Geral. Em outra notícia deste mesmo ano, no dia 13 de setembro, a manchete, em grandes letras, é “Chapecó tem novo delegado circunscrito”:

A nomeação e posse do bacharel, foi muito bem recebida nos meios sociais e oficiais da Capital do Oeste, que há muito aguardava esse evento. Na tarde de quinta-feira o Dr. Arantes recebeu, em seu gabinete a imprensa falada e escrita, ocasião em que concedeu entrevista, dizendo estar entusiasmado com a beleza e o clima de Chapecó, destacando como impressionante a paisagem que a cidade oferece aos olhos de quem a conhece. No tocante a sua gestão, o Delegado Arantes assegurou que *suas primeiras medidas proporcionarão a melhoria do aspecto e da apresentação do prédio e jardins da Delegacia*, melhores condições de

cômodo às celas da cadeia e demais instalações (Folha d'Oeste, sábado, 13 de setembro de 1969, s./p.). (Grifo nosso).

Havia muito trabalho a ser feito, mas o que parecia mais importante era manter um bom aspecto e apresentação da delegacia de Chapecó. Esta prioridade nada tem de inocente e a própria notícia a respeito do novo delegado vem acompanhada de uma propaganda da cidade com os dizeres “Chapecó cresce em ritmo de Brasil grande”, onde é apresentado o novo complexo industrial da cidade que “cresce e se industrializa [...] projetando o nome de Chapecó e do Oeste, por todos os cantos” (Folha d'Oeste, sábado, 13 de setembro de 1969, s./p.). O jornal ainda afirma que o novo delegado é uma pessoa “simpática e demonstra muito autoridade e dinamismo” e que “Chapecó e região policial estão de parabéns, como de parabéns devem estar as pessoas de bom senso que de há muito vem lutando para corrigir certos males sociais da Capital do Oeste” (Folha d'Oeste, sábado, 13 de setembro de 1969, s./p.). As “pessoas de bom senso” querem alguém dinâmico, com autoridade, mas também simpático. A simpatia e o dinamismo são as “novas armas” para combater a violência ou pelo menos para maquiá-la deixando os locais de trabalho, como a delegacia, mais bonitos.

E a Capital do Oeste, adjetivo que indica superioridade da cidade de Chapecó na região, quer corrigir certos “males sociais”, que podem ser entendidos tanto como a violência quanto a própria criminalidade, mas que ao serem nomeados desta forma parecem amenizados e também implicam na noção de que nesta nova sociedade não há espaço para estes males que atrasam seu pleno desenvolvimento. É o que Foucault (2012) chama de interdição, “tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala” (FOUCAULT, 2012, p. 9), são também entendidos como um policiamento ao discurso, um zelo a respeito do que pode ser dito, quando pode ser dito e por quem.

O controle dos meios de comunicação pela elite política local era prática comum, desde que surgiram tais meios jornalísticos na região, e tanto os periódicos quanto as emissoras de rádio eram um veículo de divulgação e manutenção do poder. Se havia uma voz que falava à cidade, essa voz era da elite.

Paralelo ao bom andamento da delegacia da Comarca de Chapecó também estava o funcionamento o tribunal que julgava os crimes. Em 4 de outubro de 1969 encontra-se a seguinte notícia “Tribunal do Júri reunido: Sete casos em julgamento” (Folha d'Oeste, sábado, 04 de

outubro de 1969, p. 1), onde são apresentados os nomes dos réus e das vítimas e a sentença proferida. Todos os crimes são de homicídio e, dentre os sete julgados, quatro foram absolvidos e três foram condenados, com penas entre 6 e 8 anos de reclusão. Os dois únicos casos que apresentam a data do ocorrido são de 1953 e outro de 1955, mais de 10 anos após os crimes.

Estas notícias, e a ausência de outras, refletem a formação de um discurso onde a violência não é mais o foco e que a sensação de paz civil é construído através da classe dominante. Reprimir a violência também é desacreditá-la, tornando-a desnecessária para a resolução de conflitos locais, pois:

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 1997, p. 8).

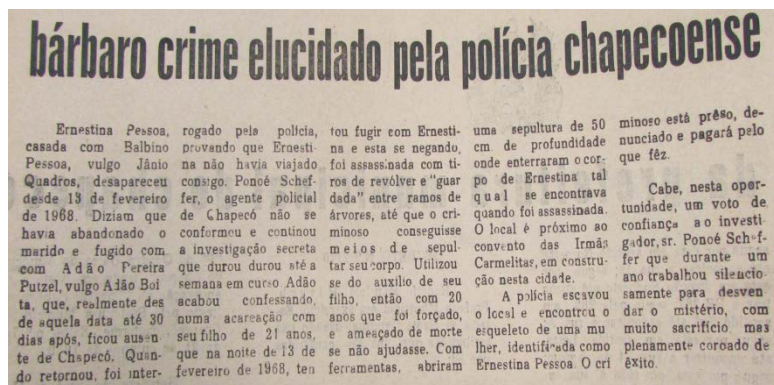
A notícia a seguir, encontra também no jornal Folha d'Oeste, em 14 de fevereiro de 1970, trata de um caso bárbaro de homicídio elucidado pela polícia chapecoense. A vítima, uma mulher chamada Ernestina, desapareceu em 13 de fevereiro de 1968, “diziam que havia abandonado o marido e fugido com Adão”, que até 30 dias após o desaparecimento ficou ausente da cidade, mas quando retornou foi interrogado pela polícia, negando qualquer envolvimento.

Os esforços do agente policial Ponoé são enaltecidos, pois este “não se conformou e continuou a investigação secreta”, relevando que havia sido Adão que assassinou Ernestina porque esta se negou a fugir com ele. Em seguida, após o crime, Adão confessou que obrigou seu filho, então com 20 anos, a ajudá-lo a enterrar o corpo de Ernestina, a polícia então foi ao lugar indicado e “encontrou o esqueleto de uma mulher, identificada como Ernestina”, solucionando o crime. E, ao final da notícia o agente Ponoé foi coroadado, apesar de todo o sacrifício, por

seu trabalho duro ao longo de um ano de investigações silenciosas para que o caso fosse resolvido.

Novamente, apesar desta notícia apresentar um caso de extrema violência, um feminicídio,⁵⁰ o mais importante são os esforços do poder público, representados neste caso na figura do agente policial Ponoé, em solucionar o desaparecimento de Ernestina, mesmo um ano depois do ocorrido, mostrando que “a justiça tarda, mas não falha”, ao menos neste caso.

Figura 21 – Bárbaro crime elucidado pela polícia chapecoense



Fonte: Folha d'Oeste, 14 de fevereiro de 1970, s./p.

Ainda na década de 1970, no dia 8 de agosto, o jornal Folha d'Oeste noticiou “Hediondo crime sobre motorista de táxi” (sic), onde o motorista Elio, de 25 anos, foi encontrado morto em seu táxi, no trecho de ligação entre Cordilheira Alta e Coronel Freitas:

Elio foi assassinado a pedradas ou outro objeto de percussão, sendo atingido no crânio, pelo ou pelos passageiros do taxi, cerca de meia noite do dia 4 para o 5 do corrente. O autor ou autores do *bárbaro assassinato*, ao que parece nada levaram entre os objetos da vítima, pois seu veículo, os documentos, ferramentas, etc., permaneceram no local do crime, fazendo entender que se trata de um caso pessoal, não envolvendo roubo. O corpo do inditoso motorista foi translado a Delegacia Circunscricional de Chapecó para exame pela polícia técnica, pois o veículo e o corpo da vítima

⁵⁰ Feminicídio significa a morte de mulheres em razão do sexo ou violência de gênero que resulta na morte de mulheres.

apresentaram inúmeros sinais de digitais, podendo ser imediata a elucidação do caso. Os populares que compareceram ao local levados pela curiosidade, manifestaram seu repúdio ao ato que roubou a vida do jovem Elio, *pessoa vastamente relacionada em Xaxim e região, e de excelente comportamento social. Morreu miseravelmente, com as mãos amarradas, dentro do veículo que havia adquirido a pouco tempo e com o qual, honestamente, ganhava seu dinheiro.* (Grifo nosso) (Folha d'Oeste, 08 de agosto de 1970, s./p.).

Os valores do trabalho são destaque ao fim da notícia, assim como a forma de ganhar seu dinheiro, trabalhando honestamente. E o fato do crime ser considerado bárbaro ajuda a corroborar os discursos acerca dos comportamentos desejados para os homens deste período: trabalhadores, honestos, com comportamento social exemplar. Nestes dois casos temos os opostos, o homem que assassinou Ernestina é o bárbaro, que se utiliza da violência para conseguir o que quer, e no outro, os bárbaros são aqueles que assassinaram o jovem Elio, exemplo de comportamento.

Por fim, os poucos discursos aqui encontrados nos mostram que o plano de civilidade era calcado no *ethos* do trabalho e fortalecido na noção dos bons costumes e da honestidade. Ao esconder do jornal a violência, silencia-se toda uma parcela da população, todas as masculinidades periféricas são excluídas do contexto social, invisibilizadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo procurei analisar como a construção de masculinidades atravessam diversas áreas da sociabilidade, como o plano cultural e o econômico, e como estes fatores construíram e reconstruíram o “ser homem” em Chapecó e, muito disto também se vale para o ser homem no Oeste Catarinense. Percebe-se que a hegemonia proposta por determinado grupo atua muito mais como um projeto no âmbito do discurso do que na prática.

A violência era um meio de expressão dos homens, motivada por diversos fatores, mais ou menos aceitos socialmente, sendo vista, muitas vezes, como a “única forma” de resolver conflitos. Isto inclui a violência de homens para homens e também a violência contra mulheres, pois a virilidade masculina era, em muitos casos, comprovada através de crimes como o estupro. E assim como Vanderlei Machado aponta em seu estudo sobre a capital do Estado, a cidade de Florianópolis, “o caráter do homem precisaria ser investido, alterado, dirigido para diferentes atuações na sociedade, procurando-se constituir assim uma nova identidade masculina, pautada por valores de civilidade e urbanidade” (MACHADO, 2007, p. 21).

A cidade de Chapecó almejava também uma urbanidade e uma civilidade, frente ao milagre econômico que acontecia por todo o país, queria seu “lugar ao sol” e procurava livrar-se dos antigos rótulos de “far-west” catarinense e “terra sem lei”, pois a industrialização havia começado, o dinheiro passava circular em maior escala. Neste sentido, os discursos encontrados nestes inquéritos policiais vão, em grande parte, contra todo este processo, pois demonstram que a criminalidade não diminuiu e também a violência ainda, de certa forma, valorizada entre as populações rurais e urbanas mais pobres.

A imagem símbolo de Chapecó é o monumento Desbravador, localizado bem no centro da cidade, ao lado da igreja, da praça e da antiga sede da prefeitura, e simboliza o fim do atraso que a região vivia, o progresso trazido por homens que lutaram duramente para civilizar uma região abandonada. Mas, ao contrário disto, ele é um símbolo das constantes lutas, disputas e exclusões de grandes parcelas da população que ali viveram antes mesmo da colonização, e que viam na violência uma forma de defender seu território e sua honra.

Ao esconder a violência que acontecia neste período, o poder público exclui novamente esta mesma parcela da população, pois a torna invisível ao restante das pessoas e do próprio Estado, e esconde também os problemas sociais que deveriam ser combatidos e não ignorados. Como afirma Fargo (2011), a violência “encontra muito naturalmente lugar como uma 'ordem das coisas' que provoca rombos – certamente – mas cujos gestos não destroem o conjunto do corpo social, bem pelo contrário” (FARGO, 2011, p. 30), o conjunto social dominante se apodera desta violência para reestabelecer a ordem, como aconteceu na ditadura militar, por exemplo, que também teve seu impacto na cidade. A polícia militar legitima o uso da força para combater a força de quem não possui “autorização” para utilizá-la, mas isso não inviabiliza e nem desaparece com seu uso cotidiano para a resolução de conflitos.

Os discursos tem poder, eles são em si uma forma de poder, utilizados e explorados por aqueles que tem a posição para fazê-lo, ratificando a hierarquia social. O que procurei investigar é como esta racionalidade do discursos é ratificada na racionalidade da violência, o que torna a construção de uma masculinidade hegemônica na destruição de masculinidades periféricas, que, a meu ver, é o grande dilema que passam estes homens da elite em tentar aplicar seu modelo de comportamento, “violência, barbárie, e crueldade são organizações políticas: nada é fatal nem mesmo obrigatório em sua aparição, uma vez que todo mecanismo é um jogo que se desmonta, e por vezes mesmo se abole, num outro jogo” (FARGO, 2011, p. 39).

Como afirma Foucault “A humanidade não progride lentamente, de combate em combate, até uma reciprocidade universal, em que as regras substituiriam para sempre a guerra; ela instala cada uma de suas violências em um sistema de regras, e prossegue assim de dominação em dominação” (FOUCAULT, 1997, p. 17) e, neste período, percebe-se que um novo sistema de regras está sendo estabelecido e que este altera completamente o modo como a masculinidade era vista e vivida. Tanto os homens quanto as mulheres fazem parte deste processo, mas neste caso eles enfrentam o desafio, nesta frágil teia, que é conviver com estas mudanças sem perder seu sistema de dominação.

Ao longo dos inquéritos policiais a vontade de inocentar-se colocava o discurso acerca da masculinidade em cheque, pois a absolvição também depende do comportamento do acusado, e não somente do crime que este cometeu, sendo investigada, inclusive, sua vida pregressa. As estratégias utilizadas pelos homens, e mulheres, na Delegacia, dizem respeito não somente à sua vida cotidiana, mas aos discursos que estão em voga a respeito destes comportamentos.

Como o caso de Pedro, que devido a um tiro acidental provocou a morte de sua esposa, Universinda. Seu defensor, perante o juiz, enfatiza determinadas características do acusado, criando a imagem de um homem provedor do lar, amoroso com sua esposa e trabalhador, e, ao fim da audiência o acusado é inocentado, sendo considerada uma fatalidade o ocorrido. Logo, estas características apontadas como parte do caráter de Pedro são tidas como as desejadas para todos os homens, por isso são tão apreciadas no júri, tornando-o um modelo. É esquecido, por exemplo, o fato dele não possuir o porte de armas e de sua espingarda não ser legalizada, o caso nem é levado ao júri.

Apesar de ser comum os homens carregarem consigo revólveres ou terem em suas casas espingardas, ainda que para diversão, como a caça, mas muitas vezes para defesa pessoal, estas armas dificilmente serem legalizadas e isto não era uma preocupação para o poder público. A preocupação residia no uso feito destas armas, não era o porte que deveria ser combatido, mas o quanto uma arma de fogo poderia ser um perigo para as outras pessoas e quanto a violência causada por ela poderia afetar a civilidade do local. E é exatamente isto que está em julgamento no caso de Pedro, se ficasse comprovado que o tiro disparado contra a esposa não foi acidental, haveriam outros discursos a cerca de seu comportamento ou então uma preocupação maior sobre a arma ilegal?

Mas este é só um dos casos, percorrendo os demais percebemos que apesar de práticas diversas os homens procuram legitimar seus comportamentos alicerçados em condutas esperadas do papel de “ser homem” neste novo contexto em Chapecó. Seja se preocupando com a vítima, pagando as despesas de seu funeral, mostrando-se trabalhador e honesto, estas eram as qualidades pleiteadas como padrão de masculinidade, como dignas de um homem e, eis aí o surgimento de novos discursos, diferente daqueles dos tempos da colonização, onde os valores como a honra defendida na bala eram apreciados.

Apesar das mudanças nos discursos às mulheres continuavam a vigiar sua moral e comportamento sexual, continuavam a ser símbolos da conquista masculina, como podemos ver nos inquéritos referentes ao crime de estupro. Mas também, por trás dos crimes, percebe-se uma maior ocupação do feminino nos espaços públicos e tentativas de empoderamento de seu próprio corpo, como no caso de Valmira, de 17, que não tenta justificar o ato de seu agressor a partir de seu comportamento, mas sim se defende mordendo o homem que estava prestes a estuprá-la e livrando-se da possível violência sexual.

Os próprios jornais neste período corroboram com esta noção, pois silenciam o cenário de crimes e violência para dar lugar à ordem e à justiça, servindo como um norteador tanto para os comportamentos de homens e mulheres quanto para as reações a cerca de novos crimes, modificando a maneira como as pessoas veem o uso da força. Fica impresso na história local apenas aquilo que precisa ser lembrado e que é importante ser lembrado, como ensina Le Goff (2003) “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder” (LE GOFF, 2003, p. 470), cabe ao historiador olhar para o documento, seja em sua fala ou em seu silenciamento para compreender determinada sociedade.

Para além das ideias essencialistas, a masculinidade envolve mais que simples práticas, ela permeia incontáveis discursos e subjetividades que se modificam e colidem diariamente. Apesar de muitos rituais simbólicos, não institucionalizados, que buscam cristalizar o “ser homem”, a experiência individual difere cada prática e ajuda a transformar os discursos hegemônicos, que vivem em constante (re)construção.

Por fim, dentro deste contexto, na cidade de Chapecó, no período entre os anos de 1958 à 1974, o quadro de transformações econômicas, políticas, culturais e sociais era grande e complexo, e enfrentava as resistências, as disformidades e as não adequações, pois nenhum modelo é totalmente hegemônico e mesmo o projeto de hegemonia é uma batalha constante, seja dos dominantes que lutam para protegê-lo e disseminá-lo ou dos dominados que procuram resistir. Entender como estes mecanismos funcionam é um passo fundamental para compreender as relações de gênero e os modelos de dominação e submissão que ainda lidamos cotidianamente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Senhores de si**: uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século, 2ª Edição, 1995.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Violência sexual e sistema penal: proteção ou duplicação da vitimação feminina. **Revista Seqüência**, Florianópolis, Editora da UFSC, ano 17, n. 33, dez., 1996.

BERMÚDEZ, Mónica de Martino. Connel y el concepto de masculinidades hegemónicas: notas críticas desde la obra de Pierre Bourdieu. **Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, 2013, p. 283-300.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal.

BREVES, Wenceslau de Souza. O Chapecó que eu conheci. **Revista do IHGSC**, Florianópolis, 3. fase, n. 6, 1985.

CARONE, Edgar. **A república velha** (instituições e classes sociais). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

CASSOL, Evaldo. **A secretaria do oeste**. Quatro Barras: Editora Prottexto, 2013.

CEOM. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. **A viagem de 29**: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005.

CEOM. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. **Inventário da cultura imaterial cabocla o oeste de Santa Catarina**. Chapecó: Argos, 2008.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

CHAPECÓ. Prefeitura Municipal de Chapecó. **Folder**. Publicado na década de 1950. Chapecó, [S.d.]. 30p.

CHAPECÓ. **Álbum do Cinquentenário do Município de Chapecó**. Chapecó, 1967.

CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO. **Lei n. 5.108**, de 21 de setembro de 1966.

CONNEL, Robert; MESSERSCHIMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, CFH/CCE/UFSC, v. 21, n. 1, p. 241- 282, 2013.

COSTA, Arthur Ferreira da. **O Oeste Catharinense** – visões e sugestões de um excursionista. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. A viagem de 29: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005.

SÃO PAULO. **Decreto nº 6.746, de 16 de setembro de 1975**. Reorganiza a função de inspetor-de-quarteirão.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias no Brasil**: o Caso Sadia. Chapecó: Grifos, 1999.

FARGO, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FILHO, Amílcar Torrão. Uma questão de gênero: onde o feminino e o masculino se cruzam. **Cadernos Pagu**, 2005, n. 24, p. 127-152.

FLORES, Maria Bernadete Ramos; SERPA, Élio Cantalício. A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao oeste de Santa Catarina. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 18, maio, 1999, p. 215-235.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**. A vontade de saber. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 11. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FRAGA, Nilson Cesar. **Contestado**: o território silenciado. Florianópolis, SC: Insular, 2009.

FRAGA, N. C. (Org.). **Contestado em Guerra, 100 anos do massacre insepulto do Brasil** – 1912-2012. Florianópolis, Ed. Insular, 2012.

GAVRON, Eva Lúcia. **Dramas e danos**: estudo das vítimas de crimes sexuais na região de Florianópolis (1964 -1985). 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.); LUCA, Tânia Regina (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

GUISOLPHI, Anderson José. A construção da estátua “o Desbravador”: materialidade ideológica. **Cadernos do Ceom**, v. 24, nº 33, pp 261-279, jan. 2011.

HASS, Monica; ALDANA, Myrian; BADALOTI, Rosana Maria (Orgs.). **Os planos diretores e os limites de uma gestão urbana democrática**: as experiências de Chapecó, Xanxerê e Concórdia (SC). Chapecó, SC: Argos, 2010.

HASS, Monica. **O linchamento que muitos querem esquecer**: Chapecó, 1950 1956. 2. Chapecó: Argos, 2007.

HASS, Monica. **Os partidos políticos e a elite chapecoense**: um estudo de poder local 1945-1965. Chapecó: Argos, 2000.

HIRSCH, Maria Adelaide Pasquali. **Ernesto Bertaso:** de Verona a Chapecó. Argos: Chapecó, 2005.

IBGE. **Censo Demográfico de 1960.** Santa Catarina.

LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento.** História e memória. 5. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

LONH. Reinaldo Lindolfo. A cidade contra o campo. In: BRANCHER, Ana (Org.). **História de Santa Catarina:** estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras contemporâneas, 1999.

MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luísa (Orgs.). **Dicionário da Crítica Feminista.** Porto: Afrontamento, 2005.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidades e violência: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: SCHPUN, Mônica Raissa (Org.). **Masculinidades.** São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2004.

MACHADO, Vanderlei. Entre Apolo e Dionísio: a imprensa e a divulgação de um modelo de masculinidade urbana em Florianópolis (1889-1930). 2007, 302 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Florianópolis/Porto Alegre, 2007.

MAIA, Cláudia J.; MAIA, Renata Santos. Gênero, sexualidade e sedução no discurso jurídico. **Revista Mosaico**, v. 5, n. 1, p.33-43, jan./jun. 2012.

MARQUETTI, Délcio. **Bandido, forasteiros e intrusos:** história do crime no oeste catarinense na primeira metade do século XX. Chapecó: Argos, 2008.

MEDEIROS, Lenoar B. Art. 121 – Homicídio. **Direito Penal:** Considerações sintéticas sobre os dispositivos do Código Penal brasileiro. 2013. Disponível em: <<http://penalemresumo.blogspot.com.br/2010/06/homicidio.html>>. Acesso em: 4 jun. 2014.

NASCIMENTO, Welci. **Vultos da história de Passo Fundo.** Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2014.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de; SILVA, Virgínia Ferreira. Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, n. 13, jan./jun. 2005. p. 244-259.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. Discurso sobre a masculinidade. **Revista Estudos Feministas**, IFCS/UFRJ, v. 1, n. 1, 1998, p. 91-112.

PAIM, Elison Antônio. **Industrialização e educação**. Chapecó: Argos, 2003.

PIAZZA, Walter. **A Colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 3. ed., 1994.

PIAZZA, Walter. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2. ed. rev. 2006.

RENK, Arlene. O conhecimento do território: a Bandeira Konder. **Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina**. A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005.

SARTORI, Guilherme Rocha. **A construção da verdade nos crimes de defloramento (1920-1940): práticas e representações do discurso jurídico na comarca de Bauru (SP)**. 2011, 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Marília, 2011. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/sartori_gr_me_mar.pdf>.

SILVA, Wellington Barbosa da. Uma autoridade na porta das casas: os inspetores de quarteirão e o policiamento de Recife do século XIX (1830-1850). **Saeculum** (Revista de História), n. 17; João Pessoa, jul./dez. 2007.

SOIHET, Rachel. Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas. **Rev. Estudos feministas**, ano 5, 1. sem., 1997.

VALENTINI, Delmir José. **Da cidade santa à corte celeste: memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado**. 2. ed. Caçador, SC: UnC, 2000.

VITÓRIA, Fernando. Urbanização das condutas: A constituição discursiva do espaço e do homem urbano chapecoense (1970-1980). **Cadernos do Ceom**, ano 24, n. 33, Dossiê 20 anos do curso de História da Unochapecó, 2011.

VOJNIAK, Fernando. **Iluminar a inteligência e educar a afetividade: uma história do gênero masculino no Oeste Catarinense (1950-1970)**. 2004, 177 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural), Florianópolis, 2004.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: a dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.

ZIMMERMANN, Tânia Regina. **Violência e gênero em notícias no oeste paranaense (1960-1990)**. 2010. 178 f. Tese (Doutorado em História Cultural) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

Fontes documentais

Inquérito Policial nº S/N, 16 de agosto de 1967, Chapecó-SC, ID CCOC724ip, caixa 22.

Inquérito Policial nº 26/67, 18 de novembro de 1967, Chapecó-SC, ID CCOC706ip, caixa 22.

Inquérito Policial nº 29/68, 3 de junho de 1968, Chapecó-SC, ID CCOC712ip, caixa 22.

Inquérito Policial nº 26/74, 25 de fevereiro de 1974, Chapecó-SC, ID CCOC697ip, caixa 22.

Inquérito Policial nº 38/74, 19 de abril de 1974, Chapecó-SC, ID CCOC695ip, caixa 22.

Inquérito Policial nº 74/74, 20 de agosto de 1974, Chapecó-SC, ID CCOC716ip, caixa 22.

Inquérito Policial nº 81/74, 11 de setembro de 1974, Chapecó-SC, ID CCOC715ip, caixa 22.

Inquérito Policial S/N, 6 de novembro de 1963, Chapecó-SC, ID CCOC667ip, caixa 21.

Inquérito Policial S/N, 8 de março de 1965, Chapecó-SC, ID CCOC669ip, caixa 21.

Inquérito Policial S/N, 6 de maio de 1968, Chapecó-SC, ID CCOC679ip, caixa 21.

Periódicos/Jornais

Folha d'Oeste, sábado, 26 de julho de 1969, p. 5.

Folha d'Oeste, sábado, 13 de setembro de 1969, s./p.

Folha d'Oeste, sábado, 4 de outubro de 1969, p. 1.

Folha d'Oeste, 14 de fevereiro de 1970, s./p.

Folha d'Oeste, 8 de agosto de 1970, s./p.

Jornal Diário da Manhã, 27 de março de 1984, p. 10.

Jornal Diário da Manhã, 4 de outubro de 1969, s.p.

APÊNDICE A

Tabela 2 – Idade dos envolvidos em crimes de Homicídio (1958-1988)

Idade dos envolvidos em crimes de Homicídio (1958-1988) Indiciados, vítimas e testemunhas		
Idade	Quantidade de pessoas	Quantidade de pessoas em %
Menos de 18 anos	19	11,38%
Entre 19 e 29 anos	53	31,74%
Entre 30 e 39 anos	32	19,16%
Entre 40 e 49 anos	29	17,37%
Entre 50 e 59 anos	7	4,19%
Mais de 60 anos	11	6,59%
Não consta	16	9,58%
Total	167	100,00%

APÊNDICE B

Tabela 3 – Estado Civil dos envolvidos em crimes de Homicídio (1958-1988)

Estado Civil dos envolvidos em crimes de Homicídio (1958-1988) Indiciados, vítimas e testemunhas		
Estado Civil	Quantidade de pessoas	Quantidade de pessoas em %
Solteiro	61	36,53%
Casado	86	51,50%
Separado	1	0,60%
Viúvo	2	1,20%
Não consta	17	10,18%
Total	167	100,00%

APÊNDICE C

Tabela 4 – Naturalidade dos envolvidos em crimes de Homicídio (1958-1988)

Naturalidade dos envolvidos em crimes de Homicídio (1958-1988) Indiciados, vítimas e testemunhas		
Estado	Quantidade de pessoas	Quantidade de pessoas em %
Santa Catarina	87	52,10%
Rio Grande do Sul	50	29,94%
Outros	4	2,40%
Não Consta	26	15,57%
Total	167	100,00%

APÊNDICE D

Tabela 5 – Profissão dos envolvidos em crimes de Homicídio (1958-1988)

Profissão dos envolvidos em crimes de Homicídio (1958-1988) Indiciados, vítimas e testemunhas		
Profissão	Quantidade	Quantidade em %
Agricultor/Lavrador/Avicultor	49	29,34%
Agropecuaria	1	0,60%
Aposentado	2	1,20%
Armador de ferro	1	0,60%
Aux. escritório	1	0,60%
Borracheiro	1	0,60%
Carpinteiro	1	0,60%
Comerciante/ Comércio/Vendedor	16	9,58%
Do lar/doméstica	12	7,19%
Enfermeiro	1	0,60%
Engenheiro	1	0,60%
Estudante	8	4,79%
Farmacêutico	1	0,60%
Funcionário Público (estadual/Federal/Municipal)	3	1,80%
Industrialista	1	0,60%
Lubrificador	1	0,60%
Mecânico	2	1,20%
Médico	1	0,60%
Mendigo	1	0,60%
Menor	3	1,80%
Motorista	9	5,39%
Não consta	19	11,38%
Operário	13	7,78%
Pedreiro	5	2,99%
Pescador	1	0,60%
Policial Militar/Policial Rodoviário	11	6,59%
Protético	1	0,60%
Tec. Segurança	1	0,60%
Total	167	100,00%

APÊNDICE E

Tabela 6 – Escolaridade dos envolvidos em crimes de Homicídio (1958-1988)

Escolaridade dos envolvidos em crimes de Homicídio (1958-1988) Indiciados, vítimas e testemunhas			
Termo encontrado no inquérito policial	Corresponde à	Qtd.	%
Ginasial, ginasial incompleto, primária, primária completo, primário incompleto, primeiro ano primário, primeiro grau, primeiro grau incompleto, quarta série primário, quarto primário, quinta série primeiro grau, segundo ano primário, segundo primário, sétima série primária, sétimo grau, terceira série primária, terceiro ano primeiro grau	Ensino Fundamental incompleto	75	44,91%
Secundário incompleto	Ensino Médio incompleto	1	0,60%
Segundo grau, secundário	Ensino Médio completo	7	4,19%
Superior incompleto	Superior incompleto	2	1,20%
Superior, terceiro grau	Superior	5	2,99%
Analfabeto, Mobral, rudimentar, sabe ler e escrever, semianalfabeto	Alfabetizado	37	22,16%
Menor	Não alfabetizado	2	1,20%
Não consta	Não consta	38	22,75%
Total		167	100,00%

APÊNDICE F

Tabela 7 – Residência dos envolvidos em crimes de Homicídio (1958-1988)

Residência dos envolvidos em crimes de Homicídio (1958-1988) Indiciados, vítimas e testemunhas		
Cidade de residência	Quantidade de pessoas	Quantidade de pessoas em %
Caxambu do Sul	5	3%
Chapecó	119	71,25%
Cordilheira Alta	3	1,78%
Coronel Freitas	20	12%
Não consta	18	10,77%
Outras	2	1,20%
Total	167	100%

NOTA 1 — Declarar, sempre que possível, a condição do manobista ou concubinato, situação religiosa, desquite, divórcio ou anulação do casamento.

NOTA 2 — Declarar o ofício, ocupação ou meio de vida e dizer a principal das ocupações, caso tenha mais de uma. Devem-se evitar as denominações vagas como: comércio (crever-se é dono de estabelecimento comercial, caixeiro ou guarda-livros); *operário ou trabalhador* (declarar se é ferrador, pintor, pedreiro, sapateiro, etc.); *sem mencionar funcionamento público*, sem dizer se é municipal, estadual, federal, nem escrever *outro*, sem declarar se é do Exército, da Marinha, da Polícia, ou do Bombeiros.

NOTA 3 — Declarar se seguintes condições econômicas: miserabilizado, pobreza, pequenos recursos, *lucratória*.

NOTA 4 — Declarar, se existirem, as condições de saúde: doenças físicas; anomalias mentais, alcoolismo, toxicomania, tuberculose, epilepsia, sífilis, etc..

NOTA 5 — Especificar em qual das lugares foi o crime cometido: — casas de família, hotéis e hospedarias, casas de comodos, de pensão, de prostituição, prisões, repartições públicas, auditórios de justiça, casas de comércio, botecos e tavernas, estabelecimentos industriais, via pública, etc..

NOTA 6 — Especificar bem a natureza do instrumento empregado e o modo da execução dos crimes contra a pessoa e contra o patrimônio.

Processo N.

Início

Breve notícia

Verbo do Dicionário "Verbo do Dicionário"

**ANEXO B – Ofício enviado ao Juiz de Direito da Comarca de
Chapecó (inquérito policial CCOC712IP)**

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE CHAPECÓ.

Com o advento da Lei 4.611 de 2 de abril de 1965, foram modificadas as normas processuais dos crimes previstos nos artigos 121 – inciso 3º e 129- inciso 6º do Código Penal, ou seja o homicídio culposo e as lesões culposas.

De consequência, a modificação em ditas normas de processo não vale somente para a esfera do Poder Judiciário, mas também para a Polícia Judiciária, onde efetivamente tem início e procedimento penal.

De conformidade com a citada Lei 4.611 o processo nos delitos acima referidos é o sumário, ou seja, o previsto nos artigos 531 a 538 do Código de Processo Penal, iniciando pela prisão em flagrante ou pela Portaria, devendo constar, se iniciar por essa última, a determinação para citação do réu para se ver processar. Pelos próprios termos do Artigo 533 do CPP observa-se que o processo inicia mesmo na Polícia. Pode dar-se o caso de um processo sumário se iniciar por Portaria do próprio Juiz, mas isto agora não vem ao caso, pois a nossa promoção é no sentido de orientar nossas autoridades policiais.

Observa-se que no rito sumário, o indiciado, na fase policial, é apenas qualificado (§3 do Art. 533) antes da inquirição de testemunhas, em número de 3 no máximo. Veja-se que ele será ouvido em Juízo apenas. (Art. 536).

Naturalmente, a autoridade policial, além de qualificar o indiciado, inquirir as testemunhas procederá a todas as diligências no sentido de fornecer os melhores elementos à Justiça.

Recomenda-se atenção para o que dispõe a já citada Lei 4.611 e se o indiciado não constituir defensor, seja lhe nomeado um. No caso de impossibilidade de lhe nomear defensor, deve a autoridade mencionar fundamentadamente esta impossibilidade.

Neste rito, evidentemente, a autoridade policial não faz relatório e os prazos para a remessa a Juízo também estão previstos nos já citados artigos do CPP.

Observe a autoridade policial que a prova produzida na fase policial não é repetido em Juízo. Em Juízo se continua apenas o processo que, repito, é iniciado na polícia. Difere, pois do rito comum, pois neste último a fase policial (inquérito) é de averiguação de um fato

criminoso o processo propriamente dito se inicia com a denúncia do Ministério Público.

A melhor atenção da autoridade policial nesses casos se impõe, na inexistência de outras razões, por simples economia processual.

Entendemos de todo oportuno que a nossa Delegacia Regional de Polícia, depois de se familiarizar com esse rito, procure orientar as Delegacias e Sub-Delegacias de Polícia sob sua jurisdição, no sentido de um sempre melhor aprimoramento dos serviços policiais e de consequência, judiciais.

É compreensível que nossas autoridades policiais não estejam familiarizadas com o rito sumário, pois tal procedimento existia apenas para o processamento das contravenções penais e é de todo sabido que dificilmente se processa alguém por contravenção: “verbi gratia”⁵¹ – jogos de azar, vadiagem, disparo de arma em lugar habitado, vias de fato, exploração ou realização da loteria denominada jogo do bicho e outras.

Todavia, como os acidentes com veículos têm sido frequentes e na maioria das vezes ocorrem danos pessoais, nesses casos terá que se observar o rito sumário.

Insistimos e repetimos: No rito sumário, o processo se inicia na polícia. Por isso mesmo devem as formalidades legais ser atendidas diligentemente.

Expendemos tais observações com o intuito único de colaboração com as autoridades policiais da Comarca, para que doravante, os processos por homicídio e lesões culposas cheguem a Juízo revestidos das formalidades legais.

No caso do presente processo, não temos diligências a requerer e pedimos se prossiga.

Chapecó, 3 de setembro de 1968.

Euclides Prade
Promotor Público

⁵¹ Expressão em latim que significa “por exemplo”.